

DIRIGIR

revista para chefias e quadros

*Sociedade
e Qualidade de Vida*

SEPARATA

*Sobreendividamento
A Besta Negra do Consumismo*



COMUNIDADE EUROPEIA

Fundo Social Europeu



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
Ministério do Trabalho e da Solidariedade



Alguns Volumes Publicados

A Aprendizagem e os Jovens
M^a Lucília Oliveira/Manuela Porto

A Comunicação
Luís Cardim/Pedro Marques

Definição de Objectivos de Formação
Maria de Lourdes Vieira

Avaliação Pedagógica na Formação Profissional - Generalidades
José Sampaio/António Tira-Picos

Avaliação Pedagógica na Formação Profissional - Técnicas e Instrumentos
José Sampaio/António Tira-Picos

O Método Demonstrativo
Arménio Pereira/José Eduardo Rocha

Preparação e Desenvolvimento de Sessões de Formação
Fernando Oliveira

A Análise de Trabalho - Abordagem Sistémica
Acácio Duarte

Elaboração de Programas de Formação
José Manuel Dias

Guia Prático para o Uso do Retroprojector
Artur da Rocha Machado

Os Meios Audiovisuais na Formação
Carlos Portugal Ribeiro/João Alberto Pires/Luís Relvas

Métodos Pedagógicos
João Pinheiro/Lucília Ramos

Concepção de Cursos de Ensino Assistido e Multimédia
José Garcez Lencastre

Psicologia da Aprendizagem - Conceções, Teorias e Processos
Jorge Pinto

A Gestão de Recursos Humanos na Estratégia da Empresa
Rita Campos e Cunha

Preço: 650\$00

DISTRIBUIÇÃO E VENDA:

Gabinete de Comunicação- Núcleo de Informação Científica e Técnica
Av. José Malhoa, 11 • Piso 0 • Lisboa 1099-018 • Telefone 21. 722 70 00



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SUMÁRIO

EDITORIAL	2
DESTAQUE	3
Qualidade de vida nas empresas • Ruben Eiras	
Tome nota	10
Um dia na vida de... • João Godinho Soares	12
Sabia que...	19
Viver com qualidade na era da crise global do ambiente • Viriato Soromenho-Marques	20



FOTO: JORGE BARROS



24 HISTÓRIA E CULTURA	
Qualidade de vida ou quantidade de coisas?	
Elvira Pereira e Fernando Casqueira	

35 Tome nota

38 Cidadania e ecologia em Lisboa	
Câmara Municipal de Lisboa	

40 GESTÃO	
(des)urbanismo do nosso (des)contentamento	
Carlos Marques e Lurdes Completo	

48 Tome nota

Como ganhar clientes através da velocidade	49
J. M. Marques Apolinário	

QUIOSQUE DE NOVIDADES	53
Sabia que... • Ruben Eiras	

EUROFLASH 54

DESENVOLVIMENTO PESSOAL	55
As novas classes conjunturais • José Vicente Ferreira	

QUIOSQUE DE NOVIDADES 58



COLABORADORES: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA, CARLOS MARQUES, ELVIRA PEREIRA, FERNANDO CASQUEIRA, JOÃO GODINHO SOARES, J. M. MARQUES APOLINÁRIO, J. VICENTE FERREIRA, LURDES COMPLETO, NUNO DE OLIVEIRA PINTO, RUBEN EIRAS, VIRIATO SOROMENHO-MARQUES REVISÃO TIPOGRÁFICA: LAURINDA BRANDÃO. CAPA: FOTO DE JORGE BARROS; CONCEPÇÃO E DIRECÇÃO GRÁFICA: F4 - NUNO GASPAR. ILUSTRAÇÕES: CARLOS CANDEIAS, MANUEL LIBREIRO, MARTA TORRÃO, NUNO GASPAR, PAULO BUCHINHO, SÉRGIO REBELO. GRÁFICOS: NUNO GASPAR. MONTAGEM E IMPRESSÃO: TIPOGRAFIA PERES, S.A.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

Instituto do Emprego
e Formação Profissional

DIRECTOR

Félix Estanino

COORDENADORA

Lúcia Spencer Branco

CONSELHO EDITORIAL

Adriano Palma

Elizabete Miranda

Félix Estanino

Henrique Mota

José Palmarino

José Sousa Régio

Lúcia Spencer Branco

J. M. Marques Apolinário

J. Vicente Ferrões

APOIO ADMINISTRATIVO

Ana Maria Vazela

Cristina Gil

Isabel Alexandra Tavares

REDACÇÃO E ASSINATURAS

Departamento

de Formação Profissional

Serviço de Gestão Editorial

das Revistas Formar e Dirigir

Tel.: 21 861 41 00

Fax: 2652 2719

Fax: 21 861 46 21

Rua de Xabregas, n.º 52

1949-003 Lisboa

E-mail: dirigir@ifep.pt

EDIÇÃO

Gabinete de Comunicação

PERIODICIDADE

6 números/ano

TIRAGEM

21 000 exemplares

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Enviar carta com nome

completo, data de nascimento, morada,

função profissional, empresa onde

trabalha e respectiva área de actividade

para Rua de Xabregas, n.º 52

1949-003 Lisboa

NOTADA NO ICS

DEPÓSITO LEGAL: 17519/87

ISSN: 0871-7354

Os artigos assinados são
de exclusiva responsabilidade
dos autores, não coincidindo
necessariamente com as opiniões
da Comissão Executiva do IIEP.

É permitida a reprodução
dos artigos publicados, para fins não
comerciais, desde que indicada
a fonte e inferida a Revista.

Qualidade de vida e bem-estar, o jogo dos possíveis...

Hoje, a propósito do tema deste número da DIRIGIR, resolvi ir reler algumas páginas do manual de Economia do "velho" Paul Samuelson. E, entre alguns anacronismos (decorrentes com certeza da data de edição!) foi interessante constatar que, nas últimas décadas, a curva do Bem-Estar Económico Líquido (BEEEL) não tem crescido tanto quanto a do Produto Nacional Bruto (PNB): ou seja, a satisfação das necessidades e expectativas das pessoas tem ficado aquém do acréscimo de bens e serviços produzidos.

Esta situação fica a dever-se a um conjunto de factores negativos induzidos, directa ou indirectamente, pelo nosso actual modelo de desenvolvimento, assente no primado do "querer ter, e parecer, mais, maior e melhor" em detrimento do "querer ser". O adjectivo (a forma) tende a sobrepor-se ao substantivo (o conteúdo). Assim, por vezes, a "liberdade" de concorrência e de mercado deixou de constituir uma garantia de equidade nas relações económicas para se transformar no novo dogma do egocentrismo, base dum certa "mitologia" da existência pós-moderna - a ideia de sucesso individual independente (dos outros, leia-se!).

A qualidade de vida e o bem-estar são, nos tempos que correm, conceitos cada vez mais volúveis e efémeros. A sua realização aparece, normalmente, associada à liquidez financeira, à abundância de meios monetários. A verdade é que a nossa disponibilidade cresce (a económica, entenda-se!) como uma progressão aritmética (1, 2, 3, 4...) enquanto as nossas necessidades e expectativas tendem a aumentar como uma progressão geométrica (1, 2, 4, 8...), o que cria, no limite, uma propensão marginal para a insatisfação. Quanto mais se tem maior é a nossa "consciência" do que nos falta ter. É a alegria do nosso descontentamento.

Podemos pois concluir que não existe uma escala única para medir o nível de vida; esta é de geometria variável, conforme o lugar, o tempo, o tipo de

sociedade e a mentalidade dos povos ou, depende mesmo, mau grado, a capacidade de nos influenciarmos reciprocamente, das ambições individuais de cada cidadão. Por isso, "viver bem" é... uma realidade tão ambivalente, consoante se fala no primeiro, segundo ou terceiro mundo.

Apesar de tratar de um tema muito vasto, a DIRIGIR não hesitou em abordá-lo "olhos nos olhos", na convicção de que só reflectindo sobre os **problemas**, aparentemente labirínticos, complexos e desmotivadores, poderemos encontrar algumas hipóteses de **solução**, antes que a angústia se apodere irremediavelmente dos nossos corações ou, mais grave ainda, das nossas cabeças.

Assim, resolvemos partilhar com os leitores um conjunto de visões multifacetadas quanto ao sobreendividamento e ao consumismo nas sociedades modernas, à ergonomia e à qualidade dos ambientes de trabalho, ao modo de vida das famílias e dos familiares, aos novos factores de pobreza e exclusão social, ao desconforto da "explosão" urbana sem regras, sem cultura e sem arte, aos custos das agressões ao ecossistema, em síntese, ao Portugal de hoje no concerto das nações europeias e no mundo.

Julgo que se tratam de testemunhos lúcidos, equilibrados e sem catastrofismos. Uma boa sinopse do jogo entre as expectativas e as concretizações de todos nós... Espero que seja útil.

"A única pessoa que muda de verdade a face do planeta é aquele que lava modestamente o seu terreno"

Ramon Gómez de La Serna (1888-1963)

In Gregerias



Félix Estanino

Qualidade de Vida nas Empresas



RUBEN EIRAS

Jornalista, especializado em Sociologia do Trabalho

A qualidade de vida no trabalho tem um longo caminho a percorrer em Portugal. A realidade do dia-a-dia mostra que conceitos como a saúde ocupacional e higiene e segurança laboral, a gestão do stress, a ergonomia no posto de trabalho e política de conciliação entre o trabalho e a família ainda são estranhos para muitas empresas e trabalhadores portugueses.

Qualidade do Trabalho: Uma Miragem nas Empresas Portuguesas

Os números confirmam-no. De acordo com o Terceiro Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho, elaborado pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Trabalho, aproximadamente três quartos dos trabalhadores portugueses preferem trabalhar continuamente a altas velocidades, valor que se situa na média da UE, que é de 24 por cento.

Um quarto da força de trabalho nacional declara estar continuamente exposta a posições dolorosas ou fatigantes, sendo a média no espaço europeu de 18 por cento.

“Este tipo de trabalho está intimamente ligado aos problemas de saúde e acidentes de trabalho”, observa Filomena Oliveira, gestora de investigação daquela entidade. E neste plano os valores estatísticos são preocupantes: segundo os dados do Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, cerca de 5000 trabalhadores sofrem acidentes de trabalho anualmente, sendo esta uma das mais altas taxas da UE.

Os resultados do Terceiro Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho sugerem também a existência de uma associação entre o *stress* e as horas extraordinárias. Na pergunta sobre como o trabalho afecta a saúde, 18 por cento da mão-de-obra nacional refere o *stress* como factor principal, o que corresponde ao segundo valor mais baixo do inquérito, sendo a média europeia de 28 por cento. Todavia, no que diz respeito à média de horas semanais de trabalho, Portugal encontra-se em segundo lugar com 41,5 horas, contra a média de 38,2 da UE.



O Divórcio entre o Trabalho e a Família

Outra das mazelas que afecta toda a força de trabalho europeia é a falta de conciliação entre o trabalho e a vida familiar, decorrente da maior flexibilidade e organização do tempo laboral nas organizações. Com efeito, cerca de metade da população activa europeia declara trabalhar todos os sábados, enquanto mais de 20 por cento trabalha em turnos pelo menos 25 por cento do seu tempo. O trabalho de 24 horas tornou-se normal na Europa.

A formação e a autonomia no trabalho também são indicadores da qualidade de vida na empresa. Nestas categorias Portugal situa-se mais uma vez na cauda da Europa. Na Europa, em média, um terço dos trabalhadores recebeu formação nos últimos doze meses, quer paga ou oferecida pela entidade formal. Em Portugal apenas 12 por cento dos trabalhadores portugueses declararam ter recebido formação, tendo este número baixado em relação ao valor de 18 por cento registado em 1995.

Quanto à autonomia no trabalho — capacidade do empregado para seleccionar ou alterar a sequência de tarefas —, foi referida por 59 por cento da força de trabalho nacional. Este valor é inferior ao da média europeia, de 64 por cento.

Estes dados são reforçados pelo recente Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal de 2000, elaborado pelo Departamento de Estatística do Trabalho e Formação Profissional (DETEFP).

Dado que o número de acidentes laborais em Portugal é um dos mais elevados da UE, são surpreendentes os números relativos ao estado

da higiene e segurança no trabalho nas empresas nacionais: 65 por cento dos trabalhadores são abrangidos por serviços de medicina no trabalho, 82 por cento beneficiam de exames médicos regulares e 69 por cento das empresas afirmam possuir serviços internos de higiene e saúde no trabalho. **“Tenho muitas reservas em relação a estes valores”**, refere cautelosamente João Freire, sociólogo do trabalho e docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. **“Estão**

muito acima da realidade e acho que esta inflação numérica deve-se à má formulação das perguntas. É necessário aprofundar mais a pesquisa para averiguar a veracidade desta realidade”, sugere. Neste plano, um dos pontos positivos é o aumento da formação de técnicos especializados em higiene e segurança no trabalho, onde 10 por cento dos trabalhadores frequentaram cursos naquela área.

Tempo Médio de Trabalho Diminui...

Outra das mudanças positivas foi a diminuição do tempo médio de trabalho, já que 60 por cento declararam laborar durante 40 horas por semana, uma diminuição significativa desde a última vez em que foi realizado o inquérito, em 1993. Cerca de 22 por cento referiram ultrapassar esta carga horária. Segundo aquele docente, esta viragem deve-se à introdução da lei das 40 horas, à pressão sectorial na negociação colectiva para a adopção de horários flexíveis e com maior intensidade de trabalho e à utilização — ainda que primária — de novas formas de gestão da organização laboral.

“Há mais trabalho pautado pela concretização de objectivos do que pelo tempo de permanência no posto laboral. Por isso, o trabalho em cooperação e em equipa aumentou nas empresas”, observa João Freire.

No entanto, aquele investigador ressalva que ainda existem muitas deficiências significativas a nível da gestão e da formação. Isto porque os empresários continuam a adquirir equipamento tecnológico e a importar modelos de organização produtiva sem serem previamente testados e adaptados à cultura nacional e da empresa em particular. **“Além disso, a formação é insuficiente, não é tomada em parceria entre o trabalhador e o patrão e utiliza-se em demasia a formação no posto de trabalho, o que não desenvolve plenamente as competências profissionais da força laboral”,** ressalva João Freire.



... mas Produtividade Continua na Gaveta

No que diz respeito aos benefícios sociais, a situação também não é melhor. Segundo os resultados do inquérito do DETEFP, só 24 por cento dos empresários portugueses concedem prémios de produtividade aos seus trabalhadores. Os subsídios de refeição abrangem 84 por cento dos empregados e os de transporte somente 17 por cento.

De acordo com João Freire, o baixo valor dos prémios de produtividade é decorrente da posição contrária dos sindicatos face à individualização das remunerações e favorável ao aumento igualitário dos salários. Além disso, aquele especialista refere

também como factor explicativo desta situação **“que a tabela salarial igualitária para todos os trabalhadores também é preferida pelos empresários menos exigentes, porque é mais fácil de gerir e negociar com os sindicatos”**. Por sua vez, este também é um sinal da fraca influência e subtilização dos gestores de recursos humanos na administração da maioria das empresas, já que são escassos os sistemas de remunerações mais complexos e orientados para a produtividade.

“Isto tem claramente efeitos negativos sobre o nosso desempenho produtivo no trabalho, o qual é um dos baixos da UE, e sobre a qualidade de vida na organização, porque os trabalhadores não encontram estímulos remuneratórios para se motivarem, o que é um dos factores mais importantes para a motivação da força de trabalho portuguesa, como ficou demonstrado pelo estudo sobre as atitudes sociais dos portugueses perante o trabalho elaborado pelo Instituto de Ciências Sociais”, sublinha João Freire.

Mais Trabalho de Pé

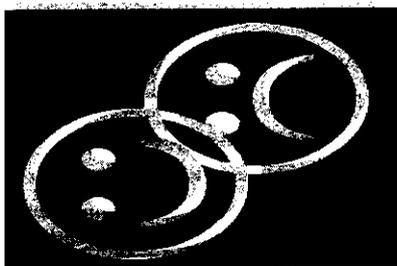
Outro do factor que mudou em termos negativos a qualidade de vida no trabalho dos Portugueses é o aumento do tempo de deslocação da casa para o emprego. Em 1993, 42 por cento deslocavam-se a pé para o emprego. Em 2001, este valor caiu para os 17 por cento, elevando-se a deslocação por veículo próprio ou de terceiros para 56 por cento. O valor dos que utilizam os transportes públicos manteve-se inalterado: 19 por cento. Segundo João Freire, em comparação com 1993, o tempo gasto e a distância

nos trajectos aumentaram.

Um dado curioso é que 45 por cento dos portugueses trabalham de pé.

“As tendências registadas ao nível das condições de trabalho afectam gravemente a saúde e produtividade”, salienta Raymond-Pierre Bodin, director da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Trabalho. **“Uma economia saudável e competitiva nunca poderá basear-se numa força de trabalho doente”,** acrescenta aquele responsável.

Tendo este cenário de fundo, a DIRIGIR, depois de auscultar especialistas em recursos humanos, apresenta a seguir uma série de orientações a seguir para as empresas e trabalhadores melhorarem a sua qualidade de vida no trabalho, nas suas diversas vertentes.



A Indispensável Higiene e Segurança no Trabalho



É uma das componentes da manutenção dos recursos humanos numa organização, a par dos sistemas de remuneração e dos benefícios sociais, por exemplo. Segundo Oliveira Rocha, docente na Universidade do Minho, a higiene no trabalho é o conjunto de normas e procedimentos que visam a protecção da integridade física e mental do trabalhador.

A segurança no trabalho é o conjunto de medidas técnicas destinadas a prevenir acidentes. A elaboração de um plano de higiene e segurança do trabalho tem que ser baseada no diagnóstico e avaliação da actividade laboral para se definirem as medidas mais adequadas. Logo abaixo seguem as premissas básicas para esse diagnóstico:

1— O risco do trabalho hierarquiza-se pelos seguintes graus:

- I. Ausência geral de risco.
- II. Riscos bastante previsíveis e controláveis.
- III. Riscos potencialmente pesados e difíceis de prever.
- IV. Exposição prolongada a situações muito perigosas com alto risco de prejuízo.

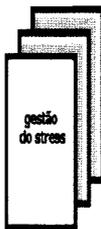
2— Os esforços físicos caracterizam-se nas seguintes categorias:

1. Fundamental: esforço físico ao nível do normalmente exigido.
2. Ligeiro: esforço físico ao nível do uso de instrumentos ligeiros de mão e de manejo de materiais bastante ligeiros.
3. Moderado: esforço físico ao nível do uso de instrumentos manuais de tamanho médio; subida e trabalho em escadotes ou posições difíceis.
4. Extremo: esforço físico ao nível do uso de instrumentos pesados e duros, ou o manejo de materiais pesados.

3— Quanto ao ambiente de trabalho, este categoriza-se por ser:

1. Excelente: ambiente de escritório.
2. Bom: ausência geral de variações anormais de temperatura; condições às vezes desfavoráveis devido ao trabalho exterior.
3. Regular: alguns factores desfavoráveis de ambiente devido à necessidade inevitável de estar sujeito a condições atmosféricas variáveis.
4. Difícil: exposição inevitável a condições desfavoráveis tais como todo o tipo de tempo ou outras condições indesejáveis, como o ruído e sujidade.
5. Muito desagradável: exposição predominantemente em ambientes desagradáveis.

Gestão do Stress: Um Imperativo



É o “vírus” laboral da era moderna. De acordo com os especialistas, o *stress* pode ser definido como um sentimento de tensão que é simultaneamente físico e emocional e que pode ocorrer em determinadas ocasiões. No entanto, a situação que é fonte de stress para uma pessoa poderá não o ser para outra.

“**Isto depende da forma como o indivíduo a percebe**”, explicita Marco Ramos, psicólogo do Instituto de Prevenção do Stress e Saúde Ocupacional. “**Por outras palavras, o stress é a discrepância entre aquilo que é exigido e aquilo que se tem para dar. Só que a forma como se lida com essa discrepância varia de pessoa para pessoa, conforme a sua personalidade**”, reforça o especialista. Neste plano, o *stress* pode ter origem em vários factores, de nível interno e externo. As fontes internas dizem respeito às exigências que o indivíduo exerce sobre si próprio, tais como o sentido de responsabilidade, o perfeccionismo e a culpabilização. Na dimensão externa encontram-se as pressões que o indivíduo sofre como, por exemplo, a sobrecarga de trabalho — quer em termos qualitativos como quantitativos —, financeiras, familiares e as inerentes à própria função. Quanto aos sintomas, estes manifestam-se de diversas formas. “**A pessoa torna-se mais irritável, perde o sono e, decorrido algum tempo, pode ocorrer a somatização, que é a transformação de um mal-estar psicológico num mal-estar físico**”, explica Amândio da Fonseca, director-geral da Egor. “**Poderão aparecer úlceras, doenças cardiovasculares, depressões, apatia, ansiedade e alterações negativas na qualidade, na pontualidade e na produtividade do trabalho**”, observa Marco Ramos. Por sua vez, os custos decorrentes do *stress* têm um impacte significativo na perda de eficácia organizacional. De acordo com recentes estudos, estima-se que 60 por cento da totalidade do absentismo tem relação directa com o *stress*. Dentro da “lista negra” também se encontra a saúde, com o incremento dos acidentes de trabalho. Por exemplo, segundo dados recentes da Secretaria de Estado do Trabalho do Governo dos Estados Unidos da América, os custos anuais de acidentes de trabalho ultrapassaram os 33 biliões de dólares, provocaram cerca de 11 000 mortes e perto de dois milhões de várias incapacidades. Além disso, também aumenta a rotação de pessoal, com efeitos directos na diminuição geral da produtividade e qualidade da empresa. Todavia, de acordo com os vários especialistas, o custo mais oneroso para as empresas situa-se na perda do potencial humano — o *mindware* — da sua mão-de-obra. Isto porque

a natureza do trabalho passou a ser mais intelectualizada, individualizada e mental com a introdução das novas tecnologias de informação. “**Com o advento da sociedade da informação e do conhecimento, o stress passou a ter uma maior incidência de foro psicológico. Com o aumento da competitividade e da rapidez da mudança, deu-se um aumento exponencial da exigência psicológica**”, afirma Amândio da Fonseca. “**De facto, o verdadeiro valor das empresas está nos trabalhadores e nas suas mentes. Mas os gestores portugueses tendem a ignorar esta realidade**”, advoga aquele responsável.

É aqui que entra a gestão do *stress*, o esforço para controlar a tensão que ocorre numa situação considerada de difícil controlo. A nível das empresas, Amândio da Fonseca defende que estas deveriam delinear e organizar um programa de formação em técnicas de combate ao *stress* adequado à realidade organizacional. “**Embora ainda não existam programas estruturados, aos poucos as empresas vão-se mentalizando dessa necessidade**”, salienta o responsável. “A formação não deve ser apenas orientada para a dimensão profissional, mas também para o nível de desenvolvimento pessoal”, acrescenta.

Assim, segundo Marco Ramos, para a empresa elaborar um programa de combate ao *stress* deverá diagnosticar os custos que o *stress* infere na força de trabalho, para seguidamente avançar com um plano de acção. Desta forma, ao pô-lo em prática, a empresa diminuiria a rotatividade de pessoal, reduzindo substancialmente os custos. O resultado seria uma maior fixação, retenção e rentabilização da actividade dos profissionais na empresa. A nível individual, a opinião geral dos especialistas centra-se no esforço na criação e manutenção de espaços pessoais para a descontração, o relaxe, o lazer, a prática de actividades desportivas e de meditação. Os cuidados com uma alimentação e um estilo de vida saudáveis — romper com o sedentarismo — também ajudam ao equilíbrio físico e psicológico. Portanto, álcool, café e tabaco são vícios a evitar. Em suma, a gestão do *stress* é fundamental para uma carreira bem sucedida e para a eficácia das empresas no Mundo turbulento e competitivo em que hoje vivemos. E como diz o velho provérbio popular, “**mais prevenir do que remediar**”. Portanto, depois da acção “curativa” do *stress* nas empresas, convém que a gestão de recursos minimize os efeitos negativos do *stress* através de uma acção preventiva. Só desta maneira é que as organizações poderão aproveitar ao máximo o seu *mindware* e ganhar vantagem competitiva, ao ajudar os seus trabalhadores a protegerem-se do maior “vírus” do trabalho, o *stress*.

Ergonomia: Um Campo por Desbravar

Sendo ainda uma disciplina relativamente desconhecida em Portugal pela maioria dos gestores, a ergonomia é um factor-chave numa política estratégica de recursos humanos mais eficaz. “**Este ramo do conhecimento é essencial para assegurar a qualidade do trabalho, o conforto e a segurança dos colaboradores nas organizações**”, afirma António Bento, mestre em sistemas sócio-organizacionais da actividade económica do Instituto Superior de Economia e Gestão.

O objectivo principal da ergonomia é actuar preventivamente nas situações de trabalho lesivas da integridade do trabalhador e criar condições para elevar a produtividade da mão-de-obra da empresa. “**Está provado que o ambiente físico de trabalho interfere no desempenho profissional**”, reforça aquele especialista. E, na maior parte das vezes, a alteração de pequenos pormenores pode contribuir para um aumento significativo da qualidade de vida no trabalho. Aqui ficam algumas “dicas” ergonómicas de António Bento, condensadas da sua colaboração no livro *Gestão de Recursos Humanos — Contextos, Processos e Técnicas*, publicado pela RH Editora:

Iluminação — o local de trabalho ideal deverá possuir uma boa iluminação solar e o excesso de luminosidade pode ser controlado com uma persiana. Além de ser benéfica à saúde, a luz natural reduz o consumo de energia. Para um lugar escuro, a solução é um candeeiro de mesa. São recomendadas as lâmpadas com temperatura entre 2500 K e 3000 K, pois tornam os ambientes mais aconchegantes.

Cores — cores claras são as mais indicadas para as paredes e móveis, mas fuja dos entendiantes branco

e bege. Não há uma regra fixa, basta criatividade e imaginação.

Temperatura — a temperatura padrão do ambiente de trabalho é de 24 graus. O ideal é ter alguma ventilação externa, que pode ser activada durante a noite. Nos edifícios com ar condicionado central existem equipamentos com controlo localizado da temperatura em cada posto de trabalho.

Ergonomia — não se impressione com móveis “de autor”, com *design* de vanguarda. A escolha dos móveis depende mais da função exercida por cada um e das ferramentas utilizadas no trabalho. Vale a pena pedir orientação profissional no momento da compra. Uma cadeira adequada aumenta a produtividade em cerca de 40 minutos por dia. Num ano, isso equivale a 26 dias de trabalho.

Qualidade do ar — uma planta no local de trabalho, além de tornar o ambiente mais agradável, funciona como um purificador de ar natural. A limpeza frequente das tubagens do ar condicionado é obrigatória.

Privacidade e interacção — é natural que as pessoas fiquem incomodadas quando são vistas o tempo todo e não podem abrir a boca sem ser ouvidas por quem está ao redor. Se não lhe agrada estar no campo de visão de um colega, mude a posição do ecrã do seu computador. Deve conseguir conciliar o desejo de privacidade com o de interacção de equipa. As empresas costumam resolver esse problema utilizando estações de trabalho

flexíveis — mobiliário com rodinhas, que permite encaixe de mesas entre a equipa — ou salas fechadas, que podem ser usadas nos momentos de isolamento.

Personalizar o seu espaço — todos têm o direito de personalizar o seu espaço e torná-lo mais aconchegante. Mas não traga o jardim inteiro para o escritório.



Conciliar o Trabalho e a Família: o Desafio das Mulheres

Em Portugal, cada vez mais as mulheres têm um papel preponderante na vida activa e, segundo o estudo “As mulheres entre o trabalho e família nos países da União Europeia”, publicado pelo Centro de Estudos do Emprego, uma entidade de investigação sediada em Paris, 63 por cento das mulheres portuguesas estão no mercado de trabalho e 92,2 por cento das licenciadas encontram emprego imediato. Para Ana Maria Braga da Cruz, presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, **“estes valores traduzem um aumento significativo de mulheres a frequentar o ensino superior e geralmente são elas que terminam a licenciatura com notas mais altas. Elas sentem que têm de se empenhar mais para conseguirem alcançar cargos de chefia”**.

Só que a igualdade entre mulheres e homens a nível profissional e social está longe de ser uma realidade em Portugal: **“mesmo que as mulheres tenham melhores notas na licenciatura, são os homens que entram mais facilmente nas empresas. Mesmo em relação aos salários e nas regalias profissionais os homens são os mais privilegiados”**, observa Maria das Dores Guerreiro, socióloga do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Para esta especialista, outro dos grandes problemas que está na base da desigualdade no mercado de trabalho entre as mulheres e os homens resume-se a que **“a nossa vida social não está preparada para apoiar as mulheres trabalhadoras. Apesar de apresentarmos uma taxa de actividade alta não temos ainda os apoios necessários para conciliar o trabalho com a família”**.

Segundo a opinião desta especialista existem diferentes tipos de “contrato social” nos diversos

países e que ajudam a compreender as múltiplas formas de participação das mulheres no mercado de trabalho. Esses modelos de “contrato de social” vão desde as situações como as da Alemanha, com o ideal da mulher doméstica, às situações de países nórdicos como a Suécia, que valoriza a profissionalização das mulheres e aposta na oferta de serviços às famílias (creches, apoio a idosos,

serviços de proximidade), mas também a partilha de responsabilidades familiares entre o pai e a mãe.

O caminho a seguir para uma maior igualdade entre as mulheres e os homens no mercado de trabalho em Portugal deverá

necessariamente passar por várias etapas. A principal é a mudança das mentalidades e com ela o apoio social, criando-se mais oferta de serviços virados para as crianças e idosos dependentes das mulheres trabalhadoras, esperando que o Governo tenha um papel activo na construção de uma sociedade mais equilibrada. As empresas, por sua vez, deverão adoptar políticas “amigáveis” da família *family-friendly*, para ajudarem os seus colaboradores a conciliarem a vida profissional com a familiar. Recentes estudos nos EUA confirmaram que as empresas que adoptam estas políticas obtêm uma força

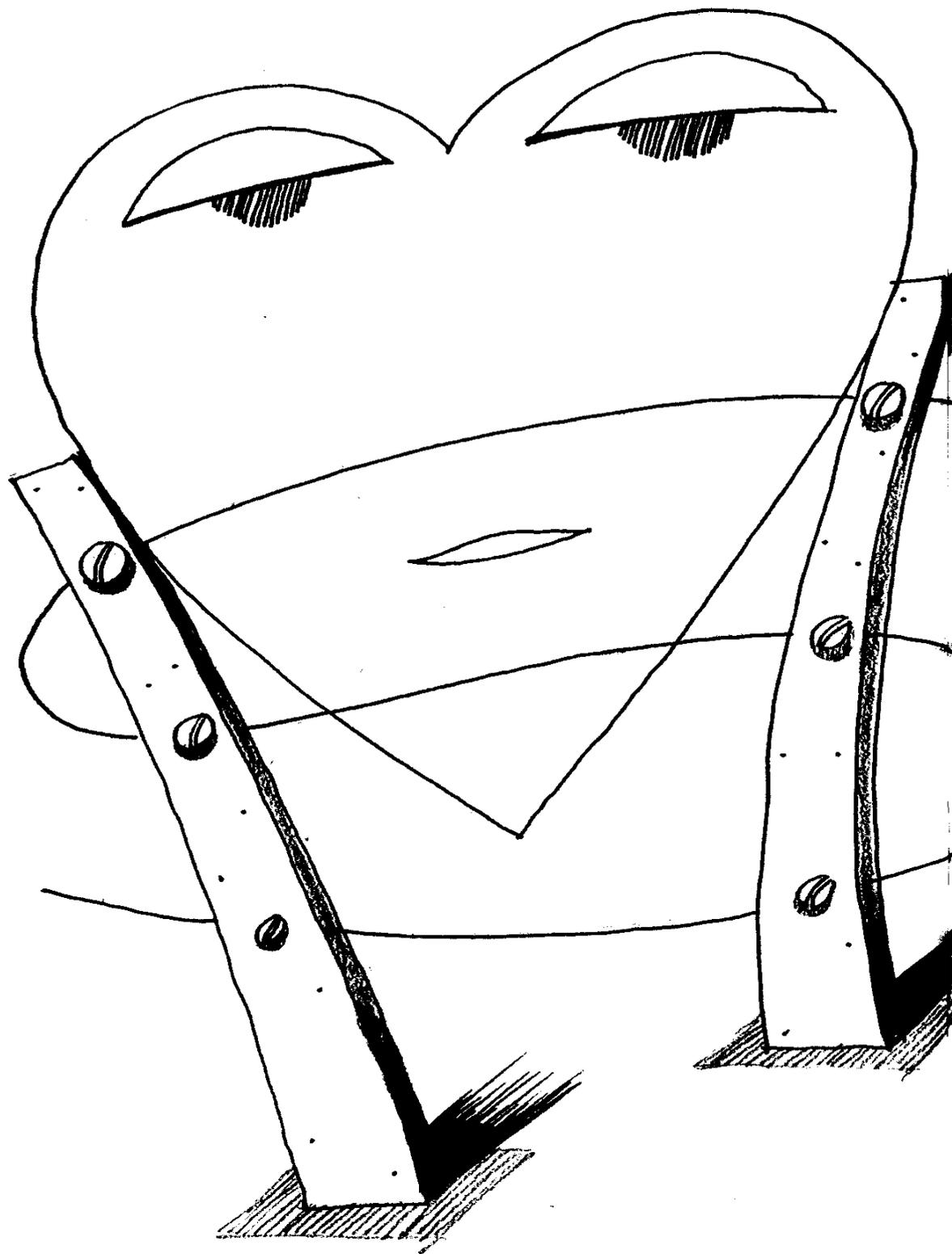
de trabalho mais feliz, satisfeita e produtiva.

Para mais informações sobre esta temática, visite na Web www.srhm.org, o *site* da Society for Human Resource Management e o *site* da Deloitte & Touche (www.deloitte.com), uma das empresas mais emblemáticas na política *family-friendly*.



Qualidade de Vida

A Cada Um Seu Paladar



CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA

Jornalista

○

Quando me sugeriram que definisse “qualidade de vida” num pequeno texto, manifestei alguma indecisão em satisfazer o pedido. No entanto, por uma associação de ideias só explicável através de uma análise psicanalítica, veio-me de imediato à memória uma cena passada na televisão e decidi aceitar o repto.

A história conta-se em breves palavras.

Há uns tempos atrás, num programa da RTP, uma repórter perguntava a uma simpática cidadã, (estilo D. Angelina de “Olhos de Água”, rendida aos encantos da grande cidade), qual era para ela o bem mais precioso para a fazer feliz.

A resposta veio imediata: “Dinheiro! Muito dinheiro!” Quiçá surpreendida com a rapidez da resposta, que terá considerado extemporânea e irreflectida, a repórter insistiu: “Mas não acha que a saúde é mais importante que o dinheiro?”

Sem pestanejar, a senhora respondeu: “Saúde? Para que quero eu saúde se não tiver dinheiro para a gozar? Venha primeiro o dinheiro que depois a saúde logo se há-de arranjar!”

Esta cena ilustra bem a subjectividade da questão e a dificuldade em encontrar a resposta adequada para definir qualidade de vida.

Não se trata, porém, de uma problemática recente.

Se recuarmos à Antiga Grécia, verificamos que já no século v a.C. o problema era tema de reflexão e colocava em posições opostas cínicos e epicuristas. Enquanto os primeiros defendiam que a qualidade de vida não dependia de coisas exteriores, como o luxo material ou o poder político, mas sim da sabedoria em se libertar delas, os epicuristas afirmavam que a finalidade da vida era atingir o máximo prazer sensível, fruindo cada momento.

Transportado para os dias de hoje, aquele confronto de ideias poderá equiparar-se ao que divide os defensores do consumismo (que visam obter o prazer e a felicidade materiais) daqueles que enobrecem a defesa de valores não materiais (o desejo de viver num ambiente saudável ou a garantia de segurança, por exemplo) como forma de garantir a qualidade de vida.

Assim sendo, valerá a pena perguntar se há razões para nos surpreendermos com a resposta dada por aquela senhora à jornalista da RTP. Não será legítimo que numa

sociedade onde a publicidade procura comandar os nossos comportamentos e nos faz acreditar que só através do consumo podemos atingir o prazer e ter reconhecimento social, haja pessoas para quem o padrão de qualidade de vida seja definido pela posse de uma parafernália de bens materiais, cuja fruição só é possível se tivermos — OU APARENTARMOS TER — um elevado poder aquisitivo?

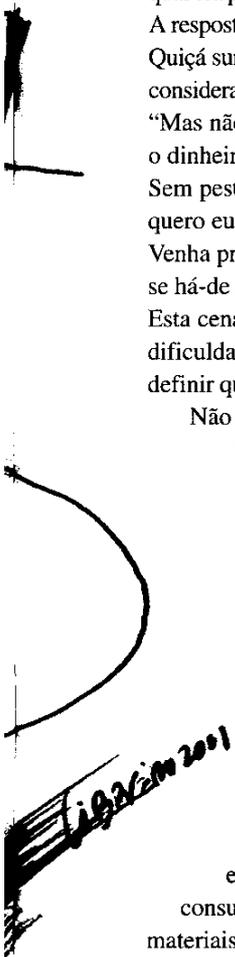
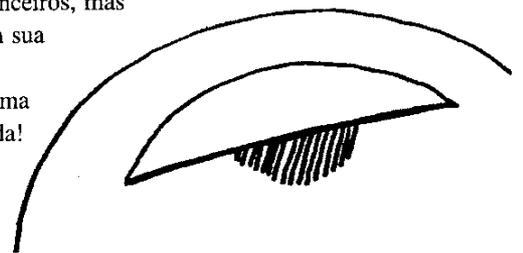
A qualidade de vida é, acima de tudo, um conceito social que se vai construindo de acordo com os *inputs* que recebemos não só através do meio onde vivemos, mas também do mundo idílico que diversos agentes externos (certa comunicação social, publicidade, marketing, etc.) vão construindo à nossa volta.

É por isso normal que numa sociedade onde o mais importante é o momento que se vive, assistamos ao estrondoso êxito da denominada imprensa “cor-de-rosa”, ou ao avassalador número de candidatas a *reality shows* como o “Big Brother”. Está arreigada, neste modelo civilizacional onde nos movemos, a ideia de que o protagonismo mediático é o caminho certo para a chave do “sucesso” e que só o sucesso nos conferirá a qualidade de vida a que aspiramos. Afinal, como acontece nos contos de fadas, um *reality show* tem esse precioso dom de transformar sapos em príncipes. E daí até ser rei, é só mais um pequeno esforço. Que o diga o Zé Maria, que abandonou o anonimato da recôndita Barrancos para ascender ao estrelato em apenas 120 dias!

Vivemos numa época em que o dinheiro, aliado ao poder que confere, é encarado como sinónimo de qualidade de vida, aqueles que aspiram à concretização de valores não materiais são olhados de soslaio por esta sociedade massificadora, que tudo pretende uniformizar: valores, gostos e comportamentos.

Só que (felizmente...) a sociedade de massas, apesar dos esforços que tem despendido, ainda não conseguiu globalizar o pensamento. E, enquanto assim for, o conceito de qualidade de vida, pela subjectividade que encerra, continuará a ser indefinível.

É por isso que ainda é possível encontrar pessoas que, embora despojadas de bens materiais e com poucos recursos financeiros, mas “sentindo-se bem na sua pele” afirmam, sem hesitação, que têm uma boa qualidade de vida!



Um Dia na Vida de...

(Breve Crónica sobre a Qualidade de Vida)

JOÃO GODINHO SOARES

Engenheiro



Seg		5	12	19	26
Ter		6	13	20	27
Qua		7	14	21	28
Qui	1	8	15	F	29
Sex	2	9	16	23	30
Sáb	3	F	17	24	
Dom	4	11	18	25	

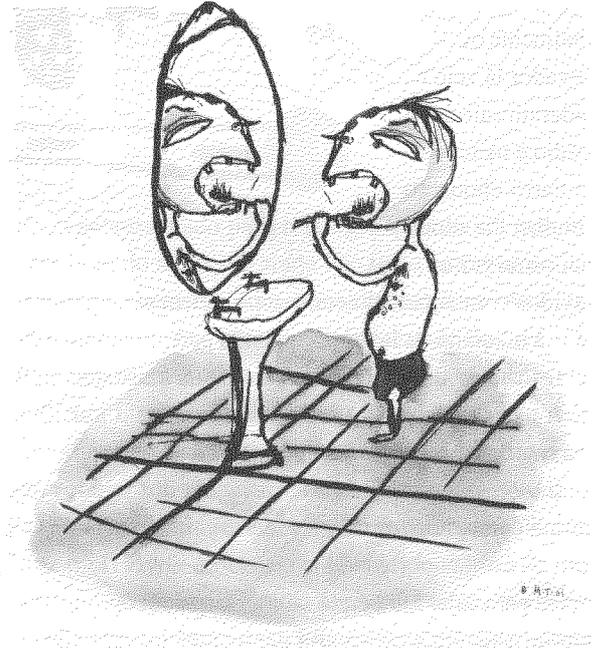


“Não sou suficientemente estúpido, ignorante e egoísta para poder ser feliz...”

(Autor desconhecido)

7:00

Acordou contrariado como habitualmente perguntando a si próprio que dia da semana era aquele para saber se tinha de se levantar ou se podia ficar mais um bocado na cama mas depressa percebeu que era apenas um vulgar dia de semana o que o fez gemer e praguejar baixinho enquanto ouvia sons familiares que vinham do resto da casa onde a mulher já se apressava no corrupio diário dos tachos e das panelas e dos ralhos aos miúdos para que se despachassem em vez de estarem a brincar enquanto lhes preparava os lanches e ela própria se vestia à pressa e entrava pelo quarto dentro sem cuidado nenhum a fazer o barulho do costume de propósito para o fazer sair da cama direito à casa de banho porque os miúdos já de lá tinham saído e ele tinha de se despachar se queria chegar a horas ao emprego.



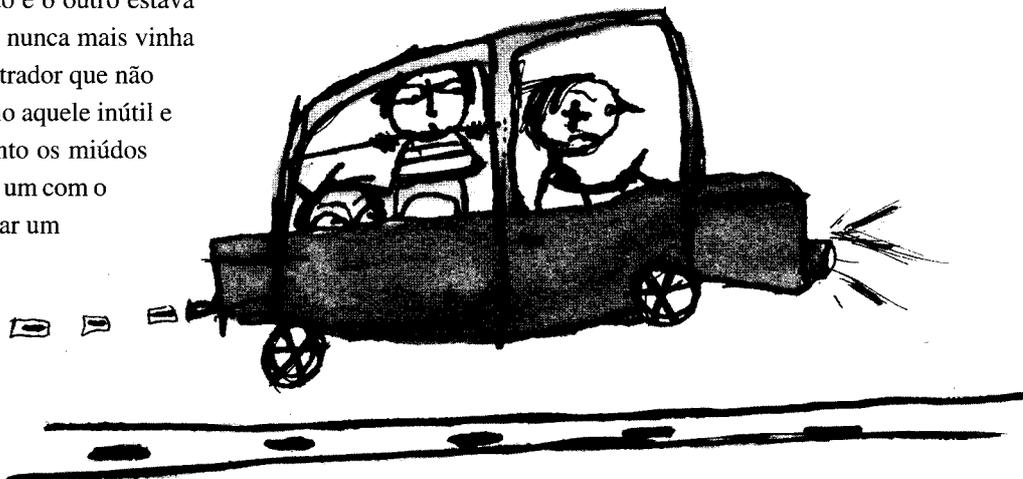
7:15



Lavou-se e vestiu-se repetindo os gestos do dia anterior e os do dia seguinte olhando-se ao espelho e vendo um parvo a olhar para ele sempre com a mesma cara e o mesmo bigode que nunca mais ficava como ele gostava mas paciência também não era nada de deitar fora apesar de uns poucos grisalhos que teimavam em aparecer e que até lhe davam um certo charme como lhe dizia a mulher nos poucos momentos em que estava bem-disposta como dantes durante o namoro e nos primeiros anos do casamento que iam ficando naquela lonjura devorada pelo tempo que não perdooa nem a ele nem à mulher que estava a perder a juventude a olhos vistos e o obrigava a disfarçar quando ela lhe perguntava se ele ainda a achava um borracho como noutros tempos tantas vezes dissera sinceramente.

7:50

Saiu de casa com a mulher e os filhos a reboque para logo perder a paciência porque um dos elevadores estava outra vez avariado e o outro estava ocupado como sempre e nunca mais vinha e a culpa era do administrador que não ligava nenhuma ao prédio aquele inútil e o tempo a passar enquanto os miúdos não paravam de implicar um com o outro e só lhe apetecia dar um tabefe a cada um para se acalmarem mas finalmente o elevador lá veio e puderam sair do prédio e meter-se no carro enquanto a mulher lhe zurzia mais uma vez os ouvidos com aquela do carro estar indecente e precisar de ir à máquina de lavar porque não percebe como é que deixas chegar o carro a este estado uma coisa que não custa nada e que podias fazer quando saís do trabalho como todos os outros fazem só ele é que não e continuou assim até chegarem à escola dos miúdos que saíram como de costume sem terem cuidado nenhum com os estofos obrigando-o a dar-lhes um berro que serviu para calar também a mulher o que foi ótimo porque estavam a começar a dar as notícias no rádio e ele queria ouvir.



© M.T. 01

8:30

Ficou mal-disposto com as notícias que falavam da crescente poluição do buraco do ozono do efeito de estufa das alterações climáticas das inundações da seca da fome da SIDA da BSE da violência e das guerras e culpou o Governo também porque a bicha não havia meio de avançar e era todos os dias a mesma coisa com a polícia que parecia que atrapalhava mais quando lá estava e ele já não sabia o que havia de fazer pois cada dia saía mais cedo de casa e era sempre a mesma m... sim porque não havia meio de resolverem aquele cancro nem mesmo os do partido em que ele votara porque afinal eles são todos iguais só querem é o poleiro e depois estão-se c... para os contribuintes honestos como ele que não pode fugir aos impostos porque é empregado e os ricos é que se safam e ainda gozam com os tansos como ele que têm de aturar aquelas bichas todos os dias e engolir os gases dos escapes enquanto a mulher ia aproveitando a lentidão da marcha para se pintar até chegar ao emprego e sair do carro a correr depois de fingir que lhe dava um beijo.

© M.T. 01

9:20

Chegou tarde ao Banco mais exactamente à secção de créditos onde eram tratados os empréstimos e as hipotecas cujos pedidos tinham crescido espantosamente no últimos tempos como uma verdadeira epidemia dando-lhe a si e aos seus colegas cada vez mais trabalho e a quem os obtinha a ilusão do dinheiro fácil que ia saciar uma sede generalizada de consumo que muitas vezes acabava mal quando as pessoas finalmente percebiam que não podiam suportar os encargos e o crédito ficava malparado e todos ficavam a perder mas isso era outra história para já teve de explicar ao chefe que tinha sido obrigado a deixar o carro a três quarteirões dali porque estava tudo cheio e ele não podia arriscar-se a apanhar outra multa como o chefe deve compreender desde que puseram aquela p... dos parquímetros o chefe desculpe mas é mesmo assim isto está cada vez pior mas não se preocupe que eu vou já levar-lhe aqueles elementos que me pediu ontem e que estão já quase prontos só falta uma coisinha que eu vou já fazer assim que tomar um cafézinho que eu sem um cafézinho não sou capaz de pensar então obrigado chefe eu já lhe levo aquilo fique descansado,



12:30

Olhou sobressaltado para o relógio quando viu que já era hora do almoço e ainda não tinha entregue os elementos ao chefe porque o maldito telefone não o tinha largado toda a manhã e o disparatado do Silva tinha-se posto à conversa e não descolou e ele com tanto para fazer mais o Antunes que é do Porto e o veio provocar por causa de mais um desaire do Benfica que está a passar um momento menos bom mas que vai conseguir superar com certeza vão ver sempre a distraí-lo do trabalho já não bastava as más condições do escritório sempre com aquele calor e o barulho e o pior de tudo que é o fumo dos cigarros dos colegas que não lhe ligam nenhuma quando ele se queixa e tem de engolir aquele fumo todo todos os dias sem contar que está cada vez pior dos olhos por causa do computador que tem de utilizar tantas horas seguidas.

13:00

Saiu para a rua cheio de fome em direcção à tasca onde almoçava habitualmente e que já estava cheia àquela hora claro obrigando-o a comer em pé uma sopa e uma sandes de paio ou lá o que era aquilo com uma cervejinha dando-lhe ainda tempo para preencher o boletim do totoloto e comprar um jornal onde entre notícias de desastres diversos e artigos de salvadores do mundo e de profetas da desgraça que o deixaram indiferente os olhos teimaram em fixar-se num anúncio a toda a largura que lhe oferecia um T2 pelo preço de mais de 10 anos inteiros de trabalho perto de extensas praias.



e sempre com deslumbrantes paisagens rodeado de um ambiente natural e próximo do emprego tendo ainda à porta um centro desportivo um centro comercial e a escola dos filhos que prometia tornar o seu sonho realidade mas fazendo-o distrair-se naquele momento com as horas e correr de volta ao emprego chocando com pessoas que passavam igualmente apressadas e que só o incomodavam.

17:30

Sentiu crescer a ansiedade enquanto terminava finalmente os elementos que o chefe lhe voltara a pedir com maus modos há uma hora atrás porque estava atrasadíssimo para ir buscar a mulher e ainda por cima tinha-lhe prometido lavar o carro mas estava a ver que ainda não seria daquela vez e ele lá teria de aturar a má cara dela quando visse o carro na mesma mas os elementos para o chefe eram mais importantes e ela tinha de compreender isso senão quem se chateava a sério era ele e dizia-lhe duas que a punham na ordem que era para ela aprender que não lhe podia dar ordens a ele que era homem sim porque as mulheres hoje em dia têm a mania que mandam em nós lá porque tiram cursos e trabalham e tratam dos filhos e se calhar têm razão paciência vou ter de arranjar uma desculpa para não a ouvir.

18:15

Viu a cara de caso da mulher e tratou logo de justificar o atraso o melhor que pôde à custa do chato do chefe e do caos do trânsito e até prometeu que lavaria o carro no dia seguinte sem falta quando finalmente percebeu que a cara dela não era de chateada mas sim de tristeza e perguntou-lhe o que é que ela tinha para estar assim e ela respondeu que tinha telefonado para o lar para saber como estava a mãe e lhe disseram que ela andava muito desanimada e triste e que só perguntava quando é que ela lá ia e ela tinha muita pena da mãe mas não podia ir vê-la mais vezes só aos fins-de-semana e mesmo assim era um sacrifício ela tinha de compreender que não podia tê-la em casa porque tinha de ir trabalhar todos os dias e depois quem é que tomava conta da mãe que já precisa que a ajudem para tudo e ela não pode não pode não pode e pôs-se a chorar ali mesmo no carro no meio do trânsito no meio de tanta gente onde afinal só estava ela e o marido que a tentava confortar sem convicção.

20:00

Chamou os miúdos várias vezes elevando cada vez mais a voz até que finalmente todos se sentaram à mesa para logo os miúdos torcerem o nariz quando perceberam que o jantar era peixe e fazerem a fita do costume quando a mãe lhes disse que não podiam comer só hamburgueres e pizzas e bifes até que os pais foram obrigados a impor a ordem com algumas ameaças e o ambiente se acalmou sobretudo graças à televisão que como habitualmente estava ligada para poderem ver as notícias e assim passaram o resto do jantar sem dirigirem praticamente uma única palavra uns aos outros a não ser algum comentário dito para o ar sobre o que se passava no pequeno ecrã mesmo quando algum dos miúdos pedia que lhe explicassem o que se passava recebia invariavelmente um chiu para que se calasse e deixasse ouvir a notícia sobretudo se era alguma coisa relacionada com futebol que era o momento mais alto da refeição até que o jantar acabava e os miúdos saíam da mesa muito antes dos pais.



21:30

Sentou-se no sofá da sala com o jornal que tinha comprado ao almoço e a televisão ligada enquanto a mulher lavava a loiça e arrumava a cozinha e os miúdos se mantinham enfiados no quarto agarrados à consola de jogos o que lhe permitia gozar uns momentos de paz e sossego enquanto não começava o *reality show* da moda que toda a família seguia atentamente apesar de ele achar que algumas cenas não eram lá muito próprias para os miúdos já para não falar da linguagem de esgoto que muitas vezes era usada mas paciência eles também

ainda eram muito pequenos para perceberem certas coisas e além disso nunca ficavam depois das 11 horas que ele não deixava até porque era normalmente quando davam as cenas mais puxadas e só ficava ele e às vezes a mulher que nessa altura já estava quase sempre podre de sono chateando-se porque ela não fazia companhia nenhuma.

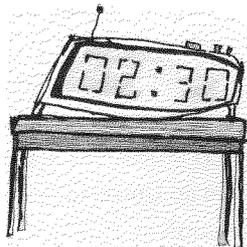
00:30

Desligou a televisão sentindo a cabeça saturada de publicidade e de programas que não mereciam o sono perdido e dirigiu-se para o quarto a tempo de ver a luz da mesa de cabeceira da mulher apagar-se o que lhe dava sempre a sensação de ser de propósito como se ela lhe quisesse dizer daquela maneira que ele escusava de estar com ideias porque ela queria dormir e assim se cumpria mais um rito diário restando-lhe apenas ir à casa de banho vestir o pijama deitar-se e esperar que nessa noite nada perturbasse o seu sono.

02:30

Abriu os olhos ensonado e percebeu quando olhou para os números luminosos na mesa de cabeceira que alguma coisa o tinha acordado àquela hora um barulho certamente como pouco depois confirmou quando ouviu distintamente a voz do vizinho do andar de cima os cliques dos interruptores

os passos e o autoclismo que o fez acordar completamente enquanto um nó no estômago crescia crescia e ele procurava desesperadamente à sua volta um motivo para não sentir aquela angústia pensando que os filhos e a mulher dormiam tranquilamente apesar de tudo e que o vizinho até não era mau tipo só tinha era horários esquisitos até que se lembrou vagamente do anúncio do jornal do T2 que prometia tornar o seu sonho realidade num local longe dali onde tudo era melhor muito melhor.



O Sonho

Finalmente adormeceu novamente e teve um sonho estranho, confuso, onde perpassaram algumas ideias que nunca tinha tido, coisas em que nunca tinha reflectido verdadeiramente mas que talvez tivessem estado sempre guardadas no mais fundo do seu subconsciente.

Num turbilhão:

- sonhou que os dias eram sempre diferentes e que em cada dia havia uma surpresa, algo de novo que o desafiava e lhe dava uma direcção para seguir;
- sonhou que as pessoas abandonavam os estilos de vida herméticos e individualizados que caracterizam os dias de hoje e que davam uma oportunidade às famílias que funcionam como verdadeiras equipas, onde a união, a partilha e a entreatajuda são regra e de onde resultam saudáveis sensações de prazer, distração e segurança;
- sonhou que as pessoas habitavam em casas confortáveis e compatíveis com a privacidade e a convivência, em vez de em gavetas em que todos vivem isolados e por isso se incomodam mutuamente;
- sonhou que os meios de comunicação social, em especial as televisões, tomavam consciência plena do seu papel de informadores e de formadores das sociedades e passavam a nortear a sua actuação por critérios de qualidade e de utilidade, em vez da lógica aurífera das audiências que nivelam por baixo;

- sonhou que a demagogia, a alienação, as promessas impossíveis e a má fé eram banidas da publicidade, libertando as pessoas da pressão esmagadora, aniquiladora das vontades e das consciências, a que estão a ser cada vez mais sujeitas;
- sonhou que as pessoas viviam vidas mais longas, mais produtivas, que aceitavam com naturalidade o envelhecimento e que quando finalmente eram já demasiado idosas para se poderem valer a si próprias lhes era proporcionada uma velhice confortável e digna, junto das famílias, sem solidão;
- sonhou com a igualdade de direitos e de deveres entre os sexos, em especial nas sociedades onde as mulheres são privadas da sua identidade e consideradas meros adereços masculinos;
- sonhou que a todos os trabalhadores eram proporcionadas condições de higiene, segurança e saúde nos seus locais de trabalho e que os serviços públicos cumpriam com a sua função ajudando a evitar os acidentes e a preservar a saúde das pessoas em vez de se obstinarem na aplicação de paliativos e em tratamentos tardios e ineficazes, depois de instalado o sofrimento;



- sonhou que os alimentos eram naturais, sem aditivos e manipulações genéticas, produzidos de forma abundante mas equilibrada, sem porem em causa o frágil equilíbrio da Natureza;
- sonhou com um verdadeiro ordenamento dos territórios, que impedisse as assimetrias regionais, o crescimento desmedido das cidades, a desertificação dos campos e o asfaltamento sistemático das terras produtivas, que proporcionasse a exploração sustentada dos recursos naturais e das indústrias;
- sonhou que os indiferentes, como ele, cegos e surdos voluntários da realidade que os cerca, tinham uma oportunidade de redenção;
- sonhou que o tão propalado desenvolvimento, o tão desejado progresso, sinónimos para muitos de mais riqueza material, significavam afinal maior afecto e respeito mútuo, traves-mestras do bem-estar dos povos;
- sonhou que era possível andar mais devagar, gastar mais tempo, não andar às ordens da pressa mas às ordens da vida, respeitar os ritmos biológicos e do Universo, ter tempo para ter tempo;
- sonhou...

União Europeia

Diferenças Salariais Penalizam Mão-de-obra Feminina

•
NUNO DE OLIVEIRA PINTO

Professor Universitário, Auditor, Consultor de Empresas

□
Portugal é o Estado-membro da União Europeia (UE) onde a diferença entre as remunerações auferidas por homens e mulheres é mais acentuada, de acordo com um estudo sobre a população e as condições sociais na União Europeia, realizado pelo Eurostat.

Os dados divulgados recentemente pelo gabinete de estatística da UE referem que, em meados da década de 90, o rendimento médio da população feminina que trabalhava a tempo inteiro nos sectores secundário e terciário da União Europeia não atingia 75 por cento do montante equivalente auferido pelos homens.

As mulheres portuguesas eram, entre os cidadãos dos quinze Estados-membros da União Europeia, aquelas que ganhavam menos em comparação com os homens (67 por cento), seguidas pelas gregas e pelas holandesas (70 por cento). No extremo oposto encontravam-se as suecas, as belgas e as dinamarquesas, com quase 90 por cento do salário auferido pela população masculina.

Nos últimos anos, e apesar dos aumentos verificados em alguns países, os dados do Eurostat mostram que na UE os rendimentos obtidos pelas mulheres continuam a ser, em média, significativamente inferiores aos dos homens, nunca ultrapassando os 90 por cento nos diversos Estados-membros da União Europeia.

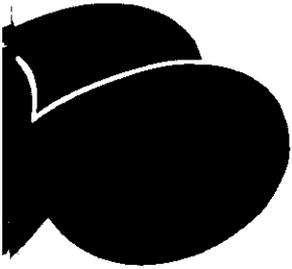
Viver com Qualidade

Na Era da Crise Global do Ambiente

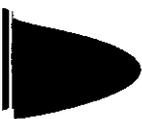


●
 VIRIATO SOROMENHO-MARQUES
 Professor Associado com Agregação
 da Universidade de Lisboa

○



Habitúamo-nos de tal modo a relacionar o conceito de qualidade de vida com as diversas modalidades de comportamento associados ao poder económico, que o título desta reflexão deverá ser entendido sob uma forma hipotética e interrogativa. Será mesmo possível falarmos de qualidade de vida no quadro da presente crise global e social do ambiente?



1. Onde nos encontramos? Quem quiser saber algo de mais consistente sobre a localização histórica da nossa geração não deverá recorrer a um sistema de GPS. O mais aconselhável será a leitura do recente terceiro relatório sobre o processo das alterações climáticas em curso, editado pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (acessível na Internet, basta procurar o sítio do IPCC).

Se há 30 anos, aquando da publicação do relatório ao Clube de Roma, produzido pela equipa do MIT dirigida por Dennis e Donella Meadows, com o título *Os Limites do Crescimento* (1972), choveram as críticas ao que parecia ser uma catastrófica especulação, com base científica, mas apesar de tudo uma especulação, agora a leitura do relatório do IPCC causa estupefacção e calafrio. Só mesmo uma pessoa com um baixo grau de literacia, como é o caso de George W. Bush, poderia falar de incertezas científicas quando este terceiro relatório, pelo contrário, resulta da convergência dos esforços mais avançados da ciência e tecnologia humanas em todos os domínios.

Onde estamos, afinal? Encontramo-nos no limiar de uma viragem radical do processo de civilização. Esse processo foi iniciado na alvorada da modernidade, através da complexa combinação entre a primeira globalização levada a cabo pelas caravelas de Vasco da Gama e a fundação do moderno espírito científico, com Copérnico, Brahe, Kepler, Galileu, Bacon e Descartes. A entrada em cena de uma nova mentalidade, que olhava para a Natureza como objecto de domínio e conquista, foi acompanhada, a partir da Revolução Industrial inglesa (iniciada na década de 1750), com a efectivação concreta dessa intenção de apropriação do Mundo natural. Durante 250 anos a industrialização do Mundo prosseguiu sem tréguas, com o seu surto de destruição ecológica, e a eclosão de sinais contraditórios de esperança e sofrimento entrou nesta transição milenar num período decisivo.

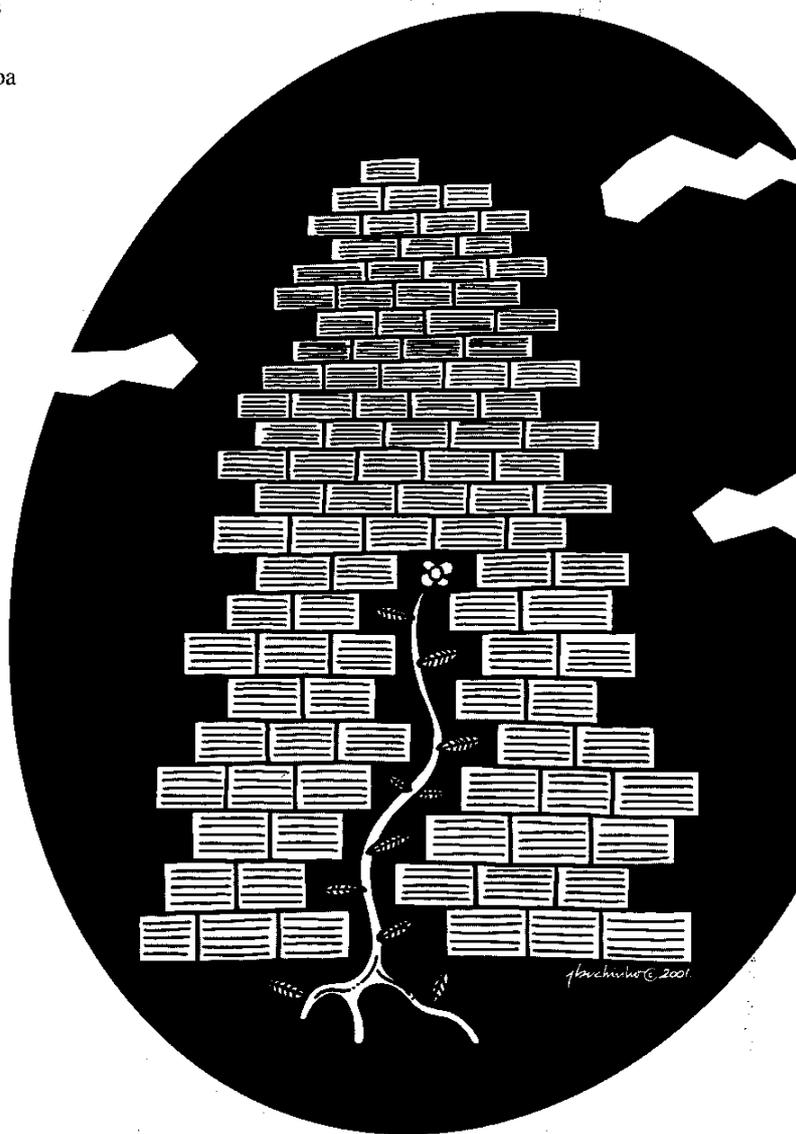
2. O custo ambiental do conceito clássico de qualidade de vida. Entre 1950 e 1998 o PIB mundial aumentou 6 vezes e a exportação de mercadorias foi multiplicada por 17 vezes. Ao longo de sucessivas décadas tornou-se dogmática a tese segundo a qual a qualidade de vida implicava o crescimento económico contínuo, medido através da inevitável trindade constituída pela intensificação do consumo de energia, pelo aumento da utilização de matérias-primas (não renováveis ou

exploradas acima da taxa de renovação natural, no caso das renováveis) e pela explosão nos volumes de resíduos (com diferentes graus de perigosidade). A questão fundamental é que já atingimos um ponto em que a insustentabilidade desse dogma se revelou em toda a sua crueza. Mesmo no seio do pensamento económico a ideia de que não poderíamos separar a economia das leis gerais da física (e os sistemas ecológicos são sistemas biofísicos) fez o seu caminho. Em 1966, Kenneth Boulding chamava a atenção para o facto de o nosso planeta poder ser comparável a uma grande nave espacial, sendo, sob certos aspectos, um sistema fechado, não podendo por isso ter qualquer realismo prático o mito peregrino de um crescimento exponencial perpétuo, baseado em recursos naturais finitos, subordinados aos princípios fundamentais da termodinâmica, incluindo o princípio da entropia... Antes mesmo de Boulding, já em 1920 o economista Arthur Cecil Pigou (1877-1959) recusava a cegueira dos grandes indicadores macroeconómicos (como é o caso do sacrossanto PIB), que são incapazes de tomar em boa conta aquilo que o autor britânico designava como “prejuízos não compensados” (*uncompensated disservices*), e que nós hoje poderíamos cunhar como externalidades negativas, um conceito que integra bem todos os atentados que, para benefícios parciais e de curto prazo, são feitos ao ecossistema global em que estamos todos embarcados. Em alternativa, Pigou propunha um novo macro-indicador, o “produto social bruto” (*social net product*), onde todas as externalidades positivas e negativas fossem incluídas e avaliadas. Por outras palavras, para Cecil Pigou o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas não eram indiferentes à ciência económica.

Mais perto de nós são imensos os trabalhos que procuram unir economia e ecologia, demonstrando com rigor o carácter insustentável de uma qualidade de vida assente na degradação ambiental. Salientaria, nesse vasto domínio, a importância dos contributos de Daly e Cobb (1990) na determinação de um ISEW, um índice de bem-estar sustentável (integrando aspectos sociais, ambientais e culturais associados à qualidade de vida das pessoas), destinado a corrigir a miopia do PIB. Numa linha de orientação semelhante, Max-Neef (1991) avançou com a sua “hipótese limiar”, baseada num

estudo de vários anos desenvolvido em 19 países, ricos e pobres. De acordo com essa investigação ficava demonstrada a incorrecção da concepção que associa melhoria ambiental ao puro aumento do PIB. Pelo contrário, a partir de um determinado limiar o PIB pode continuar a subir, e a qualidade ambiental e o bem-estar sofrem uma progressiva degradação.

As perspectivas abertas pelo relatório do IPCC não só confirmam, como agravam, os prognósticos sombrios destes lúcidos pensadores. O próximo século vai ser caracterizado por um aumento médio da temperatura no globo, sem paralelo nos últimos 10 000 anos (entre 1,4 e 5,8°C). O nível das águas do mar tenderá a subir entre 9 a 88 cm. Os fenómenos climáticos extremos multiplicar-se-ão. A geografia dos *habitats* alterar-se-á profundamente. Os riscos de insegurança alimentar e energética serão maiores do que nunca...



3. Qualidade de vida em tempo de crise. A hipótese da noosfera. Não haverá uma contradição neste subtítulo? Julgo que não. Aquilo que parece estar condenado a desaparecer no século XXI é uma concepção de qualidade de vida baseada na exploração destrutiva do ambiente. Estamos hoje a pagar os erros dos nossos avós e pais. Temos de agir de forma a que os nossos filhos não tenham de pagar, adicionalmente, o preço dos nossos erros. Já em 1848 John Stuart Mill chamava a atenção dos seus leitores para o facto de “o aumento em riqueza [material] não ser ilimitado” (*increase in wealth is not boundless*). Nesse sentido, Mill propunha que a sociedade humana caminhasse para um “estado estacionário” (*stationary state*) no que diz respeito à intensificação dos factores materiais envolvidos na economia. Se isso não fosse feito deliberadamente e com boa vontade, Mill acreditava que a necessidade obrigaria a humanidade a essa mudança, mesmo a contragosto. Nós, habitantes do século XXI, há muito que escutamos a dura voz da necessidade. Chegou agora o tempo de a seguir na vida de todos os dias. A que resultados práticos poderá conduzir nas próximas décadas a necessidade de repensar a qualidade de vida numa relação de sintonia com o ambiente, ao contrário da rota de colisão que ainda prevalece?

Parecem inevitáveis duas linhas de orientação. Em primeiro lugar, as próximas décadas deverão assistir a uma pesquisa esforçada por novas formas de energia amigas do ambiente. Nem combustíveis fósseis, nem nuclear. Isso levará a aumentos cada vez mais violentos nos preços dos combustíveis tradicionais. O resultado será uma mudança, mais ou menos vertiginosa, nos nossos gestos quotidianos, em particular naqueles associados ao modo como nos transportamos, nos hábitos de transporte. Cada vez recorreremos mais às auto-estradas da informação, em vez das auto-estradas propriamente ditas (pelo menos, usando veículos particulares, se entretanto uma nova revolução energética não modificar os dados da questão).

Em segundo lugar, a mudança nos hábitos de consumo, sobretudo nos países mais desenvolvidos, não significará uma perda da qualidade de vida, mas uma mudança no seu enfoque. No século passado, o jesuíta e evolucionista Teilhard de Chardin (1881-1955) falava numa noosfera, numa esfera do espírito, como sendo a direcção mais nobre e provável da marcha da vida e da humanidade sobre a Terra.

Num mundo menos aturdido pela vertigem dos bens materiais, a vida humana abrir-se-á, como profetizava Mill, para “todas as formas de cultura mental, e para o progresso moral e social” (*all kinds of mental culture, and moral and social progress*). Aquilo que aos olhos dos economistas clássicos apareceria como uma receita segura para a recessão, pode tornar-se na esperança de uma economia cada vez mais intensa em serviços culturais, recorrendo cada vez mais a competências educativas e intelectuais de produtores e consumidores, em vez de prosseguir no ciclo sem saída de um crescimento em que a qualidade de hoje é conseguida à custa da criação de infernos futuros. Teremos a coragem moral para aceitar um lugar na primeira linha desta mudança? Teremos coragem para empreender as reformas políticas e jurídicas que assegurem a justiça e a equidade em todas esta mutação nos padrões de civilização que se avizinha?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOULDING**, Kenneth E., “The economics of the coming spaceship Earth”, *Environmental Quality in a Growing Economy*, H. Jarrett (ed.), Washington, D.C., The John Hopkins Press, 1966, pp. 3-14.
- COSTANZA**, Robert, Ralph d’Arge, et al., “The value of the world’s ecosystem services and natural capital”, *Nature*, vol. 387, 15 de Maio de 1997, pp. 253-269.
- DALY**, H. and **COBB** J., *For the Common Good*, Boston, MA, Beacon Press, 1990.
- DIEFENBACHER**, H., “The Index of Sustainable Economic Welfare: a case study of the Federal Republic of Germany”, In: Cobb, C. and J. Cobb, Jr. (Eds), *The Green National Product: A Proposed Index of Sustainable Economic Welfare*, 1994.
- JACKSON**, T., and **MARKS**, *Measuring Sustainable Economic Welfare — A Pilote Index 1950-1990*, Stockholm Environment Institute, in cooperation with the New Economics Foundation-UK, Stockholm, 1994.
- MAX-NEEF**, M., *Human Scale Development: Conception, Application and Further Reflections*, New York, NY, The Apex Press, 1991.
- MILL**, John Stuart, *Principles of Political Economy with some of their Applications to Social Philosophy*, (1.ª ed.: 1848), New York, Reprints of Economic Classics, Augustus M. Kelley, 1965.
- PIGOU**, Arthur Cecil, *The Economics of Welfare* (1.ª ed.: 1920), London, McMillan, 1932.

Qualidade de Vida ou Quantidade de Coisas?



ELVIRA PEREIRA E FERNANDO CASQUEIRA
Socióloga, Assessora da IGF; Antropólogo, Docente

○

A leitura do título deste artigo poderá, eventualmente, causar estranheza numa primeira aproximação. Todavia, se considerarmos que o conceito de **qualidade de vida**, por força da hegemonia do económico e do quantificável, em conexão com uma certa concepção positivista⁽¹⁾ da vida e das coisas, leva a considerar a imprescindibilidade da quantificação e, portanto, a tentativa de engendrar índices ou indicadores, que meçam coisas como o **bem-estar**, o **progresso**, a **felicidade**, a **harmonia**, em suma, a **qualidade de vida**.

Em termos mais redutores, poder-se-ia dizer que o **crecimento** (confundido com **desenvolvimento**), exprimindo-se através do **PIB** ou do **rendimento per capita** (ou de qualquer outro indicador), abriga, na mente das pessoas, a noção de qualidade de vida ou bem-estar. Isto quer dizer que “quanto mais crescermos, melhor para todos”, “quanto mais abundantes forem as coisas à nossa disposição, mais qualidade de vida teremos” e outras expressões do género.

É óbvio que hoje é ponto assente que isso não é bem assim, pelo que não iremos, sequer, deter-nos sobre aquelas asserções. Apenas queremos convidar à reflexão sobre o paradoxo que uma versão mais recente do crescimento, que é o **crescimento sustentado**, abriga: a **sustentabilidade significa crescimento contínuo**. Ora isso é uma impossibilidade lógica e prática. Voltaremos a este assunto, porém atente-se nesta frase, atribuída a Gandhi, e que convida à reflexão: “Para alcançar a sua prosperidade, a Grã-Bretanha consumiu metade dos recursos do Planeta. De quantos planetas necessitaria um país como a Índia?”

Num sistema global em que o racional se reduz àquilo que pode ser empiricamente constatável, e sendo certo que apenas uma parcela ínfima da experiência do Homem é percepcionável na sua tangibilidade, como exprimir, então, as imensas facetas e dimensões da experiência do Homem, que não são tangíveis, mas que são decisivas na qualidade de vida, independentemente do conceito?

Pensamos que o grande drama do conhecimento e da ciência contemporânea (ciência dita positiva) e, por extensão,

drama da Humanidade, foi ter excluído múltiplos aspectos que, embora não sendo quantificáveis, integram, no entanto, qualquer noção de qualidade de vida.

Façamos um pequeno exercício: da lista, que designámos por **Mandamentos da Qualidade de Vida**, os itens aí constantes podem ser expressos pelos indicadores normalmente utilizados para exprimir aquela?

Naturalmente que seria difícil responder afirmativamente, na medida em que um indicador releva implicitamente da estatística, na qual se dilui o humanamente singular e específico.



Isto significa muitas coisas, nomeadamente o facto prosaico, que os nossos decisores esquecem, que é a dimensão subjectiva da **qualidade de vida**, imbricada no mais profundo do humano. Assim sendo, não surpreendem os movimentos contrários à globalização, pois que exprime a hegemonia do económico, redutora da realidade à quantidade e à extensão.

*Os 10 Mandamentos da Qualidade de Vida **

1. Gostar das coisas que faz.
2. Fazer as coisas que gosta.
3. Ter a possibilidade de gerir autonomamente o tempo... e, já agora... também o espaço.
4. Concretizar plenamente os *slogans* revisitados do 25 de Abril. Exemplos: “Paz, Pão, Saúde, Habitação”, “Morte ao Fascismo”; “A Imaginação ao Poder”, entre outros, de que já não lembramos, mas que são todos os dias sentidos.
5. Participar no *requiem* da globalização: “Não à mercadorização”, “Sim ao direito à diferença e ao singular”.
6. Salvar a criança a todos os títulos, inclusivamente o direito dos adultos a tornarem-se crianças quando lhes apeteça, e, igualmente, o direito das crianças chorarem ou terem birras sem os adultos lhes rogarem uma praga.
7. Ter direito ao direito, inclusivamente à justiça e à equidade.
8. Usufruir do belo, do sublime, da harmonia e demais experiências enriquecedoras do sujeito.
9. Ter a possibilidade de ser autor, criador, fonte de discurso.
10. Assistir à morte de todas as formas de violência (violência simbólica; violência do quotidiano; violência do homem sobre a mulher; violência dos pais sobre os filhos; violência dos Estados entre si; violência do “culto” sobre o “não culto”; violência burocrática...).

* São dez mandamentos, mas poderiam ser muitos mais.

Reiteramos a urgência de se considerarem os mitos do crescimento na sua promessa da abundância generalizável e da sua durabilidade e, no entanto, estamos vivendo plenamente a ideologia cancerosa do crescimento pelo crescimento, esquecendo alguns ensinamentos nucleares que a ciência da modernidade, apesar de tudo, nos legou: o princípio da termodinâmica, segundo o qual todo o crescimento de produção implica um decréscimo de recursos (energéticos). E como o planeta que os contém é finito, o quadro não é muito animador.

Aqui chegados, poderíamos interrogar-nos sobre qual a viabilidade de contrariar o crescimento dos países ricos para deixar espaço ecológico ao crescimento mínimo da imensidão dos países pobres.

Mas a percepção dos limites do crescimento leva a uma outra interrogação: crescer quanto? Quanto é suficiente? Atente-se que quer a escassez quer a abundância são conceitos socialmente construídos, e não vale a pena procurar uma essencialidade natural a estas questões.

Nas noções de **escassez, abundância, pobreza, qualidade de vida, bem-estar**, etc., estão incorporadas não apenas questões objectivas, físicas ou materiais, mas também elementos subjectivos, imateriais, valorativos. Por isso é que afirmamos: “Não é possível medir a qualidade de vida que nos proporciona o canto de um pássaro, mas lá que é imprescindível é.” Muitos consideram isto muito mais prioritário do que uma posta de bacalhau. Por outras palavras (embora não pareça), as coisas não se medem apenas pelo “ter”, mas também, e muito mais, pelo “modo de usar”. Ora “o ter” mede-se, “a maneira de usar as coisas” não.

Chegados aqui, podíamos delinear uma outra interrogação: o que é, afinal, a qualidade de vida?

É das tais coisas como o “amor” e a “liberdade”, toda a gente entende o que é, mas toda a gente tem muita dificuldade em definir. Isto tem, pelo menos, uma vantagem, que é considerar a necessidade de crítica profunda sobre os indicadores de qualidade de vida e tentar propor alternativas. Temos que reinventar a ideia de progresso e nele construir um índice de desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano⁽²⁾ (IDH) foi elaborado, a partir de 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denegando décadas de indicadores sociais de progresso, mas em que o ser humano esteve invariavelmente ausente dos debates.

Apesar das manifestas insuficiências do IDH (excessiva generalização, não consideração de certas dimensões qualitativas, não incorporar a dimensão ambiental, etc.), este

tem tido, todavia, o mérito de corroer a hegemonia absoluta do PIB e dos indicadores económicos mais usuais. E teve, também, pelo menos a vantagem de nos informar sobre a extrema fragilidade daqueles indicadores e a urgência em considerar outras dimensões.

Independentemente das definições da qualidade de vida, sabemos, pelo menos, que uma gestão centralizada, gerando todos os vícios do tecnocracismo e da manipulação clientelista de interesses, é incapaz de gerar aquelas coisas, que são imprescindíveis para a qualidade de vida. A nebulosidade do conceito, a sua dimensão fenomenológica, subjectiva, constituem dificuldades insuperáveis para uma satisfatória operacionalidade. Mas é irrecusável, contudo, a dimensão socioambiental do desenvolvimento humano.

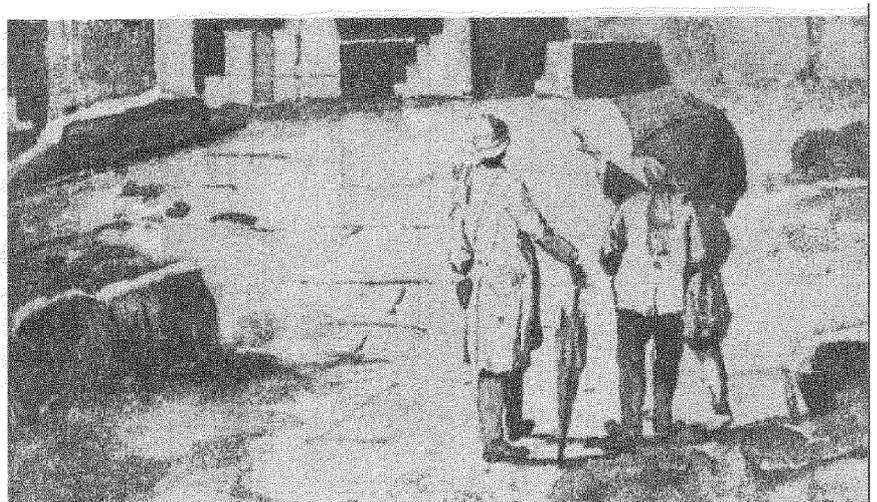
No nosso país, essa dimensão socioambiental traduz-se em muitas coisas: discursos pedagógicos, intenções políticas, implementações diversas levadas a efeito pelas mais variadas instituições (ministérios, autarquias, ONG), etc. Uma das perspectivas mais prometedoras pode ser fornecida pelo debate sobre a cidade, a autarquia, a região, pela sua envolvimento imediata no quotidiano do cidadão ou do munícipe, o que conduziu a modelizar a qualidade de vida e monitorizá-la através dos chamados indicadores locais de qualidade: **meio ambiente** (constituição de uma base de dados ambientais); **participação dos moradores na resolução dos problemas**; **áreas protegidas** (unidades de conservação e evolução da fauna e da flora); **poluição e contaminação**; **gestão dos recursos não renováveis**; **dejectos, desperdícios e lixos**; **gestão dos espaços públicos** (praças, parques, áreas de lazer e equipamentos de desporto, etc.); **transporte**; **energia**; **habitação**; **saúde**; **educação**; etc. Mas tudo isto parece utópico quando questões básicas ainda não foram resolvidas.

Por exemplo, nenhum autarca em Portugal se convenceu (?) de que o crescimento da sua área urbana tem que ter um fim. A norma de progresso, que consiste em pensar a possibilidade da transformação da aldeia em vila e desta em cidade, não pode ser transformada em argumento, servindo, o mais das vezes, para esconder outros desígnios. A qualidade de vida, seja qual for a definição adoptada, não o consente, independentemente do facto de que, também neste aspecto, ninguém detém o segredo do melhor recorte territorial. Qualquer opção de escala de análise é, em algum grau, arbitrária e dificilmente generalizável.

A articulação entre “o local” e “o global” possui vários níveis espaciais. Cada unidade espacial é suporte das mais diversas actividades económicas e sociais e das mais diferentes instituições, que regem essas actividades, possuindo, ainda, um complexo de recursos integrados, por sua vez, a outras unidades espaciais. Tudo isto faz com que cada território possua um recorte próprio que é preciso compreender, embora isso não seja fácil.

Sabemos, todavia, que a expansão urbana, em um qualquer ambiente, tem limites óbvios, embora nos confrontemos com o problema derivado do facto de que o conceito de capacidade de suporte (ou de carga) não permite facilmente conhecer a população ideal para um território. Mas é evidente que a fixação e desenvolvimento das populações no interior, em ordem a evitar-se o processo de concentração nas periferias das cidades, tem que ser conseguido. E isso é uma questão estrutural que todos os governos vêm adiando.

Sabemos, igualmente, que em muitos territórios (como será, certamente, o caso das grandes cidades) se corre o risco de construir uma qualidade de vida à custa da qualidade de vida de outras regiões, drenando recursos nacionais, concentrando equipamentos especializados de saúde e educação, empurrando as populações trabalhadoras para as periferias, conseguindo recursos de melhor qualidade, como a água e grande parte da alimentação, e, na medida em que faz isso tudo, vai criando *interland*,⁽³⁾ contribuindo para a destruição de partes substantivas dos territórios municipais vizinhos. Veja-se o caso do tratamento dos lixos, em que isso terá que ser feito nos territórios vizinhos (à custa da sua qualidade de vida), e cuja inevitabilidade



tem a ver com a expansão das áreas metropolitanas. A absorção da poluição destas áreas exige um espaço bem maior que o seu restrito espaço geográfico.

Mas, repetimos, seja como for, não se consegue, ainda, responder cabalmente a uma questão crucial: qual a área necessária para sustentar indefinidamente uma dada população, com determinado nível de vida e certo padrão tecnológico?

O que não oferece dúvidas é de que todas as regiões metropolitanas e todas as candidatas a essa situação que estamos construindo (Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Aveiro, Viseu, etc.) não são mais do que verdadeiras esponjas, que absorvem parte significativa da riqueza do país, envolvendo todo o seu amplo meio ambiente circundante.

Estas questões, contudo, não são totalmente inerentes ao final da modernidade. Poder-se-ia mesmo dizer que isto corresponde a uma tendência, que se vem acentuando a partir da Revolução Industrial, designadamente a tensão “campo-cidade” e a vitória hegemónica desta última já no decorrer dos séculos XIX/XX.



Em conformidade, e numa proposta lúdica concordante com a época estival que atravessamos, e com a ligeireza de quem não é especialista em literatura, permitam convidar os nossos leitores para connosco revisitarem Eça de Queirós.

Nesta matéria, como em outras, muitos dos nossos escritores, de épocas passadas, mantêm-se vivos e actuais, e pena é que, por vezes, haja tendência de os esquecer.

A leitura de Eça é bastante elucidativa das tensões entre aqueles dois tópicos — “a cidade” e “o campo” — que, na perspectiva da qualidade de vida, podem representar experiências dicotómicas e antagónicas.

Eça de Queirós, em *A Cidade e as Serras*, explicita bem essa tensão, implicando o par “cultura/Natureza” expresso no par “cidade/campo”. Hoje exprimir-nos-famos em termos de “stress/relaxamento”.

Eça de Queirós assume, então, uma grande actualidade, o que nos leva a propor um pequeno exercício de leitura da citada obra, na esperança de suscitar uma reflexão sobre algo em que é preciso começar a acreditar: **a ideia de crescimento sustentado aplicado às cidades (como, de resto, a qualquer coisa) é... insustentável.**

Eça de Queirós, tanto quanto nos parece, exprime, na boca de Jacinto (um dos personagens, como é sabido; o outro é Zé Fernandes, que, no texto queirosiano, surge como narrador. Jacinto e Zé Fernandes são amigos⁽⁴⁾) o convencimento de que o “homem civilizado” é o homem que atingiu a felicidade plena, sendo que civilizado significa instruído, culto, informado, rodeado da parafernália técnica. Ora nesse tempo, Jacinto concebera uma ideia ...

(...) a ideia de que “o homem só é superiormente feliz quando é superiormente civilizado”. E por homem civilizado o meu camarada entendia aquele que, robustecendo a sua força pensante com todas as noções adquiridas desde Aristóteles, e multiplicando a potência corporal dos seus órgãos com todos os mecanismos inventados desde Terámenes, criador da roda, se torna um magnífico Adão, quase omnipotente, quase omnisciente, e apto portanto a recolher dentro de uma sociedade e nos limites do Progresso (tal como ele se comportava em 1875) todos os gozos e todos os proveitos que resultam de saber e de poder (...)

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, pp. 376-377*)

Um dos amigos de Jacinto, para mais facilmente fazer circular este pensamento, sintetizou-o numa fórmula algébrica, que passou a ser conhecida como a **equação metafísica de Jacinto**:

$$\left. \begin{array}{l} \textit{suma ciência} \\ \times \\ \textit{suma potência} \end{array} \right\} = \textit{suma felicidade}$$

Da leitura desta passagem resulta claramente a crença cega na ciência positiva e nos protocolos da observação e da medição como preceitos metodológicos a seguir.

Jacinto não era meramente um metafísico/especulativo. Ele é um personagem pragmático, que gosta das coisas concretas...

(...) ele se surtira da “Pequena Enciclopédia dos Conhecimentos Universais” em setenta e cinco volumes e instalara, sobre os telhados do 202, num mirante envidraçado, um telescópio. Justamente com esse telescópio me tornou ele palpável a sua ideia (...)

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, p. 377*)

Inevitavelmente, a conclusão para Jacinto era óbvia: a ideia de civilização não se separava da ideia de cidade...

(...) com todos os seus vastos órgãos funcionando poderosamente. Nem este meu supercivilizado amigo compreendia que longe de armazéns servidos por três mil caixeiros; e de mercados onde se despejam os vergéis e lezírias de trinta províncias; e de bancos em que retine o ouro universal; e de fábricas fumegando com ânsia, inventando com ânsia; e de bibliotecas abarrotadas, a estalar, com a papelada de séculos; e de fundas milhas de ruas, cortadas, por baixo e por cima, de fios de telégrafos, de canos de gases, de canos de fezes; e da fila atroante dos ônibus, tramas, carroças, velocípedes, calhambeques, parelhas de luxo; e de milhões duma vaga humanidade, fervilhando, a ofegar, através da Polícia, na busca dura do pão ou sob a ilusão do gozo — o homem do século XIX pudesse saborear, plenamente, a delícia de viver! (...) Ao contrário no campo, entre a inconsciência e a impassibilidade da natureza, ele tremia com o terror da sua fragilidade e da sua solidão. Estava aí como perdido num mundo que lhe não fosse fraternal; nenhum silvado encolheria os espinhos para que ele passasse; se gemesse com fome nenhuma árvore, por mais carregada, lhe estenderia o seu fruto na ponta compassiva dum ramo. Depois, em meio da natureza, ele assistia à súbita e humilhante inutilização de todas as suas faculdades superiores. De que servia, entre plantas e bichos — ser um gênio ou ser um santo? As searas não compreendem as “Geórgicas”; e fora necessário o socorro ansioso de Deus, e a inversão de todas as leis naturais, e um violento milagre para que o lobo de Agúbio não devorasse S. Francisco de Assis, que lhe sorria e lhe estendia os braços e lhe chamava “meu irmão lobo!”. Toda a intelectualidade nos campos, se esteriliza, e só resta a bestialidade. Nesses reinos crassos do vegetal e do animal duas únicas funções se mantêm vivas, a nutritiva e a procriadora. Isolada, sem ocupação, entre focinhos e raízes que não cessam de sugar e de pastar, sufocando no cálido bafo da universal fecundação, a sua pobre alma toda se engelhava, se reduzia a uma migalha de alma, uma fagulhazinha espiritual a tremeluzir, como morta, sobre um naco de matéria; e nessa matéria dois instintos surdiam, imperiosos e pungentes, o de devorar e o de gerar. Ao cabo duma

semana rural, de todo o seu ser tão nobremente composto só restava um estômago e por baixo um falo! A alma? Sumida sob a besta. E necessitava correr, reentrar na cidade, mergulhar nas ondas lustrais da civilização, para largar nelas a crosta vegetativa, e ressurgir reumanizado, de novo espiritual e jacintico!



(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, pp. 378-379*)

Um belo dia, o amigo Zé Fernandes vê-se na necessidade de abandonar Paris por solicitação de seu tio, que de Guiães o chamava com urgência.

Na hora da despedida, aprecie-se este naco de prosa. Jacinto exclama:

— Para Guiães! ... Oh Zé Fernandes, que horror!

E o texto prossegue com as reflexões de Zé Fernandes:

E toda essa semana me lembrou solicitamente confortos de que eu me deveria prover para que pudesse conservar, nos ermos silvestres, tão longe da cidade, uma pouca de alma dentro de um pouco de corpo. “Leva uma poltrona! Leva a Enciclopédia Geral! Leva caixas de aspárgos! ...”

Mas para o meu Jacinto, desde que assim me arrancavam da cidade, eu era arbusto desarraigado que não viverá. A mágoa com que me acompanhou ao comboio conviria excelentemente ao meu funeral. E quando fechou sobre mim a portinhola, gravemente, supremamente, como se cerra uma grade de sepultura, eu quase solucei — com saudades minhas.

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, p. 381*)

Zé Fernandes esteve sete anos em Guiães, e um belo dia, após a morte do tio, regressa a Paris e à convivência com Jacinto. Encontrou a luxuosa mansão do 202 dos Campos Elísios (residência de Jacinto) repleta com tudo o que de mais sofisticado, em termos civilizacionais, podia ser adquirido na época: lâmpadas de globos foscas, donde já se elevava o gás; um elevador, apesar do 202 ter somente dois andares; telefone; telégrafo; teatrofone; conferençofone; perfumadores entre palmeiras, como num terraço de Benares, que esparziam um vapor, aromatizando aquele ar delicado e superfino; a biblioteca iluminada por simples toque na parede (“uma coroa de lumes eléctricos, refulgindo entre os labores do tecto, alumiou as estantes monumentais, todas de ébano. Nelas repousavam mais de trinta mil volumes, encadernados em branco, em escarlata, em negro, com retoques de ouro, hirtos na sua pompa e na sua autoridade como doutores num concílio”); tudo isso rodeado de um luxo inenarrável.

Zé Fernandes murmura: *Eis a civilização!* com a mesma atitude ignorante e pacóvia, quase 100 anos depois, do “portuga” acabado de desembarcar, em Paris, nas décadas de 60/70, fosse ele intelectual refugiado político ou pobre emigrante a salto.

Um dia, Zé Fernandes descobre a enorme melancolia e tédio que se apoderaram do seu amigo Jacinto. Uma completa inversão de atitude perante a qualidade de vida e a felicidade que a cidade lhe proporcionara, pura e simplesmente tinha deixado de existir.

Com espanto (mesmo com dor, porque sou bom, e sempre me entristece o desmoronar de uma crença) descobri eu, na primeira tarde em que descemos aos “boulevards”, que o denso formigueiro humano sobre o asfalto, e a torrente sombria dos trens sobre o macadame, afligiam o meu amigo pela brutalidade da sua pressa, do seu egoísmo, e do seu estridor. Encostado e como refugiado no meu braço, este Jacinto novo começou a lamentar que as ruas, na nossa civilização, não fossem calçadas de guta-percha! E a guta-percha claramente representava, para o meu amigo, a substância discreta que amortece o choque e a rudeza das coisas! Oh maravilha! Jacinto querendo borracha, a borracha isoladora, entre a sua sensibilidade e as fun-

ções da cidade! Depois, nem me permitiu pasmar diante daquelas dourejadas e espelhadas lojas que ele outrora considerava como os “preciosos museus do século XIX” ...

— Não vale a pena, Zé Fernandes. Há uma imensa pobreza e secura de invenção! Sempre os mesmos florões Luís XV, sempre as mesmas pelúcias ... Não vale a pena!

Eu arregalava os olhos para este transformado Jacinto. E sobretudo me impressionava o seu horror pela multidão (...)

(...) Tudo isto era especioso, talvez pueril — mas para mim revelava, naquele chamejante devoto da cidade, o arrefecimento da devoção. Nessa mesma tarde, se bem me recordo, sob uma luz macia e fina, penetrámos nos centros de Paris, nas ruas longas, nas milhas de casario, todo de calíça parda, eriçado de chaminés de lata negra, com as janelas sempre fechadas, as cortinhas sempre corridas, abafando, escondendo a vida. Só tijolo, só ferro, só argamassa, só estuque; linhas hirtas, ângulos ásperos; tudo seco; tudo rígido. E dos chãos aos telhados, por toda a fachada, tapando as varandas, comendo os muros, tabuletas, tabuletas ...

— Oh, este Paris, Jacinto, este Paris! Que enorme, que grosseiro bazar!

E, mais para sondar o meu Príncipe do que por persuasão, insisti na fealdade destes prédios, duros armazéns, cujos andares são prateleiras onde se apinha humanidade! E uma humanidade impiedosamente catalogada e arrumada! A mais vistosa e de luxo nas prateleiras baixas, bem envernizadas. A reles e de trabalho nos altos, nos desvãos, sobre pranchas de pinho nu, entre o pó e a traça ...

Jacinto murmurou, com a face arrepiada:

— É feio, é muito feio!

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, pp. 394-395*)



De notar que nesta inversão assumia especial relevância a desafeição sobre o *Bois* (o Bosque de Bolonha). Chamamos a atenção que a ideologia do passeio público ou do bosque como pulmão citadino é uma das recorrências, por essa época, de muitas cidades (Madrid, Londres, Berlim, Nova Iorque, e, naturalmente, Lisboa). O parque da cidade, o jardim público, o *Bois*, recuperavam, para as cidades, a ideia de Natureza. Eça referia que no bosque não só o cidadão retemperava a sua força, mas também era o ponto de encontro de generais, aristocratas, políticos, financeiros, artistas, cortesãs. No caso de Jacinto ir ao *Bois* constituía um acto de consciência, regressando dele com a confirmação “de que a cidade possuía todos os seus astros, garantindo a eternidade da sua luz”.

Agora, Zé Fernandes, estupefacto, reparava no semblante fastidioso de Jacinto, no seu silêncio melancólico, na atitude inerte, sem riso, sem sentimento, e na sentença de morte com que ouviu estas palavras: “Sim, com efeito, a cidade... É talvez uma ilusão perversa.”

O que Eça quis dizer é que as benesses da cidade são só para alguns, o que provoca problemas de consciência nos dois amigos.

Apesar de tudo, como bom português, saído do Douro, Zé Fernandes ainda coloca Paris como paradigma da civilização. É com brilhantismo que Eça descreve uma passagem em que a banalização das coisas e a subestima (sentimento muito comum entre nós) é uma questão muito relativa e culturalmente situada. Um dia, em Montmartre, Jacinto e Zé Fernandes encontram Maurício de Mayolle. Este saúda Jacinto, uma vez que não conhecia Zé Fernandes:

- Há três anos que te não vejo, Jacinto. Como tem sido possível, neste Paris que é uma aldeola e que tu atravancas?

(Zé Fernandes deveria estar estupefacto, como seria possível considerar Paris uma aldeola, ao reflectir na sua Lisboa ou Coimbra.)

Jacinto indaga:

- Tu ainda visitas esse santuário? (referindo-se à casa dos Lamotte-Orcel).

Com desdém, Maurício refere que:

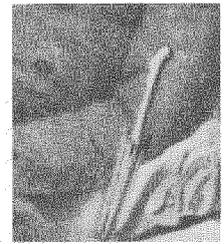
- Há mais dum ano que me separei dessa bicharia herética ... Uma turba indisciplinada, meu Jacinto! Nenhuma fixidez, um diletantismo estonteado, carência completa e cómica de toda a base experimental ... Quando tu ias aos Lamotte-Orcel, e à Parola do 37, e à Cerveja Ideal, o que reinava? ... Jacinto catou lentamente as suas recordações por entre os pêlos do bigode:
- Eu sei! ... Reinava Wagner e a mitologia édica, e o Raganarock, e as Normas ... Muito pré-rafaelismo também, e Montagna, e Fra Angélico ... Em moral, o renanismo. Maurício sacudia os ombros. Oh, tudo isso pertencia a um passado arcaico, quase lacustre! Quando madame de Lamotte-Orcel remobilara a sala com veludos Morris, grossas alcaçofras sobre tons de açafraão, já o renanismo passara, tão esquecido como o cartesianismo ...
- Tu ainda és do tempo do culto do Eu? O meu Príncipe suspirou risonhamente:
- Ainda o cultivei.
- Pois bem! Logo depois foi o hartmanismo, o inconsciente. Depois o neitzschismo, o feudalismo espiritual ... Depois grassou o tolstoísmo, um furor imenso de renunciamento neocenobítico. Ainda me lembro de um jantar em que apareceu um mostrengo dum eslavo, de guedelha sórdida, que atrava olhos medonhos para o decote da pobre condessa de Arche, e que grunhia de dedo espetado: — “Busquemos a luz, muito por baixo, no pó da Terra!” — E à sobremesa bebemos à delícia da humildade e do trabalho servil, com aquele champanhe Marceaux granitado que a Matilde dava nos grandes dias em copos de forma do Sã-Graal! Depois veio o emersonismo ... Mas a praga cruel foi o ibsenismo! Enfim, meu filho, uma Babel de éticas e estéticas. Paris parecia demente. Já havia uns desgarrados que tendiam para o luciferismo. E amiguinhas nossas, coitadas, iam descambando para o falismo, uma moxinifada místico-brejeira, pregada por aquele pobre La Carte que depois se fez monge branco, e que anda no Deserto ... Um horror! E uma tarde, de repente, toda esta massa se precipita com ânsia para o ruskinismo!

Eu, agarrado à bengala, bem fincada no chão, sentia como um vendaval, que redemoinhava, me torcia o crâneo! E até Jacinto balbuciou, esgazeado:

- O ruskinismo?
- Sim, o velho Ruskin ... John Ruskin!

O meu ditoso Príncipe compreendeu:

- Ah, Ruskin! ... As Sete Lâmpadas da Arquitectura, A Coroa de Oliveira Brava ... É o culto da Beleza.



(Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, pp. 430-431)

No final desta longa conversa, que enumera diversas correntes de pensamento então em moda, e após Maurício se ter retirado, Jacinto, ainda mais entediado, exclama para o seu amigo Zé Fernandes:

- O desenvolvimento supremo da vontade! ... Teosofia, budismo esotérico ... Aspirações, decepções ... Já experimentei ... Uma maçada!

(Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p. 433)

Rico, ilustrado, nobre, informado, podendo ter tudo o que se poderia desejar, Jacinto não tem qualidade de vida. Está aborrecido, enfadado, tudo é desinteressante, nada vale suficientemente a pena. Atente-se nesta passagem de Eça, após os episódios que referimos atrás. Numa manhã em que Jacinto começa a mostrar claramente, escancaradamente, o tédio de que a existência o saturava:

(...) nenhuma amargura de coração o atormentava; — e todavia era um triste. Porquê? ... E daqui saltava, com certeza fulgurante, à conclusão de que a sua tristeza, esse cinzento burel em que a sua alma andava amortilhada, não provinha da sua individualidade de Jacinto — mas da vida, do lamentável, do desastroso facto de viver! E assim o saudável, o intelectual, riquíssimo, bem acolhido Jacinto tombara no pessimismo.

(Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p. 438)

Jacinto mergulhou, então, nas diversas teorias do pessimismo:

(...) Sofrer, portanto, era inseparável de viver. Sofrimentos diferentes nos destinos diferentes da vida. Na turba dos humanos é a angustiada luta pelo pão, pelo tecto, pelo lume; numa casta, agitada por necessidades mais altas, é a amargura das desilusões, o mal da imaginação insatisfeita, o orgulho chocando contra o obstáculo; nele, que tinha os bens todos e desejos nenhuns, era o tédio. Miséria do corpo, tormento da vontade, fastio da inteligência — eis a vida! E agora aos trinta e três anos a sua ocupação era bocejar, correr com os dedos desalentados a face pendida para nela palpar e apeteecer a caveira.

Foi então que o meu Príncipe começou a ler apaixonadamente, desde o Eclesiastes até Schopenhauer, todos os líricos e todos os teóricos do pessimismo. Nestas leituras encontrava a reconfortante comprovação de que o seu mal não era mesquinhamente “jacíntico” — mas grandiosamente resultante numa lei universal. Já há quatro mil anos, na remota Jerusalém, a vida, mesmo nas delícias mais triunfais, se resumia em ilusão.

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, p. 439*)

Ao pessimismo, no qual ele acaba por encontrar uma ocupação predilecta: **maldizer a vida**, segue-se, na sua tentativa de escapar ao tédio, o humanitarismo:

(...) e fundou um hospício no campo, entre jardins, para velhinhos desamparados, outro para crianças débeis à beira do Mediterrâneo. Depois com o Major Dorchas, e Mayolle, e o hindu de Mayolle penetrou no teosofismo: e montou tremendas experiências para verificar a misteriosa “exteriorização da motilidade”. Depois, desesperadamente, ligou o 202 com os fios telegráficos do Times, para que no seu gabinete, como num coração, palpitasse toda a vida social da Europa.

E a cada um destes esforços da elegância, do humanitarismo, da sociabilidade, e da inteligência indagadora, voltava para mim, de braços alegres, com um grito vitorioso: — “Vês tu, Zé Fernandes? Uma maçada!”

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, p. 440*)

Pouco depois, Jacinto começou incessantemente a aludir à morte como uma libertação.



(...) Uma tarde mesmo, no melancólico crepúsculo da biblioteca, antes de refulgirem as luzes, consideravelmente me aterrou falando num tom regelado de mortes rápidas, sem dor, pelo choque duma vasta pilha eléctrica ou pela violência compassiva do ácido cianídrico. Diabo! O pessimismo, que aparecera na inteligência do meu Príncipe como um conceito elegante — atacara bruscamente a Vontade!

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, pp. 440-441*)

Até que um dia, Jacinto, cercado de civilização por todos os lados, estando reduzido a recortar papéis, com imenso torpor, confronta-se ao jantar com um arroz-doce recuperado do velho Portugal das suas recordações de infância. Mas qual quê?! O arroz-doce apareceu como Eça descreve:

Mas quando o arroz doce apareceu triunfalmente, que vexame! Era um prato monumental, de grande arte! O arroz, maciço, moldado em forma de pirâmide do Egipto, emergia de uma calda de cereja, e desaparecia sob os frutos secos que o revestiam até ao cimo, onde se equilibrava uma coroa de conde feita de chocolate e gomos de tangerina gelada! E as iniciais, a data, tão lindas e graves na canela ingénua, vinham traçadas nas bordas da travessa com violetas pralinadas! Repelimos, com mudo horror, o prato acanhado. E Jacinto, erguendo o copo de champanhe, murmurou como num funeral pagão:

— Ad Manes, aos nossos mortos!

Recolhemos à biblioteca, a tomar o café no conchego e alegria do lume. Fora, o vento bramava como num ermo serrano; e as vidraças tremiam, alagadas, sob as bâtegas da chuva irada. Que dolorosa noite para os dez mil pobres que em Paris erram sem pão e sem lar! Na minha aldeia, entre cerro e vale, talvez assim rugisse a tormenta. Mas aí cada pobre, sob o abrigo da sua velha telha vã, com a sua panela atestada de couves, se agacha no seu mantéu ao calor da lareira. E para os que não tenham lenha ou couve, lá está o João das Quintãs, ou a tia Vicência, ou o abade, que conhecem todos os pobres pelos seus nomes, e com eles contam, como sendo dos seus, quando o carro vai ao mato e a fornada entra no forno. Ah Portugal pequenino, que ainda és doce aos pequeninos!

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, pp. 442-443*)

E é neste contexto que Jacinto irá, na parte final da história, descobrir que outras coisas, aparentemente insignificantes, podem ajudar a ultrapassar momentos de ansiedade e de aborrecimento mortal.

Entretanto, o mordomo trouxera:

Jornais de Paris, jornais de Londres, semanários, magazines, revistas, ilustrações ... Jacinto desdobrava, arremessava: das revistas espreitava o sumário, logo farto; às ilustrações rasgava as folhas com o dedo indiferente, bocejando por cima das gravuras. Depois, mais estirado para o lume:

— É uma seca ... Não há que ler. E de repente, revoltado contra este fastio opressor que o escravizava, saltou da poltrona com um arranque de quem despedaça algemas, e ficou erecto, dardejando em torno um olhar imperativo e duro, como se intimasse aquele seu 202, tão abarrotado de civilização, a que por um momento sequer fornecesse à sua alma um interesse vivo, à sua vida um

fugitivo gosto! Mas o 202 permaneceu insensível; nem uma luz, para o animar, avivou o seu brilho mudo: só as vidraças tremeram sob o embate mais rude de água e vento.

Então o meu Príncipe, sucumbido, arrastou os passos até ao seu gabinete, começou a percorrer todos os aparelhos completadores e facilitadores da vida — o seu telégrafo, o seu telefone, o seu fonógrafo, o seu radiómetro, o seu grafofone, o seu microfone, a sua máquina de escrever, a sua máquina de contar, a sua Imprensa eléctrica, a outra magnética, todos os seus utensílios, todos os seus tubos, todos os seus fios ... Assim um sulpicante percorre altares de onde espera socorro. E toda a sua sumptuosa mecânica se conservou rígida, reluzindo frigidamente, sem que uma roda girasse, nem uma lâmina vibrasse, para entreter o seu senhor.

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, p. 443*)

Subitamente, Jacinto quer ler um livro...

(...) E durante um momento, estacou no meio da biblioteca, considerando os seus setenta mil volumes estabelecidos com pompa e majestade como doutores num Concílio — depois as pilhas tumultuárias dos livros novos que esperavam pelos cantos, sobre o tapete, o repouso e a consagração das estantes de ébano. Torcendo molemente o bigode caminhou por fim para a região dos historiadores: espreitou séculos, farejou raças; pareceu atraído pelo esplendor do Império Bizantino; penetrou na Revolução Francesa de onde se arredou desencantado; e palpou com mão indeliberada toda a vasta Grécia desde a criação de Atenas até à aniquilação de Corinto. Mas bruscamente virou para a fila dos poetas, que reluziam em marroquins claros, mostrando, sobre a lombada, em ouro, nos títulos fortes ou lânguidos, o interior das suas almas. Não lhe apeteceu nenhuma dessas seis mil almas — e recuou, desconsolado, até aos Biólogos ... Tão maciça e cerrada era a estante da biologia, que o meu pobre Jacinto estareceu, como ante uma cidadela inacessível! Rolou a escada — e, fugindo, trepou, até às alturas da astronomia: destacou astros, recolocou mundos; todo um sistema solar desabou com fragor. Aturdido, desceu, começou a procurar sobre as rimas as obras novas, ainda brochadas, nas suas roupas leves de combate. Apanhava, folheava, arremessava; para desentulhar um volume, demolia uma torre de doutrinas; saltava por cima dos problemas, pisava as religiões; e relanceando uma linha, esgravatando além num índice, todos interrogava, de todos se desinteressava, rolando quase de rastos, nas grossas vagas de tomos que rolavam, sem se poder deter, na ânsia de encontrar um Livro! Parou então no meio da imensa nave, de côcoras, sem coragem, contemplando aqueles muros todos forrados, aquele chão todo alastrado, os seus setenta mil volumes — e, sem lhes provar a substância, já absolutamente saciado, abarrotado, nauseado pela opressão da sua abundância. Findou por voltar ao montão de jornais amarrotados, ergueu melancolicamente um velho Diário de Notícias, e com ele debaixo do braço subiu ao seu quarto, para dormir, para esquecer.

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, p. 444*)

Subitamente, no dia seguinte, Jacinto antevê outra solução na procura persistente de uma existência com alguma qualidade. A pretexto de salvaguardar a memória do avô Galião, num processo de transladação do corpo de uma capela para outra, decide vir a Tormes.

Zé Fernandes, perante a perspectiva do abandono da civilização, fica estarecido, e exclama perante a notícia: “Para Tormes? Oh Jacinto, quem assassinaste?”



Naturalmente que as peripécias que se vão desenrolar entre este episódio e a chegada a Tormes constituem uma admirável descrição dos diferentes estados psicológicos por que Jacinto passa. Ora eufórico por chegar ao seu Portugal e ao seu Douro, que não conhece, mas que pressente magnífico, ora desalentado, porque a casa de Tormes não está preparada para o acolher condignamente...

- Medonha, medonha, não ... É uma bela casa, de bela pedra. Mas os caseiros, que lá vivem há trinta anos, dormem em catres, comem o caldo à lareira, e usam as salas para secar o milho. Creio que os únicos móveis de Tormes, se bem recordo, são um armário e uma espineta de charão, coxa, já sem teclas. O meu pobre Príncipe suspirou, com um gesto rendido em que se abandonava ao destino:
- Acabou! ... Alea jacta est! E como só partimos para Abril, há tempo de pintar, de assoalhar, de envidraçar ... Mando daqui de Paris tapetes e camas ... Um estofador de Lisboa vai forrar e disfarçar algum buraco ... Levamos livros, uma máquina para fabricar gelo ... É mesmo uma ocasião de pôr enfim numa das minhas casas de Portugal alguma decência e ordem. Pois não achas? E então essa! Uma casa que data de 1410 ... Ainda existia o Império Bizantino!

(*Eça de Queirós, A Cidade e as Serras, p. 446*)

Já na casa de Tormes, desalentado com a cansativa viagem de comboio (Eça designa-a de “viagem histórica”) e pela instabilidade climática e o atraso do comboio, e, finalmente, desalentado pelo descaminho da bagagem, constatado logo que desembarcaram em Tormes, sem ninguém a aguardar, no meio de tudo isto, Eça coloca na boca de Jacinto, a propósito do desaparecimento dos trinta e tantos caixotes enviados de Paris para a casa de Tormes, uma constante expressão finalizadora dos sucessivos comentários comparativos entre Paris e a Ibéria: “Encalhados, por aí, algures, num barracão! ... Em Medina, talvez, nessa horrenda Medina. Indiferença das Companhias, inércia do Silvério ... Enfim a Península, a barbárie!”

Todavia, Jacinto anima-se com o cheiro específico da terra portuguesa: “Então é Portugal, hem? ... Cheira bem”. E Jacinto deleita-se com a beleza da terra e do céu...

Eça descreve a magnífica paisagem rural e o património construído, que Jacinto observa, não esquecendo a gastronomia. Jacinto exclama: “O Douro, hem? ... É interessante, tem grandeza. Mas agora é que eu estou com uma fome, Zé Fernandes!”

Jacinto aprecia o que vê, e lamenta profundamente ter deixado Tormes chegar a um tal estado de degradação e abandono.

Eça, mais à frente, retoma a beleza da paisagem, na voz de Zé Fernandes: “E em breve os nossos males esqueceram ante a incomparável beleza daquela serra bendita! Com que brilho e inspiração copiosa a compusera o divino Artista que faz as serras, e que tanto as cuidou, e tão ricamente as dotou, neste seu Portugal bem-amado!”

Eça de Queirós proporciona-nos uma extraordinária descrição da beleza de um sítio — as serranias do Douro —, sem cair na lamejice lamurienta e lacrimajante própria de quem regressa ao terrunho natal, após muito tempo de ausência. Nada disto, todavia, obsta a que D. Jacinto fique horrorizado com o tugúrio que, na sua perspectiva, era a casa de Tormes. De facto, não tem os confortos de Paris, a que Jacinto estava habituado, mas Eça descrevendo, embora, a ausência de conforto, não esconde também a imponentia da casa de Tormes. No meio desta rudeza e desta modéstia, na qual o desconforto das salas e a grosseria das baixelas são descritas com algum pormenor, surge o extraordinário texto descritivo do famoso jantar, que Jacinto jamais olvidará: canja, arroz de favas e frango. A culminar tal poema gastronómico, tal obra de arte, autêntica, singela, onde perpassa a tradição, entra em cena o *golpe de asa*, o ingrediente substantivo, que fecha tão sublime repasto — o vinho de Tormes, coroando tudo.

E o resultado é inevitável. Jacinto, que, a certa altura, perante o cenário de desconforto e rudeza, anunciara ir, no dia seguinte, para o Hotel Bragança de Lisboa, sente-se, apesar de tudo, confortavelmente instalado, envolto em lençóis, que no seu dizer “eram frescos, e cheiravam bem, a sadio”. Abreviando, *A Cidade e as Serras* representa uma magnífica história sobre a trajectória de um personagem — Jacinto — que, tal como muitos de nós actualmente, gere com alguma dificuldade as tensões contidas nos pares dicotómicos “cidade/campo”, “Natureza/cultura”, “modernidade/tradição”, etc.

Jacinto acaba por encontrar a sua qualidade de vida num reencontro consigo mesmo, que tem por cenário a terra ancestral, onde, afinal, ele tinha as suas raízes (o Douro). Sintetizemos alguns aspectos curiosos do seu percurso: 1. De setenta mil livros (dos quais por serem tantos nunca leu nenhum) acaba por adormecer placidamente após a leitura de um velho recorte amachucado do *Diário de Notícias*; 2. De tantas teorias, desde o pessimismo, passando pelo humanitarismo, e todos os ismos possíveis, ele acaba por encontrar muitas das respostas que procurava na leitura de um único livro (*D. Quixote*); 3. Dos fantásticos repastos principescos de Paris, ele declara, perante um arroz de favas, que, inicialmente, julga

abominável, que, afinal, nada lhe soubera tão bem até então; 4. Das multidões, que se cruzam na grande metrópole parisiense, de que tanto se orgulhava como expoente máximo da civilização, Jacinto acaba por não conseguir ultrapassar um sentimento de horror quando as contempla, designando-as por “sulcos”. Em suma, *A Cidade e as Serras* retrata-nos dois universos totalmente diferentes. De um lado, o universo sofisticado de Paris, concretizando na sua dinâmica a ideia de progresso. Progresso, civilização, ciência, informação e sistema técnico, eis os ingredientes necessários sem os quais seria despiciente falar de qualidade de vida. Do outro, o universo duriense, um universo tradicional, ancestral, sobrevivência histórica, no qual seria impensável para Jacinto sobreviver com um mínimo de felicidade.

Eça, sem o saber, prefigura o paradigma da antropologia: as *sociedades com* e as *sociedades sem*. As primeiras colocando a tónica no *ter*, e as segundas, despojadas, aspirando, um dia, puderem *ter*.

Não queremos ser moralistas, mas tudo isto nos faz lembrar Santo Inácio de Loyola, o qual preconizava a existência de dois caminhos: “*ter e poder*”, de um lado, e, do outro, “*humildade e desprendimento*”. Com isso Loyola revelava o dilema humano, que, ao fim e ao cabo, releva de uma questão essencial: será que a felicidade é mais facilmente alcançada no desprendimento do que na acumulação? Não seremos mais felizes na discricção do que na evidência?

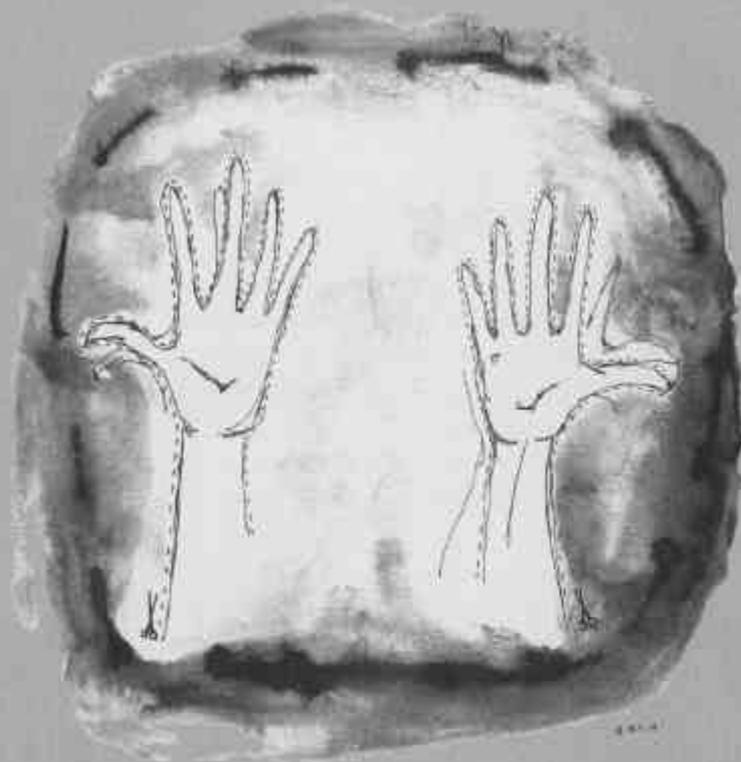
Loyola entendia que era possível ter riqueza e cultivar o sentimento de desprendimento.

Um dos aspectos que Jacinto nos mostra é o facto de que no meio da sua auto-suficiência, ele teve muita dificuldade em se encontrar a si mesmo.

Numa sociedade de sucesso, como era a representação de Paris nessa época, seria que as pessoas eram bem sucedidas no serem felizes?!

NOTAS

1. No sentido tradicionalmente conferido ao positivismo, ou seja, a valorização do palpável, do tangível, do quantificável, do mensurável, como inerente ao conhecimento.
2. Não queremos adensar a leitura com a enumeração das variáveis que compõem o índice IDH. Presumimos que o leitor interessado facilmente poderá fazer as consultas que desejar via internet.
3. A palavra *interland* é de difícil tradução. Poder-se-ia traduzir por “espaços intersticiais”.
4. O primeiro nasceu em Paris, por virtude das sequelas das lutas entre liberais e miguelistas, que levaram o seu avô (fervoroso adepto de D. Miguel), senhor da rica e fidalga casa de Tormes, no Douro, a auto-exilar-se em Paris. Zé Fernandes, de família com menores pergaminhos, era originário da casa de Guiães, também no Douro. Tomaram-se amigos enquanto estudantes e frequentadores do Quartier Latin. A diferença de posição social deveria ser, não obstante, bastante significativa. Provavelmente por isso, Zé Fernandes refere-se, frequentemente, a Jacinto como “meu Príncipe”.



Pobreza e Exclusão Social

•
CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA

Jornalista
•

Num inquérito realizado pelo Centro de Reflexão Cristã sobre a pobreza urbana em Portugal, 43 por cento dos inquiridos definiram como pobre “aquele que não tem dinheiro para comer”.

O conceito expresso pelos inquiridos, embora não se possa considerar "academicamente correcto", aborda o essencial da questão: a pobreza está relacionada com "privação de fruir". No entanto, esta definição peca por defeito, pois não tem em consideração um factor fundamental: a multidimensionalidade da pobreza.

Ser pobre, no conceito actual, não se pode definir apenas como escassez de recursos económicos ou "ter um rendimento familiar inferior a um certo limite". Esse conceito de pobreza é muito utilizado quando se pretende fazer estudos sobre os rendimentos e despesas das famílias, considerando que um determinado cabaz de despesas implica um determinado rendimento de um indivíduo ou família, tomando-se como limiar de pobreza cerca de 50 por cento da média das despesas das famílias a nível nacional.

Actualmente, porém, existe uma tendência generalizada, a nível mundial, para não incluir os rendimentos, em termos quantitativos ou de poupança, nos estudos sobre a pobreza. E isso deve-se a duas razões fundamentais.

Em primeiro lugar, a dificuldade em obter informação correcta sobre os rendimentos e despesas (muitos se lembrarão, certamente, que ainda em tempos recentes um conhecido presidente de um clube de futebol português de primeiro plano afirmava ter rendimentos inferiores ao ordenado mínimo nacional, mas aparecia frequentemente na imprensa a fumar charuto...).

Em segundo lugar, concluiu-se que o conceito de pobreza é variável e que alguns dos factores de pobreza poderão ser importantes numa determinada região, mas não o ser de todo numa outra.

Assim, a definição de pobreza actualmente utilizada quer pela ONU, quer por instituições nacionais, contempla um espectro mais vasto de situações para caracterizar a pobreza e que se define da seguinte forma:

"Pobreza é uma situação de privação, persistente e grave, relativamente à satisfação de uma ou mais necessidades básicas tal como estas se exprimem numa dada sociedade, desfacando-se entre elas a alimentação, o vestuário, a habitação e respectivas condições de utilização, os consumos essenciais, o apoio social, a saúde e até determinados consumos de carácter extraordinário."

Poder-se-á desde logo apontar uma lacuna nesta definição, por não incluir a falta de trabalho como factor de pobreza. No entanto, como esse tipo de análise não faz parte do objectivo deste artigo, cumpre realçar que esta definição de pobreza permite determinar a pobreza extrema, caracterizada pela carência de um indivíduo (ou família) em três ou mais destas áreas:

Foi com base nesta definição que a ONU concluiu que 1300 milhões de pessoas, no Mundo inteiro, vivem abaixo do limiar de pobreza. Ou que 2000 milhões não têm acesso a água potável e 3000 milhões não possuem instalações sanitárias...

Exclusão Social

Nos primeiros anos da década de 90 entrou no nosso léxico quotidiano uma nova expressão: "exclusão social".

Ainda que de forma breve, parece-me importante esclarecer os leitores acerca do conceito desta expressão que muitos confundem com pobreza e a própria Comissão Europeia pretendeu utilizar para substituir o termo e a noção de pobreza.

A expressão radica na tradição francesa e é definida por Robert Castel como "a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade".

Um ponto relevante desse percurso corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, que se traduz em desemprego ou mesmo num desligamento irreversível face a esse mercado (cfr. in *Exclusões Sociais*, Alfredo Bruto da Costa, ed. GRADIVA).

A nível europeu, o debate sobre a exclusão social continua aceso, sendo difícil alcançar um consenso. Mas o que pretendo aqui realçar são dois aspectos que me parecem de particular interesse. Por um lado, que o conceito de exclusão social contém uma variante de relações de cidadania que não está incluída no conceito de pobreza (embora se saiba que a pobreza é um factor determinante de exclusão social). Por outro lado, importa saber quais as carências de relacionamento de cidadania que determinam a condição de "excluído".

Poderá, por exemplo, um imigrante ucraniano a viver em Portugal ser considerado um excluído? E um desempregado? A dificuldade no acesso à justiça, à educação ou aos cuidados de saúde serão factores de exclusão social? E na Sociedade da Informação em que vivemos uma pessoa que não tenha acesso às novas tecnologias de informação como a Internet, ou ao *e-mail*, será um "infoexcluído"? Um estudo recente realizado por uma professora universitária coloca também uma questão que me parece não estar a merecer a atenção que devia. Concluiu aquela docente, no seu estudo, que uma das razões que impede as mulheres de competirem em igualdade de condições no mercado de trabalho (nomeadamente quando se trata de ocupar lugares de chefia) é o facto de não disporem de tempo para criar entre si os mesmos laços de solidariedade e troca de influências que os homens estabelecem em horário pós-laboral, "à volta de um copo", porque "enquanto os homens vão para um bar, as mulheres têm que tratar da vida doméstica".

O espaço de que disponho não me permite abordar todo este tipo de questões que as sociedades modernas, vivendo em constante período de transição, colocam, nomeadamente em relação ao mundo do trabalho. Mas não quis deixar de as colocar à reflexão dos leitores, como proposta para um debate futuro que me parece urgente fazer sobre a importância da exclusão social como geradora de um novo conceito de pobreza.



Cidadania e Ecologia em Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direcção Municipal de Ambiente e Espaços Verdes



O Bom Cidadão Ecológico

Desde a aprovação, a 9 de Junho de 1992, do Plano Estratégico de Lisboa, o município assumiu, de uma forma clara, a importância que a valorização da qualidade ambiental e patrimonial tem para o desenvolvimento sustentável da cidade.

À semelhança de todas as grandes cidades europeias, Lisboa há muito que percebeu que esta valorização ambiental só seria possível de ser realizada através de uma estratégia ambiental que consiga envolver os seus municípios.

Para que isso aconteça a Câmara Municipal de Lisboa, através da sua Direcção Municipal de Ambiente e Espaços Verdes (DMAEV), tem vindo a implementar, ao longo dos anos, as medidas que resultaram da Conferência do Rio em 1992 e que ficaram conhecidas, quando aplicadas ao nível das comunidades locais, como a Agenda Local 21.

Este desenvolvimento sustentável requer que os municípios tenham consciência da forma como as suas acções se reflectem no ambiente, pois só assim poderão fazer as suas escolhas, de uma forma ambientalmente equilibrada, na base de um Bom Cidadão Ecológico. Ser um BCE é, acima de tudo, perceber que a protecção do meio passa por cada um de nós, pelo respeito pelo nosso semelhante e pela Natureza, por sermos interventivos e reivindicativos, ou seja, que exerçamos a nossa cidadania. De modo a que se chegue a este ponto é fundamental sensibilizar e divulgar esta mensagem. É nesse sentido que os diversos programas de sensibilização ambiental que a DMAEV realiza anualmente estão estruturados para incutir nos municípios uma cidadania mais participativa e consciente do ponto de vista ambiental.

Programas como Hortas Pedagógicas, Lisboa em Flor ou Ambiente Sempre Jovem, assim como todo o trabalho desenvolvido pelo Parque Ecológico de Monsanto ao longo dos últimos anos, assumem-se como peças fundamentais para a construção da cidadania participada, onde a defesa e a preservação do ambiente, traduzidos na conduta e nos pequenos gestos dos cidadãos, são factores essenciais para uma relação mais saudável e responsável com o meio que nos rodeia.

(des)Urbanismo

do nosso (des)Contentamento

...MAS EU SOU
PORTUGUÊS!...

●
CARLOS MARQUES E LURDES COMPLETO

Geógrafos

○

2
A
(**)

“Tal como planetas, as cidades têm gravidade. Quanto maiores, maior gravidade têm. Tamanho cria oportunidades, e isso é o que torna as cidades atraentes para os sonhadores, líderes, iluminados e/ou procurando trabalhos normais nas artes, ciências, educação, finança e comércio. Por entre arranha céus, estradas engarrafadas e enxames de humanidade, são locais onde as coisas acontecem, onde a fama e fortuna

*espreitam. Nada menos que uma combinação **intoxicante** de ambição e sucessos permitem aos habitantes citadinos tolerar os passeios cheios de pessoas, ou apartamentos apertados e os rudes taxistas. As cidades mantêm-se, como sempre, os pontos concentradores da nossa civilização — aumentadas, intensificadas versões de ambas, as boas e as más formas de viver do homem.”*

Nisid Hajari, citado por Laranjo, José e outros, IDES, 2.ª parte, Porto Editora, Porto 2001

A cidade é como um espelho do Homem, reflecte e acompanha aquilo que é a sua própria evolução; se a essência da própria cidade não significasse necessariamente sedentarização, poderíamos dizer que tinha nascido com o próprio Homem.

Um Pouco de História...

PAFF!

(*) Devido às profundas mudanças climáticas que se verificaram nos finais do Paleolítico, com o aumento de temperatura e o recuo dos glaciares, o Homem manifesta algumas necessidades colectivas iniciando o processo de sedentarização neolítica que levará à cidade. A passagem de colector a pastor e agricultor era irreversível. A concentração de pessoas fez-se primeiramente nos vales dos grandes rios do crescente fértil e do Nilo.

O enriquecimento dos solos com os aluviões, originados pelas cheias periódicas destes rios, permitiam boas colheitas, o que favoreceu o desenvolvimento de algumas técnicas características de sociedades já bem organizadas.

Terá sido entre os Sumérios que, por volta do ano 3500 a. C., surgiram as primeiras cidades na Mesopotâmia, embora alguns autores defendam a existência de "focos cidadãos", como é o caso de Jericó em Israel, vários milénios antes.

Com o aumento da produção e conseqüente crescimento demográfico, a Ásia assiste ao nascimento das grandes culturas da Antiguidade: Egipto, Pérsia, Mesopotâmia e, mais para oriente, Índia e China.

...E IGUALMENTE LOUCO!...

(*) Tratamento gaulês imposto aos romanos!

(**) Já não há estrelas no céu... talvez seja da poluição?!

CARLOS GONDI

Na Península Ibérica o grande incremento de cidades acontece apenas com os Romanos que, ao contrário dos Gregos, submetem os sítios às construções. Embora toda a lógica de edificação da cidade romana tenha raízes na forma grega, esta evidenciava grande preocupação com a forma/desenho da cidade, enquanto os Romanos, pouco dados a estas questões da grande escala, foram exímios na pequena escala, ou seja, na visão estratégica de um território mais vasto. O seu calcanhar de Aquiles vale-lhes o epíteto de pais do primeiro grande exemplo de caos urbano — a Roma do século II d. C., com mais de um milhão de habitantes.

A queda do Império Romano vai determinar a decadência do surto de cidades até à ocupação árabe. Estes são os arquitectos das cidades não planeadas, em sítios acidentados e com uma ocupação mais ou menos compacta. As muralhas delimitavam conjuntos urbanos de ruas estreitas, tortuosas e irregulares a terminar, muitas vezes, em becos sem saída ou em escadarias. Este urbanismo de crescimento aleatório contrasta com a imponência da praça central, que revela a preocupação de organizar o território tendo por base um elemento/ espaço estruturante.

A herança da cidade árabe em Portugal é manifesta em muitos núcleos urbanos de norte a sul do país. É notória, sobretudo entre a cidade muralhada e os arrabaldes, a estratificação social do território e a sua consequente hierarquização. E, como dos fracos não reza a história, é evidente que a reconquista acentuou esta tendência. Surgem, então, as mourarias e, posteriormente, as judiarias, que transparecem, em termos de estrutura urbana, a condição social e a cultura dos seus moradores.

Apesar de paradigma do crescimento aleatório, a cidade árabe revela uma ideia, mais ou menos concreta, do que se entende por um espaço urbano, que é antes de mais um espaço vivido e usufruído pela sua população. É nesta ideia de lugar para viver que assenta o conceito renascentista de cidade.

As cidades desenvolvem-se num processo de avanços e recuos. Por exemplo, Lisboa fica marcada pelo Terramoto de 1755, que dará lugar a um tipo de urbanismo caracterizado pela geometria das suas ruas. Lisboa tem um “antes” e um “depois” do Terramoto.

A arquitectura e o urbanismo pombalinos consagram uma das épocas mais dinâmicas da construção de cidade.

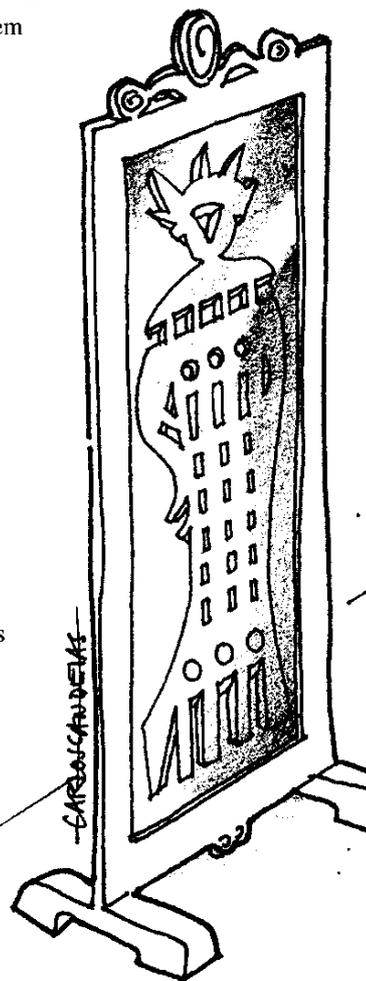
Os Deuses Devem Estar Loucos...

Com a Revolução Industrial assiste-se ao grande choque da cidade, com crescimentos demasiado rápidos, anárquicos e com degradações ambientais marcantes. Assiste-se ao desrespeito absoluto de qualquer critério de ordenamento. Teoriza-se, então, sobre as alternativas a este caos e aparece a cidade-jardim que procura, de forma integrada, conciliar a cidade e o campo. Este é um conceito urbano a que, com algumas *nuances*, voltamos recorrentemente.

Passámos da cidade do negócio, protagonizada pela burguesia, para a cidade do trabalho. Agora, a cidade é ela própria um negócio.

O burgo desenvolve-se como se de um corpo humano se tratasse: começa-se a crescer “para dentro” tornando o corpo robusto, musculado e atraente, para depois se tornar num organismo flácido, disforme e sem graça (se não formos capazes atempadamente de prevenir a degradação física). Também a cidade, numa primeira fase (centrípeta) cresce em direcção ao centro, para depois crescer em direcção à periferia (fase centrífuga), mais ou menos em mancha de óleo (“como quem cresce para os lados”!). Apesar de tudo ainda estamos em condições de parafrasear Sérgio Godinho: “A princípio é simples...”

Eis-nos chegados ao ponto em que, mesmo sabendo que o Homem é um ser gregário, temos de afirmar que “não havia necessidade” de tamanho exagero, de estarmos todos em cima uns dos outros.



Em linguagem mais cinematográfica teríamos qualquer coisa como “os deuses devem estar loucos”. Pois é, se achávamos que os Romanos eram pouco preocupados com o desenho urbano (o seu objectivo era claramente construir muito para chegar mais depressa à consolidação do Império) e, mesmo sabendo que, por exemplo, a rede urbana da Península Ibérica, com excepção de Madrid, foi feita por eles há cerca de 2000 anos, que impressão nos causará este “caos urbano” que é o nosso país?

É notório um consumo exagerado e desnecessário de recursos e espaços naturais, ainda por cima porque não correspondem, na maioria das vezes, nem a melhorias significativas de qualidade de vida, nem a benefícios socioeconómicos.

O país neste momento, independentemente do seu apelido, terá certamente de nome próprio “betoneira”. Estamos perante a “pato bravísse” mais ignóbil que é

possível imaginar e provavelmente ainda não assistimos ao pior... Lidamos com o território e, consequentemente, com as pessoas como

se de descartáveis se tratasse. A “americanização” da nossa sociedade, que se tem feito rapidamente e a vários níveis, tem uma das suas expressões maiores na qualidade urbanística. É um pouco o USA e deita fora; só que, neste campo, o deita fora significa hipotecar o futuro das gerações vindouras e do desenvolvimento sustentável a mais curto prazo.



— Espelho meu, há alguém mais belo do que eu?!

Num país com 10 milhões de habitantes cerca de 3,5 milhões, segundo os dados preliminares do Censo de 2001, vivem na região de Lisboa e Vale do Tejo. Estamos a falar de mais de 1/3 da população nacional... Em termos de crescimento acelerado temos como campeão, mais ou menos destacado, o concelho de Sintra. De paraíso de poetas passou a metástase deste grande cancro que é o urbanismo actual. As aberrações urbanísticas proliferam como cogumelos selvagens, em qualquer lugar, de modo completamente descontrolado e descoordenado.

Para amenizar esta situação somos brindados por bocadinhos de prosa como este que cito: “Sintra continuará a ser uma terra de oportunidades para os construtores civis”, e mais acrescenta: “Não vale a pena dizerem-me que um prédio em construção está mal implantado ou já vai no décimo andar, quando estava projectado um número inferior de pisos, porque eu não tenho sítio para pôr os entulhos provenientes da demolição — e isso é um problema ambiental — nem coragem para interromper um ciclo que é vital para a economia local.” (*in Público, 12-02-1999, citado por Luísa Schmidt in Expresso, 29-07-2000*).

Quem poderia ser autor de tão profícua mensagem? Qualquer construtor civil com poucos escrúpulos? Não... esta afirmação sai directa da boca de um vereador do urbanismo!!! — anedótico...

Que diria agora Lord Byron quando, muito antes do caos se instalar, afirmava: “Sintra é uma pérola e os portugueses não a merecem.”

O que se questiona não é a construção civil — actividade económica da maior importância em qualquer sociedade moderna — mas sim a forma de ocupação do solo. Os exemplos de visões “apocalípticas”, sobretudo nas áreas metropolitanas e, de um modo geral, em todo o litoral, sucedem-se a um ritmo desconcertante e assustador.

A título de exemplo tomemos o crescimento de alguns concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

É um pouco o USA e deita fora; só que, neste campo, o deita fora significa hipotecar o futuro das gerações vindouras e do desenvolvimento sustentável a mais curto prazo.

Alguns deles, não muitos é certo, eram dos que — tendo crescido e adquirido características urbanas — tinham conseguido conciliar a melhoria das condições de vida com uma vivência bastante harmoniosa. Transpirava nestes concelhos o orgulho da resolução de problemas fundamentais como infra-estruturas (água e esgotos), equipamentos colectivos (nomeadamente de saúde e educação), emprego (praticamente pleno emprego dos residentes) e invejava-se a qualidade de vida dos seus habitantes. E o objecto de cobiça não era, nunca foi, a condição socioeconómica das populações que aí viviam e vivem.

Seria agora interessante confrontar os autarcas, que configuravam exemplos a seguir na gestão do território, como explicam o crescimento desastroso que se verifica actualmente nos seus concelhos. Como detentores de uma condição urbana invejável, embora não fossem autarquias ricas, resolveram ir mais longe e importar os problemas dos seus vizinhos. Em suma, não conseguiram arranjar instrumentos, a nível local, que os prevenissem da especulação do solo e da ideia de que construir é desenvolvimento.

O papel do poder autárquico democrático é, e convém realçar, da maior importância para a resolução de alguns dos problemas mais prementes da população, mas tem definitivamente que se libertar deste grande colete de forças que o atrofia: a SISA, as contribuições autárquicas em geral e as licenças de construção em particular... Assim, a “obsessão de construir” sem rei nem roque, sob o manto diáfano do desenvolvimento, trucidou qualquer um. A urgência de uma política de solos eficaz, acompanhada de uma reforma da lei de finanças locais, mais justa e menos estimulante da especulação fundiária, é por de mais evidente. Dotar o Estado — central e local — de mecanismos efectivos de controlo e regulação do território é uma necessidade emergente veiculada por todos os quadrantes de opinião.

Não é seguramente com a actual situação, face à alteração do uso do solo, que se consegue inverter esta tendência. A valorização que se pode fazer de um determinado terreno que passe a urbano é tão grande que não pode deixar a menor dúvida, pois o risco de se ser apontado como menos rigoroso é real, para além de que a tentação mora mesmo na porta ao lado!!! Tanto mais se atendermos às reais condições financeiras da maior parte das autarquias face aos inúmeros dramas prioritários, muitas vezes também humanitários, que têm por resolver.

Citando o professor Sidónio Pardal: “os agentes das câmaras municipais são autênticos emissores de moeda, ao alterarem o uso dos solos.” São também estes agentes que acabam por ser os responsáveis pelo carácter nefasto que o planeamento assume, ou seja, quando se define uma área como *non edificandi* ela desvaloriza até ao limite, em oposição extrema às que são urbanizáveis. A definição do uso do solo pode alterar-se tão rapidamente como o contexto político-partidário, criando muitas vezes a situação de negativo da realidade. Áreas supostamente fora do perímetro urbano, tendo sido ocupadas ilegalmente, transformam-se em loteamentos urbanos com possibilidades de negócio muito atraentes, sem que a Administração Pública — local e central —, com o seu laxismo, seja capaz de intervir travando esta delapidação do território.

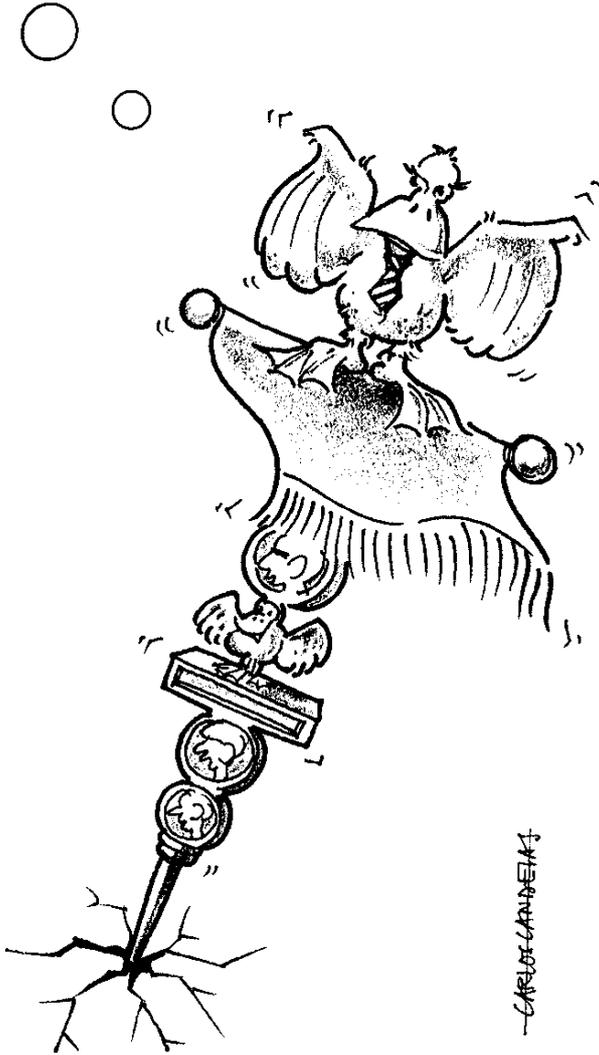
Os nossos vizinhos Espanhóis padeceram um pouco do mesmo mal. A descentralização do poder (que, em tese, é para nós incontestável), com a criação das autoridades regionais autonómicas, aumentou drasticamente o caos urbano, que começa agora a ser travado e em muitos casos invertido. Esta é uma prova indiscutível de que as diferentes opções não são boas ou más por si só, mas dependem primeiramente das pessoas que lhe dão corpo e segundo da qualidade técnica e política que está subjacente aos processos.

Lá como cá, só quando se implodirem todas as “brandoas” que teimosamente persistem, reaparecendo como bolhas recorrentes em diversos locais da pele, se poderá pensar num verdadeiro e efectivo desenvolvimento do país. Só quando se assumir a qualidade de vida da população como um desígnio nacional se pode inverter este terceiro mundismo em que hoje vivemos.

O que se passa no mercado imobiliário é perfeitamente atemorizador. Empurram-se as pessoas, sobretudo os mais jovens, para os subúrbios das grandes cidades que se desertificam, degradam e perdem identidade, ao mesmo tempo que se engorda a periferia com este urbanismo de polpas. Mesmo os concelhos que se autopromovem

ISTO É QUE É REINAR!...

como defensores de um urbanismo de rosto mais humano não têm uma visão urbana de conjunto e, ao promoverem um crescimento mais ou menos aos repelões, não fazem cidade mas tão-só publicidade. Poderíamos ser levados a pensar que a melhoria dos conhecimentos técnicos e científicos, associados à ideia generalizada da necessidade de ordenar e planejar, seriam suficientes para controlar todo este descontrolo. Para tanto, as figuras legais de planeamento, nomeadamente os PDM (Plano Director Municipal), constituiriam



ferramenta essencial. Pura ingenuidade... A título de exemplo, tomemos alguns dos grandes condomínios fechados que existem no nosso país (outra "americanisse") e cujo aparecimento se escuda no subterfúgio de investimento turístico (golfe, hotel, piscina...), não estando previstos pelos respectivos

planos autárquicos e/ou regionais..., eles constituem elemento de afirmação e manutenção de um determinado *status*, cuja medida é directamente proporcional ao preço.

Este ardil de que o investimento urbano encapotado sob a forma de investimento turístico justifica todo e qualquer loteamento ou ampliação da área urbanizável, a troca de emprego e crescimento, tem sido largamente responsável pela delapidação dos recursos, particularmente no litoral, comprometendo um efectivo desenvolvimento sustentável.

São igualmente estes PDM que, realizados pelas autarquias e acompanhados pela administração central via CCR (Comissão de Coordenação Regional), prevêem globalmente áreas de expansão urbana para acolher 35 milhões de habitantes!!! Não, não é gralha, são mesmo 35 milhões de almas previstas, num contexto de 10 milhões existentes. A loucura não tem limites e o desaforo também não... Talvez nos estejamos a aproximar do fim dos tempos e os nossos técnicos e políticos estejam já a assegurar vagas para as almas que, depois do ajuste de contas, venham a ter autorização para voltar a este rectangulozinho à beira-mar plantado...

Só quando se assumir a qualidade de vida da população como um desígnio nacional se pode inverter este terceiro mundismo em que hoje vivemos.

Nem Tudo é Mau... Será?

Pode-se sempre dizer que nem tudo é mau. Temos o Parque das Nações, temos o programa Polis... só que estas intervenções não constituem a matriz típica de desenvolvimento urbano, antes pelo contrário, são a excepção, são ilhas de qualidade restrita em termos de ocupação do solo. Nestes casos, a preocupação centra-se no *marketing* e não tanto na especulação gerada pelos empreendimentos. Quem fica na cidade vive em condomínios mais ou menos protegidos, de luxo ou em áreas de realojamento, ou seja, nos "guetos" do novo urbanismo dito moderno. A classe média, desprotegida

por natureza e condição, vive apertada entre os créditos à habitação para viver nas polpas periféricas e o trânsito que a transporta lentamente até se enfrascar em doses exageradas de mau-humor e falta de civismo.

Temos analisado os mecanismos de construção e sua dinâmica mas, se atentarmos mais pormenorizadamente noutras situações, a estupefação mantém-se. Peguemos nas vias de comunicação e transportes. Que país é este em que toda a gente tem um assomo de “novo-riquismo” bacoco, que não dispensa o automóvel particular para nada, nem por nada deste mundo? Percebe-se que

os transportes públicos não dão, na maioria dos casos, resposta cabal às necessidades. Ou se criam alternativas de transportes em corredor próprio ou não é no meio do trânsito congestionado que se alicia o utente a abdicar do conforto do transporte individual. Os transportes públicos rodoviários são pouco apelativos em relação aos gastos de tempo, ao conforto e ao preço.

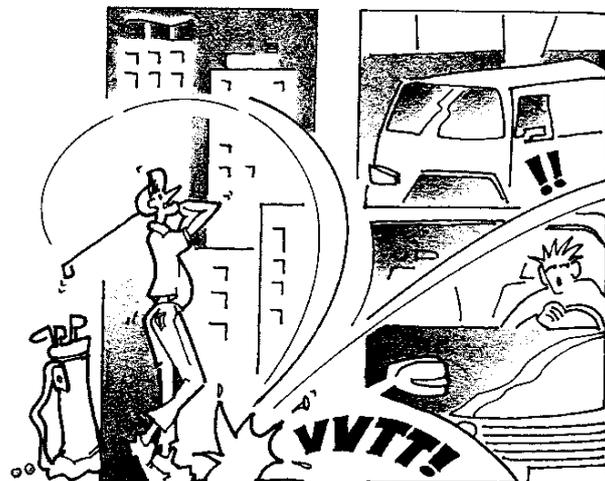
A falta de coordenação entre os diferentes modos de transporte só pode promover o comodismo. Assim, mal por mal, preço por preço, “quero lá saber do ambiente; vou de carro, sempre tenho mais

liberdade e posso ir ao *shopping* e/ou beber uma ‘cervejola’ depois do trabalho...”

As novas urbanizações, quer as que nascem do nada quer as que crescem a partir de núcleos preexistentes, têm, na generalidade dos casos, infra-estruturas rodoviárias ridiculamente insuficientes. Sair e entrar nestes bairros residenciais, à hora de ponta, é torturante. Estamos a falar de deslocar diariamente milhares de pessoas para os seus locais de trabalho e/ou estudo por uma travessa, ainda digna da passagem das tropas romanas ou dos carros de bois.

Tal como escreve Helena Roseta: “... a cidade tem de passar a ser local de aprendizagem e de cidadania. (...) Tem de se olhar para a cidade como escola, ela própria, da solidariedade contra a violência. (...) Ignorar isto é não compreender onde nasce e como cresce a violência nas cidades”

A criação de novos eixos rodoviários trouxe/traz alguns benefícios, melhorando as acessibilidades, mas, como a febre de construção não foi debelada, as vantagens foram/são rapidamente diluídas ou, como acontece em muitos casos, são eles próprios os impulsionadores de novas frentes urbanas. Estamos perante o fenómeno de “pescadinha de rabo na boca”, o que origina o tal urbanismo por polpas. Se outra razão não houvesse, o tempo e os gastos provocados por esta política urbanística (ou ausência dela), assente no automóvel, seria suficiente para nos fazer arrepiar caminho, mas o que observamos é, apenas, um empenho frenético nos quilómetros de estrada construídos, sem olhar à regulação da sua envolvente. Nunca se vislumbrou frenesim que se lhe compare com a ferrovia. É evidente



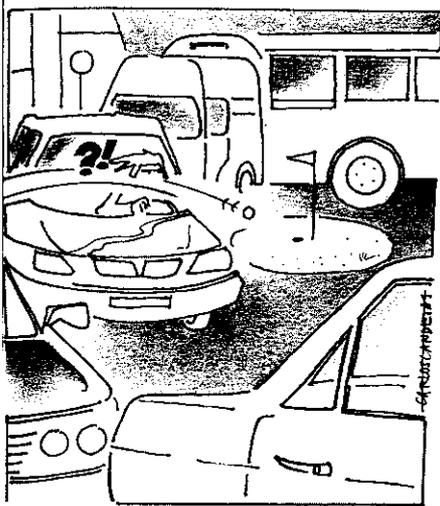
que com as estradas conseguimos “fazer flores” em quatro anos enquanto a ferrovia só a médio prazo poderá ser tida como um investimento positivo. Assim, temos o caminho-de-ferro afastado do ciclo político normal de uma legislatura e longe da mira crítica da opinião pública.

Sabendo-se que a poluição atmosférica é, no nosso país, em larga medida provocada pelos transportes rodoviários e que isso pode custar centenas de milhões de contos/ano em aquisição de quotas a países menos poluidores, como é possível que a aposta continue a ser na rodovia??? Não é o carro, ou a sua posse, que se questiona, mas antes o uso que, de uma maneira ou de outra, nos obrigam a fazer dele. O “lobby da roda” é também muito poderoso; só assim se justifica o peso do transporte

rodoviário no contexto global, mais expressivamente o de mercadorias. As perspectivas não são animadoras, já que a *décalage* entre investimento rodoviar e ferroviário traduz as sucessivas políticas de transporte absolutamente desastrosas.

Perante este quadro, que resta às populações que têm de pagar um “balúrdio” por uma casa mal construída, num sítio horrível, a uma distância insignificante de 2 ou 3 horas da cidade? Felizmente há uns senhores (doutores, arquitectos, engenheiros...) que se preocupam connosco e pensam (*voilà!*) em tudo. É pois possível sermos felizes nestas coisas a que chamamos cidade e que, no seu interior, bem no seu interior, nos permitem dar azo à nossa ânsia de “cultura” e nos facilitam a entrada (sem números *clausus*) naquilo a que José Saramago

denominou de Nova Universidade, que é o centro comercial, de preferência com um grande hipermercado que nos alimente completamente a oniomania (doença do vício da compra). No caso de Lisboa, e sem querermos ser exaustivos, veja-se a proliferação destes “não sítios”; só mais ou menos “atados” na 2.ª Circular temos cinco, a acrescentar a dois estádios de futebol.



... Rendibilizando o verde.

Estamos a formar uma geração *shopping* cujo grande desígnio de vida é o mergulho na grande catedral do consumo. A aprendizagem de normas de vida é feita nesta escola e à escolha.

Permitimos tudo isto, aplaudimos os maiores “qualquer coisa” da Península ou da Europa que é um tempero para esta nossa “bimbalhice”, e depois levantamo-nos contra a violência urbana, nomeadamente a juvenil, ao ponto de acharmos que a(s) cidade(s) para(m) por causa dela!!! O que se passa é que as cidades actuais não são apenas o palco de diversas violências mas são antes, elas próprias, geradoras de violência.

Tal como escreve Helena Roseta: “... a cidade tem de passar a ser local de aprendizagem e de cidadania. (...)

Tem de se olhar para a cidade como escola, ela própria, da solidariedade contra a violência. (...) Ignorar isto é não compreender onde nasce e como cresce a violência nas cidades” (in *Visão* de 05-04-2000).

Vivemos um período contraditório onde — apesar da grande proliferação de conhecimentos, de estudos científicos e urbanos e do aumento da consciência pública que urge cuidar do espaço vivido como forma de contenção e prevenção dos conflitos sociais — se assiste simultaneamente a uma construção desenfreada que, do campo à cidade, do litoral ao interior, vai esvaziando a possibilidade de intervir e deter esta marcha.

Eis que falta o grito do Ipiranga: construí desta vez como se fosse a última, e por cada tijolo um espaço de liberdade, para o encontro, para vivermos e estarmos aqui “uns e os outros”.

A má qualidade urbana a que **todos** vamos estando sujeitos pode beber da ideia de Luís Stau Monteiro de que antigamente os cafés em Portugal proliferavam e eram bons porque as casas eram más, hoje proliferam as casas e diminuem os contactos públicos das gentes, porque as casas são melhores e os cafés bem piores. Os tempos são rápidos e vive-se com e à pressa, o hoje caracteriza-se e vive-se pelo agora, pela audiência, pela palavra fácil, pelo efémero, mas as construções são pouco breves e a sua durabilidade tem tendência, com a evolução da técnica, a aumentar. E, não fossem os descuidos e os atentados efectuados pela ocupação desenfreada, poderíamos até muito superficialmente concluir que se vive melhor e que o caminho não poderia ter sido outro. A massificação da melhoria das condições de habitabilidade poderá ter um preço a pagar, mas não pode comprometer o futuro...

A solução poderá não ser óbvia, mas existem recursos e talentos para fazer mais e melhor. Urge escolher, antes que seja demasiado tarde... Há que afirmar, sem equívocos, o direito dos cidadãos a uma vida com qualidade.

Estes problemas não são de hoje, têm raízes profundas em todos os “ismos” do nosso descontentamento, principalmente no facilitismo, no deixa andar, impenitente e sem culpa formada.

Vimos de longe, de muito longe, com o que temos para urbanizar, mas não sabemos onde queremos chegar e o que ainda temos para dar...

Tudo isto será possível num país europeu no século XXI? A realidade não é real!

Mãe, quero desnascer...

União Europeia:

Crescimento Populacional Suportado pela Imigração

•
NUNO DE OLIVEIRA PINTO

Professor-Universitário, Auditor, Consultor de Empresas

◊

A população da União Europeia (UE) cresceu 0,3 por cento no ano 2000, atingindo, no conjunto dos seus 15 Estados-membros, quase 378 milhões de habitantes, segundo dados do Eurostat. Este número representa o maior crescimento populacional dos últimos anos no espaço comunitário.

Um aumento ligeiro da taxa de natalidade, a estabilização da taxa de mortalidade e, sobretudo, o aumento dos fluxos migratórios para a Europa contribuíram para que a população da UE aumentasse 1 150 000 em apenas um ano. O aumento da imigração representou quase 70 por cento no crescimento populacional da União Europeia, merecendo particular relevo o seu efeito no saldo populacional da Alemanha, da Itália e do Reino Unido. As estimativas demográficas apontam para que a taxa de natalidade tenha aumentado 1,3 por cento em relação

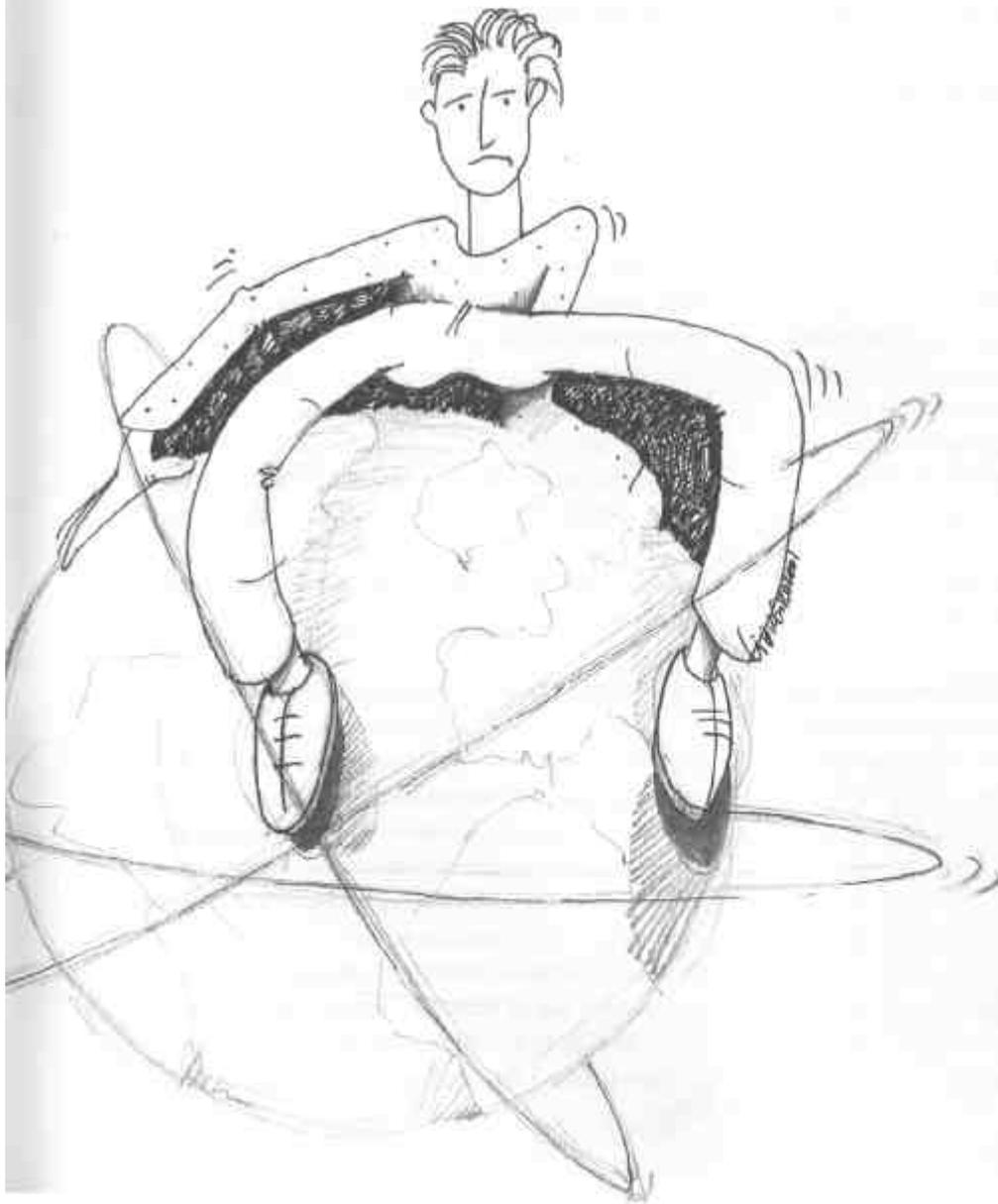
a 1999, registando-se 4,05 milhões de nascimentos em 2000, o que representa o maior crescimento da natalidade na União Europeia desde 1994. Os países onde a taxa de natalidade mais cresceu foram a Irlanda, a França e o Luxemburgo. Nos últimos lugares ficaram a Alemanha, a Itália e a Áustria.

O número total de mortes manteve-se praticamente estável em 2000, verificando-se cerca de 3,7 milhões de óbitos na União Europeia. Os países onde se verificaram as maiores taxas de mortalidade foram a Dinamarca e Portugal (ambos com 10,8 mortes por mil habitantes), tendo a Suécia ficado em terceiro lugar. No extremo oposto ficaram a Irlanda, o Luxemburgo e a Holanda.

Como Ganhar Clientes através da *Velocidade*

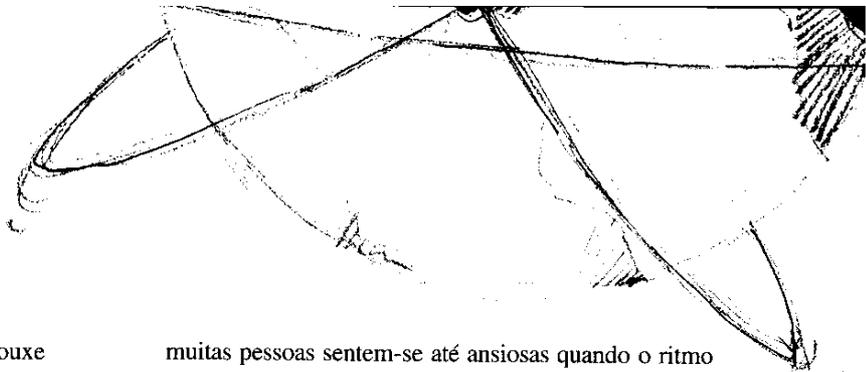
J. M. MARQUES APOLINÁRIO

Economista, Membro do Conselho Editorial da Dirigir



Em nenhuma outra área as previsões dos futuristas se afastaram mais da realidade do que as que se faziam há três décadas a respeito da extensão dos tempos de trabalho que iríamos ter nos dias de hoje. Se os prognósticos então tidos como seguros se tivessem concretizado, estaríamos hoje a viver numa sociedade de lazer paradisíaco. Uma série infindável de produtos inventados para nos pouparem trabalho deixar-nos-iam uma grande parte do tempo livre, tempo que cada um ocuparia da forma que melhor lhe aprouvesse. Receava-se, inclusive, que as máquinas pudessem substituir o homem e, depois, que seria deste sem trabalho para se entreter?

Parem o Mundo, Quero Apear-me



Mas não foi isso que aconteceu. O progresso trouxe muitas coisas destinadas a facilitar o dia-a-dia de todos nós. Trouxe-nos o microondas, aquela pequena caixa onde as refeições são cozinhadas em segundos por raiozinhos; trouxe-nos a comida rápida, o café instantâneo, as viagens a jacto, o correio azul, os champôs dois em um; trouxe-nos a telecomunicação *on-line*, a televisão, o telefone celular, o fax, os computadores — que virtualmente transportam qualquer

um à velocidade da luz pelos mais distantes e recônditos lugares do planeta. Trouxe-nos, de facto, tudo isso, o progresso. Mas o que definitivamente o progresso não nos trouxe foi mais tempo disponível.

Paradoxalmente, a verdade é que nunca no Mundo houve tão pouco tempo como hoje. O que as novas formas de organização em que o progresso se baseia trouxeram consigo foi, isso sim, uma enorme aceleração mutacional

na sociedade e um concomitante aumento da velocidade do ritmo de vida individual.

De facto, nunca como hoje o Mundo se confrontou com tanta falta de tempo. Afinal, microondas, comida rápida, café instantâneo, aviões ultra-sónicos, computadores e tudo o mais que foi inventado para nos poupar tempo não impedem que seja cada vez maior o número das pessoas apressadas e maior a pressa delas. Nunca se correu tanto quanto hoje.

Também é verdade que nunca se falou tanto em ócio. O lazer, tornado produto turístico, é oferecido em doses industriais. Mas, para as pessoas comuns, regra geral, os ócios anunciados nos *slogans* publicitários não vão além disso mesmo: uma miragem. Habitadas à velocidade,

muitas pessoas sentem-se até ansiosas quando o ritmo enfraquece e nem sequer fruem o lazer de que normalmente poderiam desfrutar. Critica-se o ritmo de vida, mas é tal a habituação que muitos já não conseguem viver sem ele. Se não estiverem onde está a acção já não se sentem bem. Alguns pouco se importam até com o que seja a acção; só lhes interessa mesmo é que o carrossel não deixe de rodopiar a uma velocidade suficientemente rápida, para não serem tomados pelo tédio.

Uma prova bem evidente da importância que o tempo passou a desempenhar nas nossas vidas está nos *slogans* publicitários.

“Ganhe tempo e não perca negócios” exorta a PT Comunicações (Portugal Telecom), aconselhando para isso os consumidores a instalarem já uma linha digital PTRDIS.

“Com gás natural vai ter mais tempo para si e para os seus”, assegura a SETGÁS — Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.

Um conhecido banco oferece “crédito já”.

“Faça o seu seguro *on-line* a qualquer hora do dia ou da noite”, convida insistentemente uma das seguradoras.

Uma companhia de aviação garante-lhe que “faz o seu tempo voar”.

E os exemplos poderiam prosseguir indefinidamente.

É patente o apelo a atributos baseados no factor tempo, como elemento determinante do posicionamento dos produtos no mercado. E isso só sucede, evidentemente, porque esse mesmo factor tempo passou a sobressair no imaginário dos consumidores aos quais a publicidade se dirige.

Os alicerces donde se parte para a projecção da imagem dos produtos são os valores — valores que relevam de estilos de vida. E, manifestamente, nos dias que correm, o tempo passou a ser um desses valores.

Os alicerces donde se parte para a projecção da imagem dos produtos são os valores — valores que relevam de estilos de vida. E, manifestamente, nos dias que correm, o tempo passou a ser um desses valores.

É patente também nesses *slogans* o reconhecimento, pelos anunciantes, de que a velocidade pode influenciar a sorte e o destino das empresas. Os vencedores são muitas vezes os que conseguem satisfazer uma necessidade mais depressa do que os outros. São os que souberem incorporar o factor tempo no valor do produto. E é isso precisamente que os anúncios profusamente pretendem assegurar.

Não podemos dizer que o factor tempo, elemento da cadeia de valor, seja assunto a que os economistas e gestores tenham dedicado especial atenção. Mas talvez por isso se deva considerar particularmente significativo terem começado a surgir nos últimos anos publicações de gestão que enfatizam e procuram teorizar em torno deste elemento. *Managing the Future*⁽¹⁾, de Robert B. Tucker (consultor, investigador, estudioso das maiores empresas americanas), é um desses exemplos. Sublinha a importância do tempo na decisão dos consumidores e mostra, em relação às empresas, como tirar partido das mudanças induzidas pela aceleração do tempo. Chama a atenção para 10 “forças impulsionadoras” da mudança e aponta a “velocidade” como a primeira dessas forças. Porquê a velocidade? Por uma razão muito simples: por causa do papel que o tempo desempenha nas nossas vidas. Para as empresas atentas às preferências dos clientes, a irritação que todos sentimos ao esperar numa fila pode ser o ponto de partida para a identificação de uma vantagem competitiva a explorar. Poupar tempo às pessoas pode tornar-se uma vantagem competitiva para quem daí souber tirar partido.

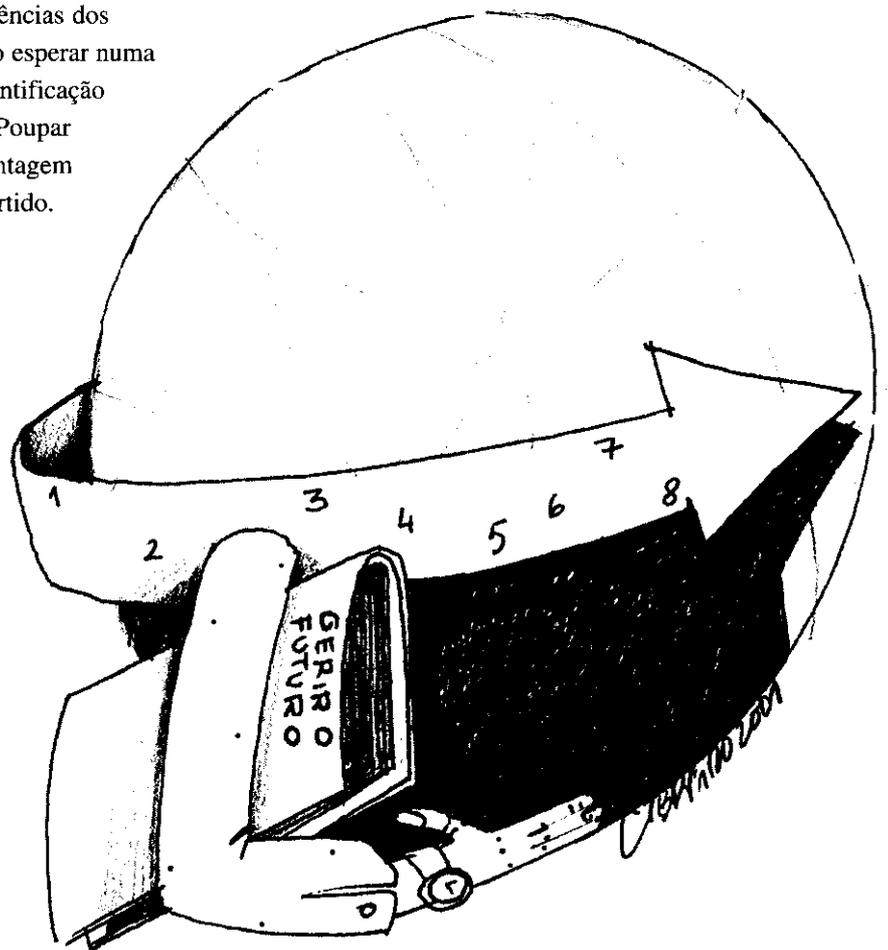
Esta ênfase na velocidade resulta da constatação, pelo autor, de que a velocidade está a transformar sectores inteiros. Desde a limpeza a seco aos oculistas, passando pela entrega de pizzas ao domicílio, pelos serviços de entrega rápida de encomendas ou pelas sapatarias “minuto”, tudo são exemplos de actividades em que a velocidade se tornou elemento determinante de competitividade. Outro exemplo ainda, aliás historiado pelo autor de forma bem expressiva, é o dos laboratórios de revelação fotográfica, onde todos podemos observar uma autêntica revolução baseada no tempo de satisfação do cliente.

Como Ganhar Clientes através da Velocidade

Seguem-se oito medidas, apontadas em *Managing the Future*, para explorar o Imperativo Velocidade.

Medida n.º 1: Veja bem se a velocidade lhe interessa

As empresas devem ser sensíveis ao modo como os clientes encaram a velocidade. A definição do que é “rápido”, “oportuno” ou “pontual” é determinada pelas expectativas dos clientes. Num restaurante de luxo os clientes não querem rapidez, querem tranquilidade. Pergunte a si próprio se o seu cliente está interessado na rapidez. Se a resposta for sim, use as restantes medidas para construir uma estratégia baseada na velocidade.

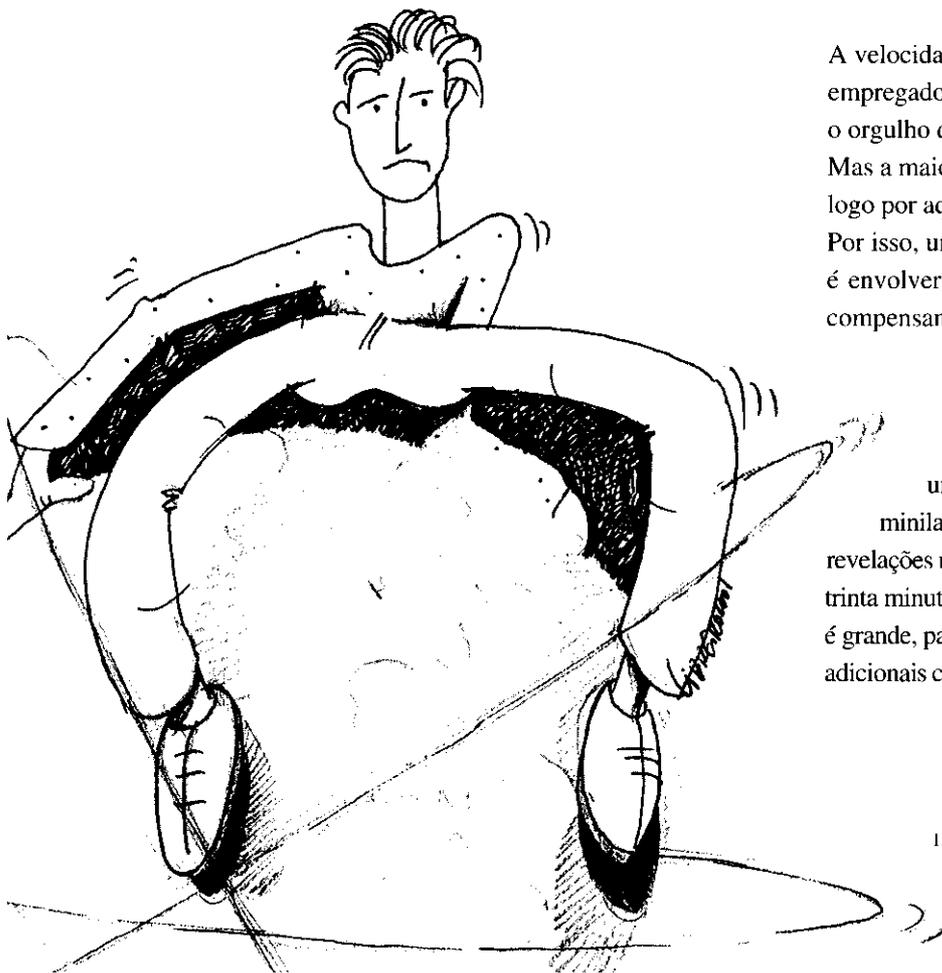


Medida n.º 2: Desafie princípios relativos ao tempo

A questão está em reduzir a folga entre a decisão do cliente e a satisfação trazida por essa escolha, quer se trate da reparação do automóvel, da instalação de um telefone ou da entrega de um sofá. Analise o ciclo pedido-satisfação; identifique as etapas mais demoradas; pesquise as melhores formas de as reduzir e ponha-as em prática, ficando a despesa por conta do cliente.

Medida n.º 3: Ausculte os seus clientes mas siga o seu instinto

Os clientes muitas vezes só sabem o que querem depois de verem. Em 1980, quando a Kodak fez um inquérito aos possuidores de máquinas fotográficas a fim de saber se estavam interessados em ter os seus rolos revelados numa hora em vez de três dias, só menos de 5 por cento disseram que sim. Pouco depois dava-se a explosão dos minilaboratórios de revelação fotográfica. Não fique à espera que sejam os clientes a exigir-lhe soluções; nem sequer que apreciem as suas inovações antes de as experimentarem. Se tem uma ideia nova e confia nela, ponha-a em prática.

**Medida n.º 4:** Meça o tempo entre pedido e satisfação

O segredo está em estabelecer padrões de velocidade e depois medir o desempenho por esses padrões. Exemplos: “Atendimento de todos os telefonemas antes do terceiro toque”; “Satisfação dos pedidos de troca no prazo máximo de três dias”; ou ainda: “Todas as encomendas serão enviadas no prazo de 48 horas.”

Medida n.º 5: Dê a conhecer aos clientes o que está a fazer

Sempre que introduzir melhoramentos dê disso conhecimento aos clientes. Use as melhorias como factor promocional.

Medida n.º 6: Ofereça maior velocidade a quem estiver disposto a pagá-la

Ainda que um novo modo de aumentar a velocidade custe mais caro, vai encontrar clientes dispostos a pagá-lo. Pense no exemplo do correio azul. Outro exemplo ainda: alguma vez o tão falado TGV (comboio de grande velocidade) irá praticar, para as mesmas distâncias, preços iguais aos dos comboios convencionais?

Medida n.º 7: Recompense os empregados pela velocidade

A velocidade pode estimular a motivação dos empregados, reforçar o espírito de equipa, aumentar o orgulho de trabalhar para uma “máquina pontual”. Mas a maior desvantagem da velocidade, a começar logo por aqueles que trabalham na empresa, é o *stress*. Por isso, um aspecto vital para garantir a pontualidade é envolver no processo todas as pessoas, compensando-as devidamente.

Medida n.º 8: Ofereça garantias quanto ao tempo

Aumente a satisfação do cliente garantindo um serviço a tempo e horas. A maioria dos minilaboratórios de revelação fotográfica garante revelações numa hora. Mas muitos já o fazem apenas em trinta minutos e outros ainda menos. E como a concorrência é grande, para se diferenciarem oferecem vantagens adicionais como rolos de filme, ampliações, álbuns, etc.

●
NOTA

1. *Gerir o Futuro*, Robert B. Tucker, Difusão Cultural.



Sabia Que...

RUBEN EIRAS

Jornalista



... segundo o Inquérito sobre as Condições de Trabalho em Portugal de 2000 realizado pelo Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional:

- 45 por cento dos portugueses trabalham de pé?
- 56 por cento deslocam-se para o emprego de automóvel?
- 40 por cento utilizam a informática no trabalho?

... um estudo sobre recursos humanos elaborado pela Associação Nacional das Empresas das Tecnologias de Informação e Electrónica confirma que faltam 30 por cento de informáticos no mercado de trabalho nacional?

... de acordo com a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Teletrabalho, existem cerca de 100 000 teletrabalhadores em Portugal?

... que Portugal — entre os 49 países classificados pelo Institute for Management Development no Anuário da Competitividade Mundial 2001 — ocupa a 47.ª posição na categoria “Investimento das empresas na formação dos seus trabalhadores”?

... que a diversidade religiosa aumentou 36 por cento nas forças de trabalho das organizações dos EUA, segundo uma pesquisa conduzida pela Society for Human Resource Management?



Qualidade das Águas Balneares Piora

Ao contrário do que sucedeu em 1999, ano em que se verificou uma melhoria da qualidade da água nas zonas costeiras e interiores, a época balnear de 2000 ficou marcada por uma diminuição do número de praias que cumprem os valores da directiva comunitária sobre águas balneares. Nas zonas costeiras, a percentagem de praias não conformes com a directiva subiu de 6,1 para 7,8 por cento. No interior, a subida foi mais pronunciada, de 21,6 para 31 por cento.

No ano passado, 31 por cento das praias fluviais não realizaram as amostragens previstas na directiva comunitária, 38 por cento tinham água de qualidade razoável e 31 por cento de boa qualidade. O cenário nas zonas costeiras é sensivelmente melhor: 81,4 por cento das praias têm boa qualidade, 10,8 por cento razoável e 7,8 por cento não realizaram as amostragens previstas na directiva.

Combater o Consumo de Tabaco

O Parlamento Europeu aprovou um conjunto de medidas que visam combater o consumo de tabaco na União Europeia. Todos os maços de cigarros vendidos na União Europeia passarão, a partir de Setembro de 2002, com a entrada em vigor das medidas agora aprovadas, a incluir em pelo menos 30 por cento da parte da frente e em 40 por cento da parte de trás diversos avisos chamando a atenção para os malefícios associados ao consumo de tabaco. Por outro lado, as indústrias de tabaco terão de reduzir significativamente os níveis de alcatrão e de nicotina contidos nos cigarros, passando a ser proibida a utilização de algumas expressões como, por exemplo, "baixo teor de alcatrão" ou "suave".

Objectivos do Protocolo de Quioto em Risco

Com a assinatura do Protocolo de Quioto, os quinze Estados-membros da União Europeia comprometeram-se a diminuir, até 2008-2012, 8 por cento das emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa no Planeta. No entanto, segundo alerta um recente relatório divulgado pela Comissão Europeia, dificilmente conseguirão reduzir mais de 1,4 por cento.



Analisando o período compreendido entre 1990 e 1998, o relatório refere que as emissões comunitárias diminuíram 2,5 por cento, mas a maioria dos Estados-membros, sublinha o documento, revelou-se incapaz de cumprir as metas acordadas.

Novos Padrões para a Qualidade do Ar

A União Europeia lançou um plano coordenador de um vasto número de directivas sobre poluição do ar, cuja revisão está prevista para 2004. O plano irá definir novos padrões de qualidade e novos tectos nacionais para as emissões poluentes.

Consumo de Água: Portugal em Posição de Destaque

Os Portugueses estão entre os cidadãos da União Europeia que mais água consomem nas suas casas, segundo um estudo revelado recentemente pelo Eurostat. O sector doméstico em Portugal ocupou em 1998 o quarto lugar no consumo de água (71 metros cúbicos por habitante), a seguir à Finlândia e à Itália (ambos com 78 metros cúbicos) e à Espanha (73 metros cúbicos). Este foi igualmente o ano em que Portugal registou o maior volume de captação de água por habitante no espaço comunitário.

NUNO DE OLIVEIRA PINTO

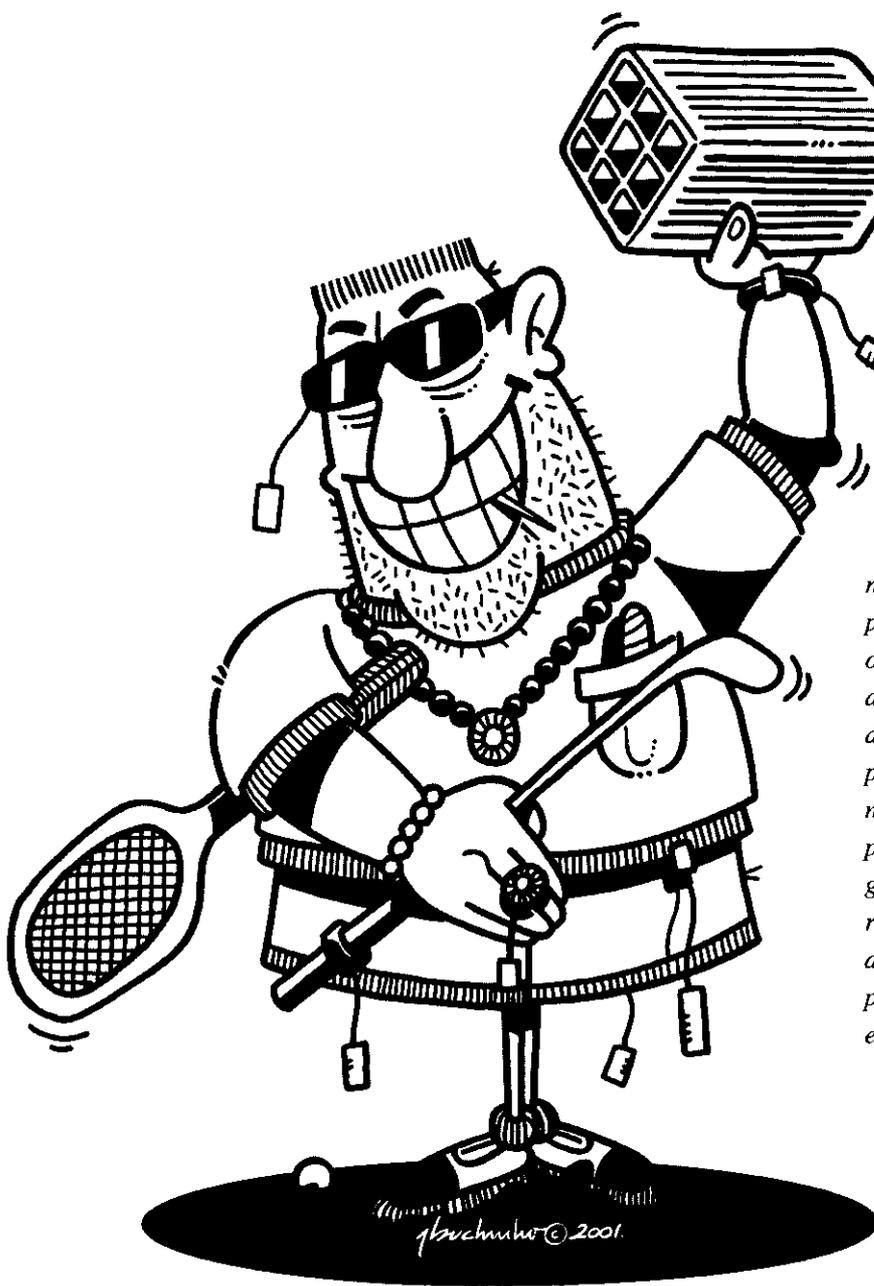
Professor Universitário, Auditor, Consultor de Empresas

As Novas Classes Conjunturais

JOSÉ VICENTE FERREIRA

Docente Universitário ISCSP — UT, Membro do Conselho

Editorial da Dirigir



O actual show das realidades que vamos tendo tem que ser observado com muito sentido de humor. Precisamos urgentemente de algumas aspirinas para nos levantarem o moral da alma. O clima está bastante instável e a precisar de algumas ajudas. Os ventos têm soprado com rajadas muito fortes provenientes de ciclones situados sobre o sistema sinuoso e montanhoso "Carnaxide - Quelu", trazendo nuvens de poluição que, solta e desvairada, está a gerar novíssimas tempestades no deserto da paisagem audiovisual. Pela 5 de Outubro o deserto continua à espera de uns oásis... de alguns milhões. Diz-se que com o filtro da auto-regulação tudo se resolverá. O problema parece de difícil solução pois não se conhecem nem fabricantes, nem patentes! Parece que a última tentativa do género acabou com uma ideia muito redonda, uma bolinha no canto superior direito do nosso velho televisor. Se calhar para o futuro teremos duas bolinhas, ou então... falta delas!

De facto, a conjuntura social está cada vez mais mediatizada e entalada entre grupos de sequestrados numa das mais conhecidas pré-fabricadas casas do país e grupos de ex-acorrentados que parecem aguardarem melhores dias ou eventualmente novas correntes. O país assiste, agora em versão bar, ao desenrolar de novíssimas tragicomédias. Anunciam-se para breve novas versões de “realidades” ainda mais arrojadas. É fartar vilanagem...!

A actual situação mais parece uma bolha mediática, pois tudo o que se diz incha, desincha e... passa, até novo facto voltar a colocar tudo na mesma. E assim se vai passando o tempo e alimentando a festa do esplendor do país. O actual menu do país social está cada vez mais rico em sabores e odores que se passeiam por “revistuchas” onde também o luxo e lixo se espalham e espelham. A imaginação não pára. As ideias para novos temperos são cada vez mais tentadoras. Como a vida social não consegue ter vida própria, precisa desesperadamente de se alimentar da conjuntura que lhe dá luz, prestígio e outros dividendos. Afinal, quem não aparece não existe! É por esta razão que cada vez temos mais artistas ocasionais a abrilhantarem os “jet-séticos” e os “jet-cénicos” televisivos, onde os coloridos da bela vida se multiplicam num frenesim de notícias e rumores que marcam as agendas da comunicação social e, pasme-se, dos telejornais, cada vez mais compridos, chatos e arrastados. O estado do novíssimo “social *light*” (ou será social lata?) anda na maior e ganha tempos de antena em... telejornais



carregados de *faits-divers* e histórias de faca e estalada onde o lixo e laxismo se passeiam de mãos dadas. De facto, alguma da nossa comunicação social, com especial relevo para a TV, atingiu um estado de poluição tão selvagem cujo tratamento já só é possível por recurso à “co-incineração”. Os novos donos da TV-mercadoria parecem querer fazer o elogio da estupidez promovendo acontecimentos ridículos e programas de televisão a notícias que adulteram a ideia da informação.

Muita informação que se quereria séria está hoje sujeita a processos menos transparentes e descartáveis. Muitos telejornais adoptam as tecnologias do silicone e do *peeling*, e outros trabalhos de magia visual, tudo em nome da ditadura da audiência, essa máquina de fazer dinheiro a qualquer preço. De igual forma, se olharmos para a actual comunicação social, verifica-se que a sociedade portuguesa é uma espécie de baralho, com pequenos truques e alguns viciosinhos, mas onde é possível distinguir novas classes, mais conjunturais que sociais, em franca ascensão. Desta lista da novíssima “social lata” constam as seguintes categorias “sociológicas”: os **cromos** (segmento que representa os mais poderosos da moda estatística), os **pirilampos**

(pessoas que tratam da imagem dos cromos, sempre atentos aos pequenos e grandes brilhos, mas com a pequena particularidade de fazerem sempre saber quem foi o responsável pelo... brilhaço). Naturalmente que estão na carreira para cromos, pois são eles que conhecem os interesses e os cordelinhos com que se ataram muitas embalagens). Os senhores que se seguem são os **matraquilhos** (verdadeiros homens de mão que

cumprem todas as ordens sem nada questionar, utilizando a conhecida máxima “a resposta é sim, diga lá qual é o trabalho a fazer...”). Nesta lista sociológica temos ainda **os penetras** (pessoas que olham o sistema como forma de carreirismo e de mansinho penetram onde podem para rapidamente chegarem a... onde puderem), **os emergentes** (pessoal que procura com esperteza, facilidades e favores, e outros truques de novo-riquismo, chegar rapidamente a ser conhecido e entrar, por via láctea, nos apetecidos cromos) e **os pipocas** (série interminável de pessoas que fazem fila para entrar em qualquer lugar do sistema desde que vislumbrem uma portinha com dono e para isso saltam, saltam, saltam sempre na esperança de serem seleccionadas pela aparência do salto ou pelo empurrão do esquema). Ultimamente foi acrescentada uma outra categoria, de muito relevo, a dos novíssimos **marretas**, com ou sem *peeling*. Na sua maioria estes personagens foram “ex-qualquer coisa” de muito importante, em muitos cargos. São os grandes conhecedores dos curto-circuitos, das cumplicidades e de muitas outras coisas que só eles sabem. É um mundo curiosíssimo onde todos se encontram numa mescla de culturas e anticulturas, de notícias e antinotícias, de favores e interesses, de amores e desamores, mas tudo sempre mediatizado com imagens e opiniões e naturalmente auto-alimentado com “caras” “luxes”, “vipes” e muitas “gentes” em “Tevês” tudo servido à medida e com o peso adequado ao momento.

Outra realidade que acontece em paralelo com a lógica social que venho referindo tem a ver com as mui nobres classes do “jet” empresarial. Já repararam que quando se sobe na hierarquia empresarial as conversas e os desportos também se estratificam? Diz-me que desporto praticas e dir-te-ei que lugar ocupas... ou gostarias de ocupar...!

Afirma-se aí que a classe mais básica continua desesperadamente agarrada à prática do futebol, enquanto os leais quadros continuam a praticar o nobre ténis, a frequentar os ATP e as suas lautas tendas de banquetes.

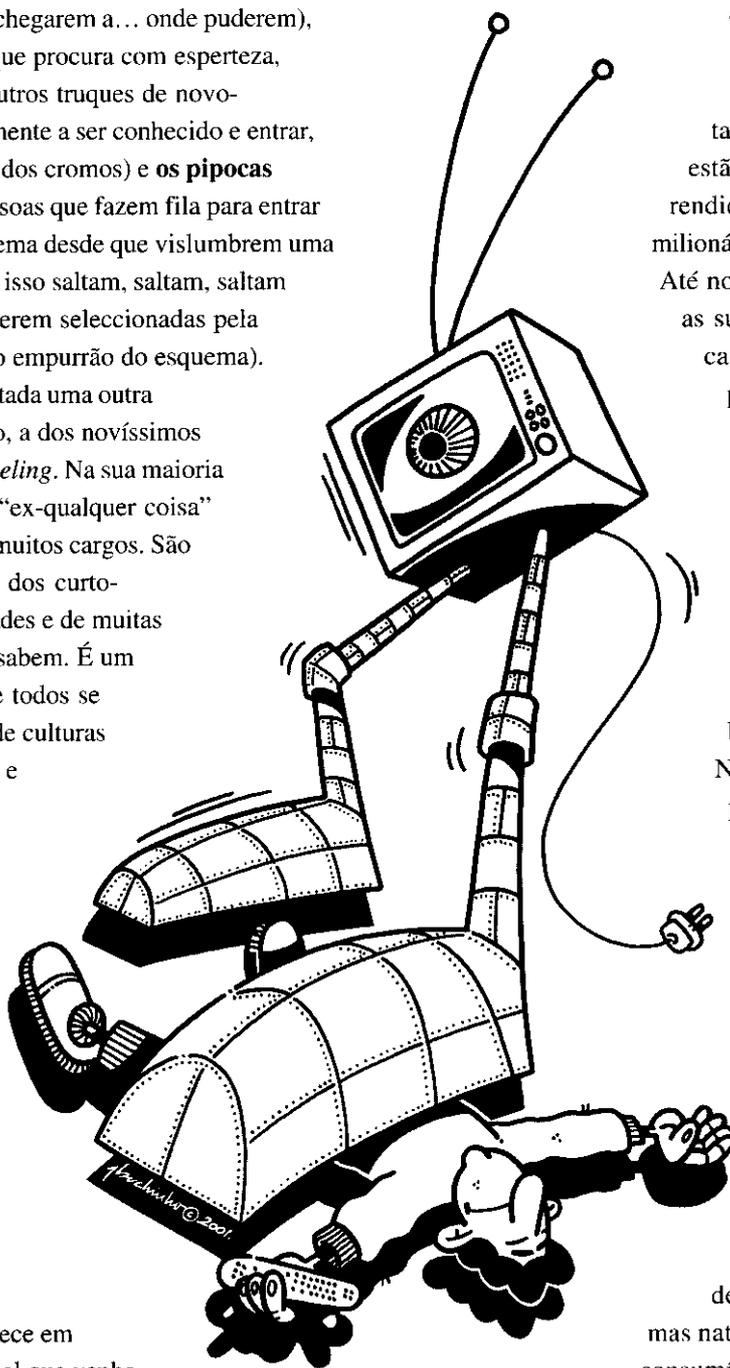
Curiosamente, os “topes” do mundo empresarial, esses privilegiados do taco e dos “benefícios”, estão completamente rendidos aos Opens do milionário golfe.

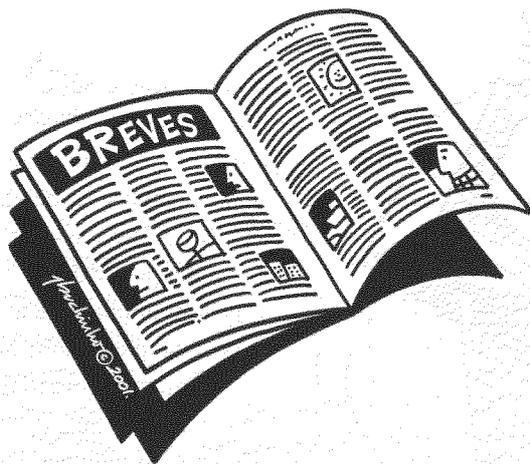
Até no desporto o social impõe as suas diferenças e neste caso são mesmo notórias e perturbadoras. Pelo menos uma conclusão concreta parece poder passar à história pois vale a pena sublinhar que à medida que se sobe na hierarquia empresarial é notório que se decresce no tamanho das bolinhas...!

Não sei se as tias, tios, primos e equiparados estão atentos a estas e outras realidades. O nosso *jet-set* adora-se a ele próprio... e, para além de nos divertir, ajuda-nos a passar o tempo nas salas de espera dos consultórios, onde as suas revistas se acumulam

desactualizadas e sujas, mas naturalmente sempre consumíveis e sempre de borla...

Pobre *jet-set*, tão sujeito às discontinuidades da vida. Quais apetrechos de plástico acabam, sem brilho nem glória, esquecidos numa qualquer sala ou despejados num qualquer ecoponto do sistema, naturalmente... para reciclagem...!





BREVES

Cegoc Lança Jogo de Formação sobre o Euro

A Cegoc, uma das maiores empresas de formação do país, vai lançar um *kit* de formação sobre o Euro, designado por “Euro Kit Pessoas & Empresas”. Este é constituído por um conjunto de slides sobre a nova moeda europeia, os jogos “Euro Challenge” e “Euro Stress”, o programa “Segurança no Euro” e um programa de incentivos. O “Euro Kit Pessoas & Empresas” é apoiado pelo Banco de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos.

O “Euro Challenge” é um jogo de estratégia onde o objectivo é construir uma carreira. De lógica simples, num tabuleiro tipo “Monopólio”, o jogador move-se num cenário de uma cidade, com lojas e edifícios públicos — correios, universidade, empresas, segurança social —, efectuando acções comuns do dia-a-dia como,

por exemplo, compras, pagamento de impostos e jantares. Os preços estão em escudos, mas as operações são realizadas com moedas e notas de euros. **“Assim, as pessoas sem se aperceberem estão a treinar-se mentalmente na conversão de euros em escudos”**, salienta Paulo Leitão, um dos criadores do jogo. Os factores de promoção no jogo são a oportunidade, a auto-estima e a formação. Dividido em cinco etapas, o avanço nas casas realiza-se por meio do lançamento de um dado. Ao todo, a duração estimada do jogo é de duas horas e meia e podem ser realizadas 75 operações monetárias.

Estudo revela — Investimento Estrangeiro Depende da Qualidade dos Recursos Humanos

A atracção de investimento estrangeiro para Portugal depende directamente da qualidade da sua força de trabalho. Esta é a principal conclusão da versão preliminar estudo “Portugal como destino de investimento estrangeiro: o estado da competitividade portuguesa”, conduzido por Nogueira Leite, ex-Secretário de Estado das Finanças, José Ferreira Machado e Vasco Cúrdia, todos docentes na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. A investigação é apoiada pela Câmara de Comércio Luso-Americana e está prevista a sua publicação entre Setembro e Outubro deste ano. O estudo contempla uma análise do enquadramento macroeconómico e estrutural de Portugal em relação aos países do grupo de coesão da UE (ao qual o nosso país também pertence) — Irlanda, Grécia e Espanha — e a três nações da Europa de Leste que participarão na próxima fase de alargamento da comunidade europeia em 2002, a saber, Hungria, Polónia e República Checa.



A classificação obtida na análise coloca, atrás da qualidade da oferta de trabalho, o ambiente macroeconómico, as políticas de incentivo e atracção de investimentos, o funcionamento do sistema e estruturas financeiras, a dimensão do mercado nacional e, por último, o ambiente político, “o qual é praticamente irrelevante”, sublinha Nogueira Leite, sendo este último vinte vezes menos importante do que a oferta de trabalho.

Morgan Stanley defende — Cálculo da Produtividade não Contempla TI

Os debates actuais sobre a produtividade estão errados na sua essência, ao ignorarem as especificidades da idade da informação, sustenta Stephen Roach, economista-chefe da Morgan Stanley, em artigo disponibilizado no *site* da entidade financeira. Aquele responsável entende que as estatísticas oficiais sobre as horas trabalhadas estão erradas. Contrapõe que, graças aos computadores portáteis e a outras tecnologias que permitem a ubiquidade, a par de uma conectividade reforçada, o trabalho é realizado em períodos de tempo que excedem em muito o tradicional horário laboral.

Portugal mais Corrupto

Portugal está mais corrupto. De acordo com o Índice de Corrupção da Transparência Internacional — que classifica 90 países —, Portugal obtém, numa escala de 0 (máximo) a 10 (mínimo), uma pontuação de 6,3. O resultado, em termos absolutos, traduz-se numa descida para o 25.º lugar, o que significa uma queda de duas posições em relação ao ano passado. Dentro do grupo de coesão dos países da UE, Portugal — com excepção

da Grécia — regista o pior comportamento dos últimos quatro anos. Só em 1999 é que se nota uma ligeira melhoria, com uma classificação de 6,7, sendo este o valor máximo obtido até ao momento.

Indeg Lança Pós-graduação em Novas Tecnologias para os Recursos Humanos

Com a invasão das tecnologias de informação em todos os processos produtivos e organizacionais, o mundo dos recursos humanos também não escapou à vaga da digitalização. Neste contexto, o Indeg lança uma pós-graduação pioneira na abordagem da gestão das pessoas nesta perspectiva em Portugal. Chama-se Novas Tecnologias e Recursos Humanos e engloba temáticas como, por exemplo, o *e-rh*, o *e-learning*, a gestão do conhecimento e o recrutamento electrónico.





SEMINÁRIOS

Seminário “Concepção e Gestão de Sistemas de E-learning”

E-professores: precisam-se!

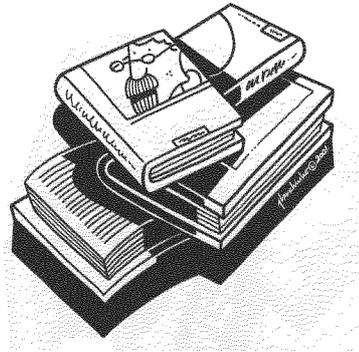
A maioria dos professores e formadores portugueses não estão preparados a nível pedagógico para ensinar dentro dos moldes do ensino via electrónica, o *e-learning*. Esta foi uma das questões que gerou mais debate no seminário “Concepção e gestão de sistemas de *e-learning*”, organizado pela Universidade de Aveiro e pela Formedia — uma empresa especializada na formação a distância — no Centro Cultural de Belém, no passado dia 27 de Junho. De acordo com Helder Caixinha, investigador na Universidade de Aveiro, num sistema de *e-learning* o professor deverá assumir o papel de tutor e estimular a participação activa dos formandos. **“O processo de aprendizagem deverá assentar no princípio do ‘aprender fazendo’, ou seja, ter como base a resolução de problemas práticos”**, explica aquele especialista. Assim, neste plano, o *e-learning* actuará como uma ferramenta de auto-aprendizagem, deixando o aluno de ser um agente passivo no processo de formação e passando também a adaptar e a criar os conteúdos formativos segundo as suas necessidades.

A concepção dos conteúdos foi outro dos assuntos que levantou mais debate entre a assistência. Isto porque, segundo os especialistas, num sistema de *e-learning* a maior parte do investimento centra-se no desenvolvimento de conteúdos, sendo o tempo de retorno demasiado longo. Este factor que torna pouco rentável o sistema de *e-formação* e a consequência, na maioria das vezes, são conteúdos de fraca qualidade e pouco ou nada interactivos. **“sendo meros decalques de sebentas e livros”**, realça Eduardo Cruz, director-geral da Formedia. Por sua vez, a criação de universidades empresariais virtuais para desenvolver a produtividade da força de trabalho, dos fornecedores e melhorar a relação com os clientes foi outro dos pontos em foco no evento. De acordo com os dados apresentados por Eduardo Cruz, uma universidade empresarial pode aumentar a produtividade em 42 por cento e elevar a eficácia da mudança cultural na organização até cerca de 21 por cento. **“Além disso, o corte nos custos na formação também é significativo, dado que se racionaliza a utilização de formadores e dos conteúdos formativos”**, remata aquele especialista.

Conferência Internacional do Hay Group

Aprender aumenta a produtividade

Foi em Florença, cidade-berço do Renascimento, situada na bela região italiana da Toscana, também famosa pelos seus excelentes vinhos e gastronomia, que se realizou a conferência internacional do Hay Group, subordinada ao tema “From Promise to Performance — Transformation through people”, a qual decorreu de 16 a 18 de Maio. O certame reuniu mais de 1000 profissionais de recursos humanos do Mundo inteiro, assim como algumas personalidades mais sonantes da gestão.



LIVROS A LER

Empresas, Caos e Complexidade — *Gerindo à Beira* *de Um Ataque de Nervos*

O mundo cada vez parece-se menos uma ordem, mas sim um caos organizado. Sendo uma teoria relativamente nova e pouco divulgada em Portugal, tem vindo a conquistar cada vez mais adeptos. A impossibilidade de previsão dos últimos tempos tem contribuído para tal. Reunindo uma série de especialistas e académicos nacionais de renome, a obra coordenada por Miguel Pina e Cunha, José Manuel Fonseca e Fernando Gonçalves prima pela qualidade e consistência dos conteúdos. Com uma abordagem exaustiva, abarca as implicações da teoria do caos e da complexidade no planeamento e gestão estratégica, na gestão da tecnologia, na aprendizagem e mudança organizacionais e na gestão da inovação. Indicado para gestores e estudantes da área.

Ficha Técnica

Título: *Empresas, Caos e Complexidade*

— *Gerindo à Beira de Um Ataque de Nervos*

Editora: RH Editora

N.º de Páginas: 265

À venda nas livrarias

Richard Boyatsis, professor em Comportamento Organizacional na Weatherhead School of Management, foi um dos oradores cuja intervenção suscitou maior curiosidade. A investigação que realizou, com base em vinte anos de pesquisa em várias das 500 maiores empresas listadas na revista *Fortune*, mostra que os trabalhadores que definem como prioridade a aprendizagem são mais produtivos do que aqueles que se focalizam apenas em cumprir objectivos específicos como, por exemplo, quantidades de vendas. Por sua vez, as pessoas concentradas apenas em metas quantitativas acabam por ser menos produtivas, porque se não alcançarem os objectivos definidos, adoptam uma atitude defensiva. **“Ou seja, quando recebem críticas, em vez de assimilarem o seu conteúdo positivo, passam a maior parte do tempo a justificar-se que estão a trabalhar o máximo. Recusam aprender porque, se o aceitarem, tal atitude significaria que o seu procedimento estaria errado, o que interpretam como uma humilhação. Não querem, como se diz na linguagem popular, ‘dar o braço a torcer’”,** explica aquele especialista americano. Pelo contrário, os trabalhadores que têm como mote principal a aprendizagem em cada tarefa ou projecto que lhes é designado alcançam maiores taxas de produtividade, porque a sua atitude está mais receptiva a melhorias e ajustamentos no seu método de trabalho. **“No início a sua produtividade não é muito alta, mas com os sucessivos aperfeiçoamentos o índice vai aumentando progressivamente, como também a qualidade do trabalho realizado. Isto porque trabalham não só para alcançar resultados, mas também para elevar o seu desenvolvimento pessoal. Só assim é que as pessoas desenvolvem paixão pelo trabalho que realizam”,** argumenta Richard Boyatsis. **“É verdade que muitos destes resultados que encontramos são do senso comum, mas também é realidade que esta é uma prática incomum em muitas empresas”,** ressalva o docente.



E-business e Distribuição: Sectores em Mudança

No rescaldo do *crash* da Nova Economia, a orientação da nova obra coordenada por José Crespo de Carvalho, docente no Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa e um dos maiores especialistas nacionais em logística aplicada ao comércio electrónico, focaliza-se no repensar dos primeiros cinco anos de vida da economia digital e da sua relação com a convencional, ou vulgo Velha Economia. A área tratada é o sector da distribuição e da sua adaptação aos *fast moving consumer goods*, ou seja, a entrega dos bens ao consumidor no espaço de tempo mais curto possível. E isto estreitamente conjugado com os postulados económicos que se previam enterrados com a emergência da Nova Economia, como as elasticidades, os *cash flows* e as margens ajustadas, por exemplo.

Ficha Técnica

Título: *E-business e Distribuição: Sectores em Mudança*

Editora: Indeg/Bertrand Editora

N.º de Páginas: 299

À venda nas livrarias

Gestão de Recursos Humanos — Contextos, Processos e Técnicas

Depois de *Humanator*, eis a nova “bíblia” dos recursos humanos em Portugal. Coordenada por António Caetano e Jorge Vala, dois reconhecidos académicos nacionais nesta área, a obra reúne 17 contribuições de especialistas dos quadrantes empresarial e da investigação sobre a gestão das pessoas. Com uma cobertura completa e aprofundada sobre os vários componentes da gestão de recursos humanos, cada tema é enquadrado no contexto macro e micro onde se desenvolve e nos processos organizacionais onde participa. A seguir são discriminadas as técnicas que conduzem à sua concretização. Obra de referência e indispensável para gestores, técnicos e estudantes da área.

Ficha Técnica

Título: *Gestão de Recursos Humanos — Contextos, Processos e Técnicas*

Editora: RH Editora

N.º de Páginas: 463

À venda nas livrarias



Guia para a Higiene, Segurança, Saúde e Prevenção de Acidentes de Trabalho

Já está no mercado o novo manual de *Higiene, Segurança, Saúde e Prevenção de Acidentes de Trabalho* editado pela Verlag Dashofer. Bastante útil, completo, com a informação sistematizada e numa vertente essencialmente prática, o guia revela-se uma ferramenta que poderá facilitar a vida a muitos gestores de recursos humanos e directores de obras. Além da explicação de todas as normas e procedimentos sobre o processo de implementação de um plano de higiene e segurança no trabalho na organização, o manual inclui as últimas alterações no que diz respeito ao controlo de riscos, à inspeção das condições de trabalho, à certificação de técnicos de segurança e ao OSHAS 8001. Vem acompanhado de um CD-Rom. A obra base e o CD-Rom são actualizados três a quatro vezes por ano, sem custos adicionais. As encomendas podem ser feitas *on-line*, em www.dashofer.pt.

Ficha Técnica

Título: *Guia para a Higiene, Segurança, Saúde e Prevenção de Acidentes de Trabalho*

À venda nas livrarias



EVENTOS

30 de Outubro I Conferência Específica Human Resources'2001

Duração: 2 dias
Local: Hotel Sofitel em Lisboa
Organização: IIR — Institute for International Research
Contacto: IIR
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A-4.ºB — 1069-006 Lisboa
Tel.: 21 358 57 00
Fax: 21 358 57 04
E-mail: geral@iirportugal.pt

2001 Memórias do Trabalho

Este projecto tem como objectivo a constituição de um centro de documentação e informação, disponível na Internet, a partir de um acervo digital de histórias de vida e memórias do trabalho do século XX.
Contacto: Universidade Popular Porto
Rua Augusto Luso
Tel.: 22 600 43 35



3 de Outubro

Curso

Gestão dos Financiamentos da Formação (QCA III)

Duração: 2 dias (12 horas)

Organização: CEGOC

Preço: 135 000\$00+IVA

Contacto: CEGOC

Rua Castilho, 167 - 1.º — 1099-046 Lisboa

Tel.: 213 874 544

Fax: 213 851 004

E-mail: cegoc-geral@cegoc.pt



SITES

www.shrm.org

É a página da Society for Human Resource Management, a maior associação dos profissionais de recursos humanos dos EUA. De *design* simples, mas muito funcional, o cibernauta não tem dificuldades em localizar a informação que procura, apesar da sua enorme diversidade e quantidade. É possível aceder no *site* gratuitamente à revista mensal da organização, que trata dos temas mais "quentes" de RH no outro lado do Atlântico e que marca as tendências que em breve chegarão à Europa. Também é possível subscrever uma *newsletter* sem custos adicionais.

Acesso: gratuito

Idioma: inglês

www.janelanaweb.com

Portal de gestão pioneiro no ciberespaço lusófono, prima pela riqueza e actualidade da informação nas áreas da tecnologia, do *e-business*, dos recursos humanos, da gestão do conhecimento do *e-government*. É possível entrar em contacto *on-line* com os gurus mais conceituados, como Peter Drucker, Don Tapscott, Claus Moller ou Peter Senge, por exemplo. Com um *design* descontraído, a navegação dentro do *site* é fácil e o acesso é rápido.

Acesso: gratuito

Idioma: português

24 de Outubro

Curso

Feed-Back 360º

Duração: 3 dias (18 horas)

Organização: CEGOC

Preço: 143 700\$00+IVA

Contacto: CEGOC

Rua Castilho, 167 - 1.º — 1099-046 Lisboa

Tel.: 213 874 544

Fax: 213 851 004

E-mail: cegoc-geral@cegoc.pt

25 de Outubro

Curso

Libertar Energias Bloqueadas e Desenvolver Competências Pessoais

Duração: 2 dias (12 horas)

Organização: CEGOC

Contacto: CEGOC

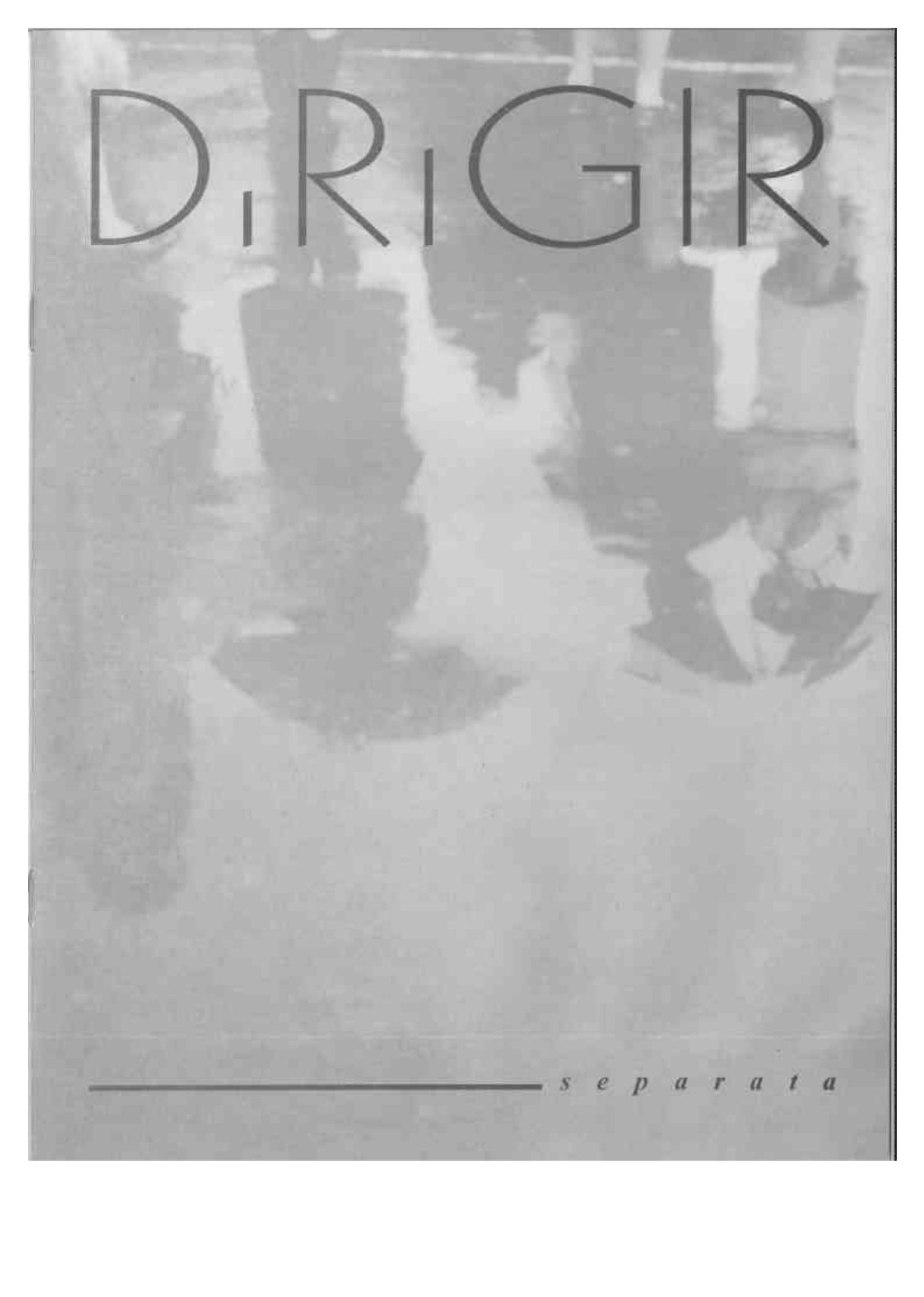
Rua Castilho, 167 - 1.º — 1099-046 Lisboa

Tel.: 213 874 544

Fax: 213 851 004

E-mail: cegoc-geral@cegoc.pt

D, R I G I R



s e p a r a t a

Sobreendividamento

— A Besta Negra do Consumismo



*Bancos oferecem prémios a quem lhes
pedir crédito.*

*Um anúncio publicitário incita-nos
a desfazermo-nos do “velho” telemóvel,
mergulhando com ele na piscina ou
oferecendo-o a um “moedinhas”.*

*Outro propõe-nos
o empréstimo de 400 contos para
o que quisermos, mediante “juros baixíssimos”.*

*Outros, ainda, aliciam-nos com a frase mágica:
“Compre agora e pague depois.” E há ainda
quem prometa vender a prestações
com 0 por cento de juros!*

*Face a tantas facilidades, os Portugueses
correram para os bancos a endividar-se.*

*Ano passado, por cada 100 contos de
rendimento, cada família portuguesa reservava
cerca de 90 para despesas com crédito.*

É o reverso da medalha...

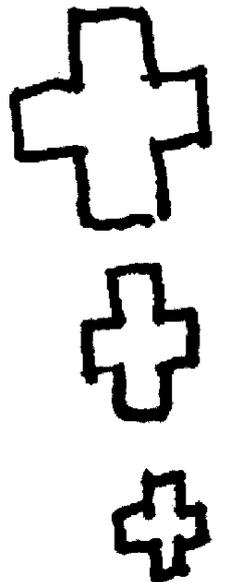
Se um cidadão deste país, falecido na primeira metade do século passado, ressuscitasse neste ano da graça de 2001 pensaria, ao ser confrontado com tão aliciantes propostas, ter encontrado finalmente o Paraíso. E o mais provável é que, habituado ainda ao tempo do “fiado”, não resistisse a recorrer ao crédito para ter acesso a essa parafernália de bens de consumo descartáveis que não conheceu na vida anterior, sem saber ao certo quanto lhe iria custar o pagamento da dívida.

Este recurso à imagem do “ressuscitado” não foi inocente e pode equiparar-se ao comportamento da maioria dos consumidores cujo analfabetismo consumerista é, por vezes, preocupante.

Mas entendamo-nos: o acesso a bens, produtos e serviços de consumo é uma aspiração social legítima e justa. É preciso não esquecer que vivemos numa sociedade onde a marca do carro e da roupa ou o local onde vivemos são factores que conferem ou retiram *status*, pelo que tem que ser considerado um comportamento normal as pessoas recorrerem ao crédito como forma de acesso a determinado tipo de bens. O problema é que muitos consumidores, desconhecendo em profundidade as “regras do jogo” e sedentos de saciar o voraz apetite consumista, endividaram-se para além das suas possibilidades e a partir de determinado momento deixaram de ter capacidade financeira para satisfazer os encargos assumidos, passando de endividados a sobreendividados.

O sobreendividamento é um assunto que noutros países europeus se começou a discutir em meados da década passada, tendo sido tema central de uma reunião realizada em 1986 em

Bruxelas, onde peritos governamentais da área financeira já não escondiam as suas preocupações face ao crescente endividamento das famílias. Nessa data, Inglaterra e Holanda consideravam já a situação grave nos seus países e chamavam a atenção da União Europeia para a necessidade de serem tomadas medidas preventivas que impedissem o descalabro e permitissem esbater o impacte das suas consequências negativas.



Portugueses “Vendem-se” aos Bancos

Em Portugal, por razões diversas que adiante tentarei escarpelizar, os problemas do sobreendividamento colocaram-se mais tarde. Ainda em 1994, um inquérito às famílias feito pelo INE permitia concluir que o endividamento familiar não era preocupante. De acordo com os dados então divulgados, a parte do rendimento das famílias afecto ao pagamento de dívidas variava entre os 28,9 por cento (nas famílias com rendimentos mais baixos) e os 15,6 por cento (nas famílias com rendimentos mais elevados), percentagens que eram, então, consideradas perfeitamente razoáveis. Nessa



época, porém, o crédito ao consumo ainda não ocupava uma percentagem excessiva no montante das dívidas (apenas 21 por cento dos agregados familiares recorriam ao crédito ao consumo), sendo o recurso ao crédito essencialmente canalizado para a compra de habitação. No entanto, um valor que já revelava indícios de disparar nos anos seguintes era o que traduzia a taxa de esforço das famílias com rendimentos mais baixos (inferiores a 100 contos mensais) e que em 1994 era já de 57 por cento.

Três anos mais tarde, com o crédito ao consumo a disparar, começam a surgir indícios de que é necessário tomar medidas preventivas e de combate ao endividamento. A diminuição significativa das taxas de juro, o aumento real do poder de compra e o incremento do recurso ao crédito ao consumo foram alguns dos factores que favoreceram o aumento do recurso ao endividamento. Nessa data, um estudo realizado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra concluía que a situação não era ainda alarmante — o endividamento dos Portugueses era ainda inferior à média europeia —, mas já alertava para a necessidade de precaver situações de “falência familiar”.

De acordo com o Professor Vítor Neves, embora “os incidentes de pagamento no crédito à habitação tivessem alguma expressão numérica” (representavam, em 1999, 7,6 por cento da carteira de clientes da Caixa Geral de Depósitos e do Montepio Geral), “o incumprimento definitivo era reduzido quer em número de contratos, quer nos montantes envolvidos”.

As dívidas referentes a automóveis, electrodomésticos, telefone, electricidade e água completavam a lista dos sectores onde se notava já algum incumprimento.

Certo é que na última década o endividamento das famílias não parou de crescer e os números do Banco de Portugal indicam que em 2000 o endividamento das famílias portuguesas atinge valores próximos dos 90 por cento dos seus rendimentos (mais exactamente, 88,4 por cento), o que significa que poderão surgir problemas de incapacidade de cumprimento das obrigações assumidas. Como dado de comparação, refira-se que em 1989, em França, o problema já era considerado “muito preocupante”, sendo estimado em 200 mil o número de famílias com encargos de crédito na ordem dos 60 por cento do seu rendimento familiar.

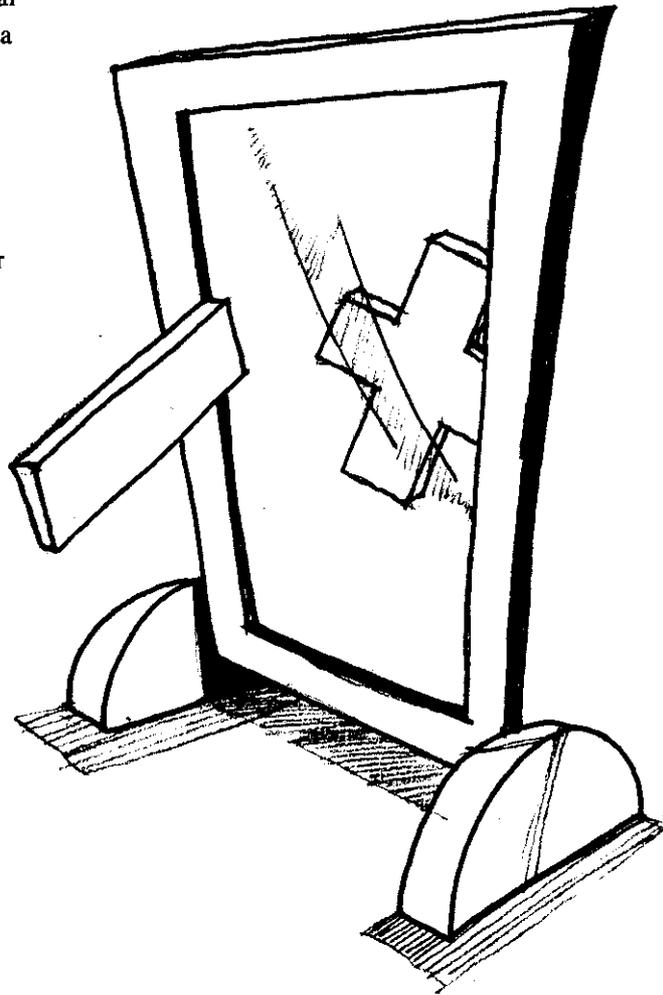
Comparando as percentagens de endividamento actual dos Portugueses em 2000 com iguais valores da última década, conclui-se que esse valor aumentou quase cinco vezes, já que em 1990 essa percentagem era de 18,5 por cento e em 1995 subira para 36,5 por cento. Elucidativo é também o facto de ano passado o endividamento dos particulares ter ultrapassado o endividamento das empresas, que se cifra em 81,3 por cento, contra os 59,1 por cento de 1990 e os 54,9 por cento de 1995.

Chegámos assim a uma situação que, não sendo ainda considerada alarmante, é pelo menos motivo para séria reflexão. Urge criar mecanismos de informação ao consumidor — de molde a alertá-lo para os riscos de endividamento excessivo —, mas é importante não descurar a responsabilidade das instituições de crédito na situação que entretanto se criou. É necessário exigir-lhes que sejam mais rigorosas na concessão do crédito e co-responsabilizá-las quando tiver havido leviandade na avaliação da capacidade de endividamento de consumidores.

Espelho Meu, quem Empresta mais Barato do que eu?

Ainda em tempos bem recentes, conseguir crédito era uma tarefa complicada. Os bancos eram extremamente exigentes, cobravam juros inoportunos para a maioria das pessoas e dificilmente concediam empréstimos para bens de consumo. Durante a década de 90, o panorama alterou-se radicalmente.

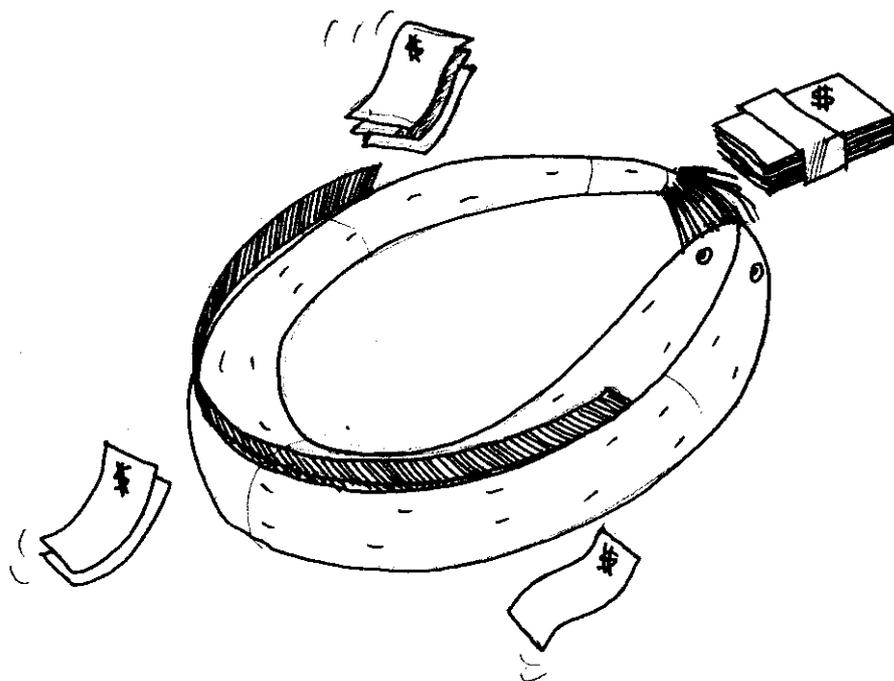
A sociedade de consumo tem destas curiosidades. Alicia-nos com o Paraíso mas, não sabendo bem o caminho a seguir para lá chegar, vai experimentando todos os percursos. Um deles foi a democratização do acesso ao crédito, anunciado como “fácil e barato”. Agora, são os bancos e outras instituições financeiras os primeiros a incitar-nos a recorrer ao crédito, chegando ao cúmulo de oferecer prémios a quem recorrer aos seus empréstimos, numa ofensiva da oferta no mercado do crédito a particulares sem precedentes. Basta pegar no telefone para termos acesso imediato a um pequeno



crédito, ou chegar a casa e encontrar uma carta de um banco, acompanhada de um cheque, convidando-nos ao endividamento. Acompanhando o ritmo vertiginoso dos tempos modernos, as instituições financeiras competem entre si na celeridade de concessão do crédito, havendo quem anuncie resolver o assunto em apenas cinco minutos.

Mas hoje em dia o crédito não é um exclusivo das instituições com vocação na área financeira. Muitas empresas dos mais variados sectores de actividade encontraram na oferta do crédito uma diversificação rentável das suas actividades e um meio de fidelizar clientes, ao lançarem os cartões de empresa a que está associado um crédito permanente.

Convenhamos que, perante tantas facilidades, é difícil a qualquer cidadão resistir...



O Reverso da Medalha

Mas se a democratização do acesso ao crédito trouxe inegáveis vantagens aos consumidores, acarretou também um problema social grave: o **sobreendividamento**.

Incitados pela publicidade à satisfação imediata dos seus desejos, às compras por impulso e iludidos pela ideia de que a compra a crédito é uma poupança diferida, muitos consumidores viram-se de um momento para o outro numa situação de “insolvência” que não lhes permitiu continuar a cumprir os compromissos assumidos.

São essencialmente duas as vias que conduzem ao sobreendividamento.

Quando se regista uma quebra imprevista dos recursos financeiros, provocada por factores exógenos e não previsíveis (perda do emprego, doença, divórcio ou morte de um dos cônjuges, por exemplo) que levam a que involuntariamente a família deixe de poder fazer face aos encargos assumidos, diz-se que estamos perante uma situação de **sobreendividamento passivo**. São estes os casos que a legislação recentemente aprovada procurou proteger. (**Ver Exemplos: Saiba como pode regular a sua dívida**).

Há, no entanto, quem se endivida por “ter mais olhos que barriga” e, de forma negligente, assume encargos que sabe de antemão não poder honrar por serem superiores aos seus rendimentos. A estes casos dá-se a denominação de **sobreendividamento activo**. São casos de endividamento característicos dos consumidores compulsivos e que, não raras vezes, conduzem a uma espiral. Isto é, na tentativa de remediar situações de atraso com compromissos assumidos anteriormente, os consumidores contraem novos empréstimos, envolvendo-se assim num ciclo interminável. A fronteira entre as duas situações é, por vezes, extremamente ténue e difícil de determinar, mas foi objectivo do legislador não contemplar estes casos quando se trate de renegociar a dívida. No entanto, seja qual for a causa do sobreendividamento, a verdade é que estamos perante um problema social grave. É uma situação de “pescadinha de rabo na boca” já que, se por um lado os produtores querem vender cada vez mais e as pessoas têm cada vez mais apetência para satisfazer o seu apetite consumista, por outro os rendimentos e o poder de compra não crescem na proporção das necessidades do mercado e dos desejos dos consumidores. Resultado: os sobreendividados poderão vir a ser os indigentes do século XXI (**Ver Exemplos: O Comportamento do sobreendividado**).



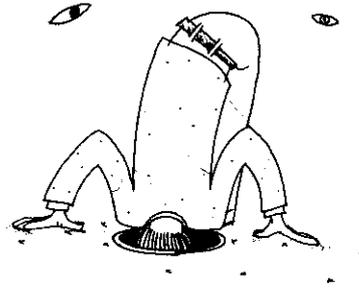
Casos Exemplares

Um trabalho de investigação desenvolvido pela Faculdade de Economia de Coimbra a pedido do Instituto do Consumidor permitiu detectar casos preocupantes. Sem comentários, para que o leitor possa fazer o seu próprio juízo, aqui reproduzimos alguns. Os nomes, obviamente, são fictícios.

Rosa tem 45 anos, é dona de casa, viúva e tem a mãe a cargo. Assumiu, enquanto casada, dívidas no montante de 3089 contos, sendo 2400 referentes à compra de dois automóveis. Os encargos mensais com o pagamento do crédito ascendiam a 114 contos, sendo o rendimento familiar de cerca de 200 mil escudos. A morte súbita do marido, no entanto, reduziu os seus rendimentos para 69 contos mensais, pelo que Rosa invoca insuficiência de rendimentos e pretende renegociar a dívida.

Amélia tem 47 anos, está empregada e divorciou-se por causa das dívidas, embora continue a viver com o marido debaixo do mesmo tecto. O seu rendimento mensal é de 177 contos e a dívida assumida é de 19 300 contos a que correspondem encargos (apenas com instituições financeiras e após reescalamento da dívida) de 195 contos. Invoca como razão para impossibilidade de cumprir os compromissos assumidos o facto de o ex-marido ser alcoólico e se ter despedido do emprego, o que originou uma redução do orçamento familiar.

Lúcia tem 44 anos, é casada, está reformada e tem 4 filhos. O rendimento médio mensal do casal é de 119 200 escudos, tendo contraído dívidas no montante de 6 mil contos, sendo 4500 referentes à habitação e 900 para o carro. O total de encargos mensais para pagamento do crédito é de 65 contos e Lúcia invoca como razões para o não pagamento o rendimento disponível.



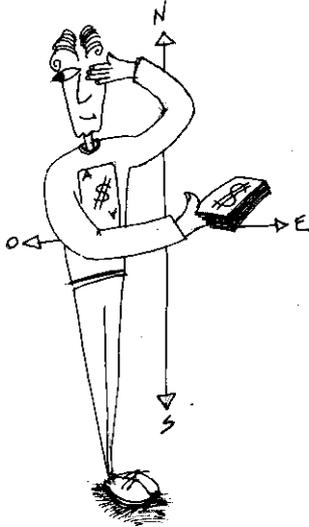
O Comportamento do Sobreendividado

O Centre de Recherche Économique sur l'Épargne analisou o comportamento e as reacções psicológicas de algumas famílias endividadas em França e traçou um retrato de que retirámos alguns exemplos:

- O primeiro passo para tentar resolver o problema é suprimir as despesas: cortes nas férias, nas actividades de lazer e no vestuário são os mais frequentes. Mas não são raros os casos em que as despesas com a saúde e a própria alimentação são também afectadas, chegando a situações de carência e pedido de ajuda alimentar.
- Os factores psicológicos pesam também sobremaneira no comportamento destas famílias. O sentimento de culpabilidade está sempre presente e traduz-se de várias formas: medo que a situação seja do domínio público e afecte a sua vida social, com o afastamento dos amigos e repercussões no trabalho; receio de ser julgado, o que obriga a sentir constantemente a necessidade de justificar os seus gastos (a compra de um gelado ou uma refeição ligeira feita fora de casa passam a ser assumidas como despesas supérfluas, com necessidade de justificação social); medo, enfim, que alguns dos sonhos da sua vida se esboroem como um baralho de cartas, por força de uma ordem de penhora da casa ou do carro.

Estas situações são reais e não vale a pena fazer como a avestruz, pensando que não existem em Portugal. Elas existem mas, como referem alguns especialistas nesta matéria, a maioria das pessoas não assume a sua condição de sobreendividada, recusando-se a “dar a cara”, o que dificulta os estudos sobre o assunto. É certo que algumas das situações de sobreendividamento resultam da negligência dos consumidores, mas outras há em que as dívidas foram conscientemente assumidas e só circunstâncias acidentais impediram as pessoas de honrar os seus compromissos.

Por isso vale a pena perguntar: que sociedade é esta que usa os cantos lascivos da sereia publicitária para nos despertar o apetite consumista e com sorrisos e promessas idílicas nos põe à disposição todos os meios para acedermos aos bens materiais e depois nos manda bater à porta um oficial de diligências destruir os sonhos que nos ajudou a construir, porque não tem capacidade para resolver as situações que criou? Será a apregoada sociedade da concretização dos sonhos, ou a do pesadelo e do cinismo?



O Perfil do Sobreendividado

São ainda escassos os dados disponíveis que nos permitam traçar o perfil do sobreendividado português. O estudo, a que noutra local deste trabalho fazemos referência, abrange um universo muito reduzido e não permite ainda conclusões definitivas.

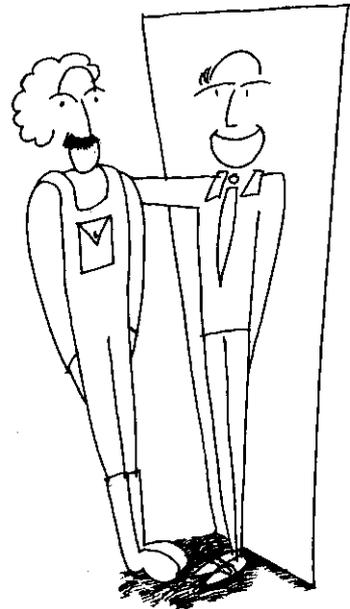
Assim, a título meramente informativo, transcreve-se um excerto das conclusões de um inquérito realizado em França pelo Centre de Recherche Économique sur l'Épargne (CREP) que tipifica os sobreendividados em três categorias:

- as “**cigarras**”: jovens, celibatários e pessoas sem encargos familiares, que gastam sem fazer contas;
- “**os desnorteados**”: endividam-se acima das suas possibilidades por falta de informação esclarecedora, o que os leva a assumir compromissos sem tomar as devidas precauções. A sua intenção é sempre pagar a dívida assumida,

mas a sociedade de consumo não deixa espaço para grandes reflexões e deixam facilmente iludir-se pela publicidade — “**os ases do crédito**”: são as *top stars* do consumismo. Para eles o crédito é um modo de vida. Estão sempre na expectativa de entradas de dinheiro “fresco” para poderem experimentar todas as diversões da sociedade de consumo, mas enquanto o dinheiro não entra vão-se endividando, porque não querem “perder pitada”. Além disso, para eles o consumo é uma festa, porque não participar nela?

O estudo do CREP refere também as principais causas de contenciosos resultantes do crédito ao consumo:

- Negligência — 38,5 por cento
- Dificuldades Financeiras — 30,8 por cento
- Desemprego — 7,7 por cento
- Divórcio — 7,7 por cento
- Doença — 6,2 por cento
- Outras — 9,1 por cento



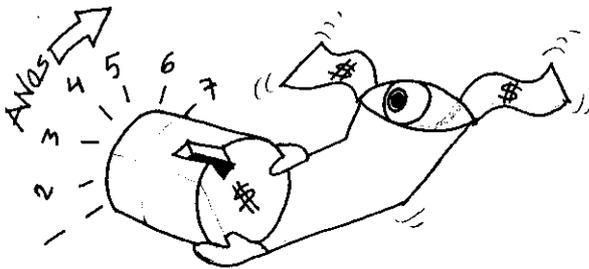
Quando o Endividamento Era Um Acto Solidário

O endividamento é quase tão antigo como o dinheiro. Mas foi a sociedade de consumo, na sua versão *hard-core*, que o transformou em sobreendividamento, um problema social que afecta um número crescente de famílias e obriga os governos a tomarem medidas para o combater.

As primeiras instituições de crédito popular surgiram no século XIX, na Alemanha, por inspiração de Raiffeisen, e destinavam-se essencialmente ao aforro e à concessão de crédito aos seus membros para aplicação em actividades de carácter rural. Eram cooperativas com um reduzido número de associados que se conheciam entre si e respondiam solidariamente pelas dívidas concedidas. O seu sucesso foi enorme tendo o modelo sido adoptado um pouco por todo o Mundo.

O objectivo destas instituições era proteger as populações mais desfavorecidas (essencialmente as rurais) da usura dos bancos e “de outras tendências abusivas do capital”, mas sendo Raiffeisen um convicto liberal, o objectivo não era substituir o sistema económico vigente, mas apenas desenvolver o espírito de entreajuda, pelo que a criação de uma instituição dependia sempre das “qualidades morais e de solidariedade das populações”.

Mais tarde o modelo foi também aplicado a instituições urbanas, por iniciativa de Hermann Delitzsch, sendo o seu objectivo apoiar a classe média, nomeadamente os pequenos comerciantes e artesãos que careciam de recursos para adquirir matérias-primas e não tinham hipóteses de recorrer a empréstimos bancários em virtude dos elevados juros praticados. Em Portugal, as Caixas Cooperativas de Crédito, os bancos cooperativos ou as Mútuas, por exemplo, eram instituições financeiras que tinham como objectivo não apenas o aforro, mas também conceder empréstimos aos associados a juros reduzidos. Inspiradas no modelo de Raiffeisen e outras instituições de crédito solidário criadas já nos alvares do século XX, tornaram-se populares pelos valores de solidariedade e os princípios morais que presidiam à sua criação. Os rendimentos das instituições cooperativas eram constituídos pelos juros pagos pelos sócios, pelos juros dos depósitos pagos pelo banco onde o dinheiro era depositado e pelos juros de obrigações de instituições sólidas, facilmente negociáveis, que a cooperativa adquiria.



Saiba como Pode Regular a Sua Dívida

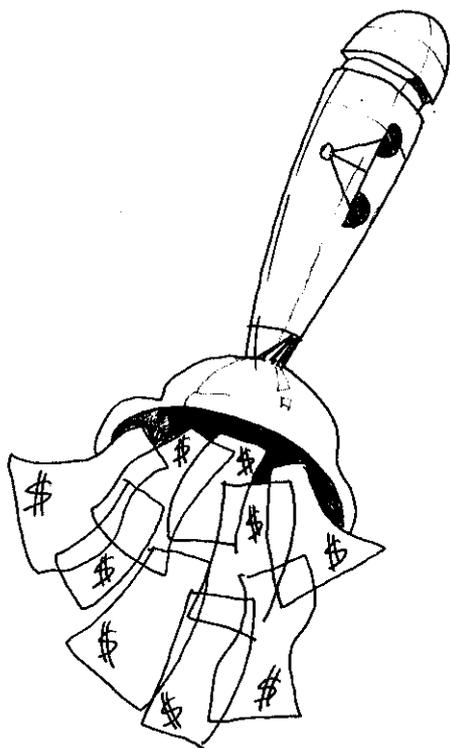
Como refiro, desde 1997 começaram a surgir sinais que indiciavam a premência de legislação para regular o sobreendividamento.

Foi o Ministro José Sócrates, que então tutelava a área da defesa do consumidor, quem primeiro mostrou alguns sinais de preocupação face ao problema e decidiu encarregar a Comissão do Código do Consumidor de elaborar um anteprojecto de lei sobre o assunto, o qual foi dado por concluído em meados do ano passado pelo actual Secretário de Estado para a Defesa do Consumidor, Acácio Barreiros. O objectivo do diploma visa a introdução de medidas que permitam a renegociação das dívidas das pessoas singulares sobreendividadas, mas só será aplicável em situações extremas e no pressuposto de que o consumidor contraiu as dívidas de boa fé.

Vejamos, de forma resumida, como é possível atingir esse objectivo.

Em primeiro lugar, terá que ser o consumidor sobreendividado a tomar a iniciativa de solicitar o processo de reestruturação da dívida. O pedido deve ser formulado junto do Gabinete de Apoio às Pessoas Singulares Sobreendividadas que avalia a situação do consumidor/devedor e elabora uma proposta de reestruturação do seu passivo em função da sua situação patrimonial e dos rendimentos previsíveis do consumidor, devendo o plano de pagamento ser cumprido num prazo nunca superior a sete anos. Essa proposta pode incluir medidas diversas como o alargamento do prazo de pagamento, a redução dos juros, a cessão de bens aos credores e mesmo extinção de algumas dívidas, mas a sua concretização fica dependente da anuência dos credores. No caso de não ser alcançado esse acordo, o Gabinete pede a intervenção do Tribunal para a elaboração de um plano judicial de pagamento.

Esta medida traz vantagens para credores e devedores. Em relação aos primeiros, porque assegura a satisfação equitativa dos interesses patrimoniais de cada um, não privilegiando um em detrimento de outros. Em relação ao devedor, embora veja reduzida a sua capacidade de gestão patrimonial durante o período de aplicação do plano de reestruturação, terá sempre a certeza de poder suspirar de alívio no fim daquele prazo. E, se não cumprir, o plano é cancelado seguindo-se as vias judiciais normais, com todas as consequências que acarretam.



Alguns Conselhos para quem Recorrer ao Crédito

1. Não se precipite. Consulte várias instituições de crédito antes de tomar uma decisão.
2. Na altura de assinar o contrato leia-o atentamente sem esquecer as letras miudinhas.
3. Reflecta maduramente sobre a sua capacidade de endividamento antes de tomar uma decisão.
4. Peça informações detalhadas sobre a forma de pagamento, nomeadamente juros e prazos.
5. Peça informações à entidade com que negociar sobre os riscos financeiros do negócio onde pretende utilizar a dívida (quando for esse o destino da verba negociada).
6. Conheça as condições de realização das operações de crédito e dos seus efeitos patrimoniais.

Endividamento Entope Tribunais

O endividamento está a afectar o funcionamento da Justiça em Portugal, pois ascende a muitos milhares o número de acções por dívidas que entram anualmente nos tribunais portugueses.

Para se fazer uma ideia da vastidão do problema, basta referir que em 1996 as acções de dívidas (117 136) representaram 67,2 por cento do total das acções declarativas findas naquele ano. A maioria dos autores eram sociedades (98,6 por cento) e os réus pessoas singulares (82,5 por cento). A grande maioria das acções interpostas visavam a cobrança de dívidas de pequeno valor, relativas à venda de bens ou prestação de serviços, estando os telemóveis no topo da lista de dívidas não cobradas.

Por esta pequena amostra pode-se concluir que o endividamento dos consumidores era já em 1996 uma realidade incontornável que não afecta apenas os incumpridores, mas a sociedade em geral, pois bloqueia o funcionamento das instituições. Mais uma razão para nos congratularmos com a legislação de combate e prevenção ao endividamento...

Evolução do Endividamento dos Portugueses desde 1990

Particulares	Empresas
1990 — 18,5 por cento	1990 — 59,1 por cento
1995 — 36,5 por cento	1995 — 54,9 por cento
2000 — 88,4 por cento	2000 — 81,3 por cento

●
CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA
Jornalista

○



EDIÇÃO DO INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
SUPLEMENTO DA REVISTA DIRIGIR N.º 74 • NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PAPEL 100% RECICLADO, DESIGN: NUNO GASPAR, ILUSTRAÇÃO: MANUEL LEBREIRO, IMPRESSÃO: TTM PEBES, S.A.

Câmara Hispano-Portuguesa de Comércio e Indústria em Espanha

A Câmara Hispano-Portuguesa de Comércio e Indústria em Espanha, em colaboração com a Embaixada de Portugal e o ICEP, tem uma Bolsa de Trabalho que reúne ofertas e procuras de empresas e profissionais com interesses tanto em Portugal como em Espanha.

BOLSA DE TRABALHO

OFERTAS E PROCURAS

Apdo. de Correos: 19196

Tel.: +34 91 442 23 00

Fax: + 34 91 442 22 90

e-mail:

camaraportugal@mad.servicom.es

abre uma nova
página na tua vida

PIJVA on-line

www.pijva.gov.pt

A Página Electrónica do Programa para a Integração dos Jovens na Vida Activa

dá a conhecer um vasto número de iniciativas que têm lugar no âmbito da actuação do Programa, permitindo ainda que, à sua Direcção, possam ser dirigidos pedidos de esclarecimento.

Trata-se de uma Página especialmente dirigida a jovens que pretendem continuar a estudar e têm que escolher entre as várias ofertas de educação e de formação existentes, a jovens que querem ingressar no mercado de trabalho, a técnicos que desenvolvem actividades de informação e orientação escolar e profissional e a encarregados de educação.



PIJVA:

Avenida Defensores de Chaves n.º 95 - 5º, 1000 - 118 Lisboa
Tel.: 21 781 71 00 | Fax: 21 781 71 09 | E-mail: dir@pijva.gov.pt

Ministério do Trabalho e da Solidariedade
Ministério da Educação
Ministério da Juventude e Desporto
Ministério da Economia